

JANEIRO
DEZEMBRO
2011
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS

e

**INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS**

Línguas e instrumentos linguísticos 27 e 28 Campinas: CNPq -
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2011 :
Unicamp, 1997-2011

Semestral.
ISSN 1519-4906

1. Língua - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos
3. Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade
Estadual de Campinas

CDD - 410.05
- 412.05
- 900

Copyright © 2011 dos Autores para efeito desta edição e posteriores.
Direitos cedidos com exclusividade para publicação em
língua portuguesa para o Projeto História das Ideias Linguísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.

O uso, reprodução, apropriação ou estoque em sistema de banco de dados,
ou processo similar, mesmo a partir do site www.revistalinguas.com, seja por
meio eletrônico, fotocópia, gravação de qualquer natureza está condicionado
à expressa permissão do Projeto História das Ideias Linguísticas.

Coordenação Editorial: Editora RG

Editoração Eletrônica e Diagramação: Marcelo Dobelin

Capa: Marcelo Dobelin sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Ideias
Linguísticas

Editora RG
Fone: 19 3289.1864
rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com

2012
IMPRESSO NO BRASIL

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS



2011

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Edição: Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Comitê Editorial: Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp) Elvira Narvaja de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unesp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Univás), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França)

Comitê de Redação: Carolina Zucolillo Rodriguez, Claudia Pfeiffer, José Horta Nunes, Lauro Baldini, Mónica Zoppi-Fontana, Sheila Elias de Oliveira, Suzy Lagazzi

Secretaria de Redação: Sheila Elias de Oliveira e Lauro Baldini

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano dos fascículos: julho e dezembro 2010

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número seqüencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número cinco até o final.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Frege e Russel: a questão do pressuposto <i>Lauro José Siqueira Baldini</i>	11
Enunciado e sentido em Michel Foucault <i>André Luiz Joanilho e Mariângela P. Galli Joanilho</i>	27
A quebra da dicotomia anterioridade/posterioridade da linguagem em relação ao pensamento: a visão holística de Wilhelm von Humboldt <i>Morgana Fabiola Cambrussi e Eric Duarte Ferreira</i>	43
O funcionamento de marcadores discursivos no processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos <i>Eduardo Penhavel</i>	63
Construir la identidad: el ethos del orador <i>Romina Grana</i>	85
Delicias de la vida globalizada. multimedialidad e itinerancia para la lengua gallega <i>Patricia Bouzas</i>	105
Publicidade e Propaganda: o jogo de sentidos na configuração da área no Brasil <i>Guilherme Carrozza</i>	121
CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS Meio legal de comunicação versus língua oficial: um debate sobre leis <i>Angela Baalbaki e Isabel Cristina Rodrigues</i>	137

RESENHAS

RIBEIRO, Ana Elisa; VILELA, Ana Maria Nápoles;
COURA-SOBRINHO, Jerônimo; SILVA, Rogério Barbosa da. (Orgs.)
Linguagem, tecnologia e educação. São Paulo: Peirópolis, 2010, por
Érica Cristina dos Santos, Liliâne de Oliveira Neves e Simone Cristina
Menezes.

151

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Parábola,
2011, por Isadora Machado.

159

APRESENTAÇÃO

O número 27/28 de Línguas e Instrumentos Linguísticos traz um conjunto de artigos que nos permitem refletir sobre o modo de constituição das teorias sobre a linguagem, como também sobre os diferentes modos de interrogar a história das teorias.

O artigo de Lauro Baldini, “Frege e Russel: a questão do pressuposto”, nos conduz a pensar no modo como as teorias semânticas se constituem no século XX a partir de posições sobre o tratamento do sentido na linguagem configuradas em discussões filosóficas que tiveram lugar entre o final do século XIX e o início do século XX. Baldini reflete especificamente sobre o conceito de *pressuposto* em dois filósofos que instauram sua discussão: Gottlob Frege e Bertrand Russel.

“Enunciado e sentido em Michel Foucault”, de André Joanilho e Mariângela Galli Joanilho, percorre o conjunto de formulações de Michel Foucault sobre o *enunciado* na sua *Arqueologia do Saber*. Estas formulações são retomadas de diferentes modos nos estudos do texto e do discurso, seja no interior da linguística, seja no diálogo com esta disciplina. A abordagem dos autores permite refletir sobre o modo como o enunciado – objeto de linguagem – é tratado em um autor do século XX exterior à Linguística cujo trabalho produz efeitos sobre a disciplina.

O artigo de Morgana Cambrussi e Eric Ferreira, “A quebra da dicotomia anterioridade/posterioridade da linguagem em relação ao pensamento: a visão holística de Wilhelm von Humboldt” nos leva ao início do século XVIII, para observar um olhar sobre a relação entre a linguagem e o pensamento que os autores defendem que foi esquecido na Linguística pós-saussureana. Humboldt, segundo Cambrussi e Ferreira, não projeta a dicotomia anterioridade/posterioridade sobre o par linguagem/pensamento, ao contrário do que acontece ao longo do século XX na Linguística.

Eduardo Penhavel, em “O funcionamento de marcadores discursivos no processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos”, realiza um gesto de intervenção teórico-metodológica: ele propõe uma categoria de análise de textos no âmbito da Gramática Textual-Interativa: o *domínio de estruturação intratópica*, cujo funcionamento se dá, defende, em relação a marcadores discursivos.

Em “Construir la identidad: el *ethos* del orador”, Romina Grana analisa expedientes judiciários do século XVII, da intendência argentina de Córdoba Del Tucumán. Ela observa o modo de construção do *ethos* do orador neste expediente jurídico, estendendo as características encontradas ao gênero discursivo, que, segundo a autora, molda a construção do *ethos*.

Patrícia Bouzas, em “Delicias de la vida globalizada. multimedialidad e itinerancia para la lengua galega”, analisa um gesto no interior de uma política lingüística: a exposição multimídia itinerante *As nosas palabras, os nosos mundos*, lançada pelo governo da Galícia em 2008. Neste evento, a autora analisa os efeitos de sentido da globalização sobre uma língua minoritária como o galego.

Em “Publicidade e Propaganda: o jogo de sentidos na configuração da área no Brasil”, Guilherme Carrozza analisa a constituição Publicidade no Brasil como área técnica, artística e de trabalho e também como campo de saber, na relação com a área da Propaganda.

Na Seção *Crônicas e Controvérsias*, Angela Baalbaki e Isabel Cristina Rodrigues apresentam o texto “Meio legal de comunicação versus língua oficial: um debate sobre leis”, em que analisam uma lei e um decreto que juntos fazem reconhecer a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – como “meio legal de comunicação e expressão” de comunidades surdas no Brasil. As autoras sustentam que o reconhecimento da LIBRAS não se dá como o de uma língua de Estado e, a partir disso, se perguntam o que significa a LIBRAS face à língua nacional e que sentidos são a ela atribuídos.

Na Seção *Resenha*, duas obras são analisadas. A primeira é sobre a coletânea brasileira *Linguagem, tecnologia e educação*, organizada por Ana Elisa Ribeiro; Ana Maria Nápoles Vilela, Jerônimo Coura-Sobrinho e Rogério Barbosa da Silva. A presença das novas tecnologias na educação e as questões de linguagem que se põem nesta relação são discutidas sob diferentes pontos de vista nesta coletânea. As resenhistas Érica Cristina dos Santos, Liliane de Oliveira Neves e Simone Cristina Menezes nos apresentam cada um dos textos que se inscrevem no que se tem chamado de “letramento digital”.

A segunda resenha é de uma obra francesa introdutória à Filosofia da Linguagem, disciplina que dá título ao livro. Isadora Machado nos introduz à obra de Sylvain Auroux interrogando a premissa de que parte o autor, a de que “o homem se define pela linguagem e pela razão, o que significa que, sem linguagem, não haveria racionalidade”. Esta premissa, ainda que longe de ser consenso entre os filósofos que se dedicam à linguagem, está bastante presente tanto na fala de filósofos quanto na fala de linguistas e produz efeitos sobre o modo de relação das duas disciplinas.

Com este conjunto de textos que propõem leituras densas sobre conceitos, construtos, pressupostos e aplicações teóricas, *Línguas e Instrumentos Linguísticos* oferece mais uma vez sua contribuição a uma leitura que sai do ordinário e procura abrir brechas na linearidade das reflexões sobre a linguagem.

Os Editores

FREGE E RUSSEL: A QUESTÃO DO PRESSUPOSTO

Lauro José Siqueira Baldini
UNIVÁS

RESUMO: *Este artigo traz uma reflexão sobre o conceito de pressuposto, tal como ele é apresentado por Gottlob Frege e Bertrand Russel entre o final do século XIX e o início do século XX. A discussão interroga a maneira como os dois filósofos estabelecem a relação entre o objeto real e o objeto de conhecimento que eles constroem, e dá visibilidade ao fato de que essas diferenças implicam posições sobre a concepção de sentido que terão efeito na constituição da Semântica linguística.*

ABSTRACT: *This article brings up a reflection on the concept of presupposition, such as it is presented by Gottlob Frege and Bertrand Russell in the late nineteenth and early twentieth century. The discussion inquires the ways in which the two philosophers establish the relation between the real object and the object of knowledge they build, and throws light on the fact that these differences imply positions on the conception of meaning that will affect the constitution of linguistic semantics.*

Introdução

O objetivo do presente trabalho é analisar de que maneira a questão do pressuposto emerge num certo momento da teorização dos filósofos Frege e Russel. Por se tratar de uma noção chave, o pressuposto tem sido um lugar de dificuldade na questão semântica. Não pretendemos, no entanto, traçar um quadro completo e exaustivo do papel da noção de pressuposto em todas as teorias linguísticas, mas sim expor, de maneira geral e resumida, o desdobramento teórico dessa noção em dois textos dos autores supracitados. Na verdade, a escolha dos textos se deu por considerarmos que nestes uma categoria teórica como a distinção entre *objeto real* e *objeto-de-conhecimento* pode ser aplicada de modo bastante interessante. Além disso, nos textos escolhidos, de maneiras diferentes, está em jogo a relação entre linguagem e verdade, linguagem e mundo,

ou, em outras palavras, o problema crucial da Semântica: a questão dos seus limites.

Sem nos estender muito, basta diferenciar: a) o *objeto real*, o objeto no mundo, exterior ao sujeito e independente dele; b) o *objeto-de-conhecimento*, o objeto teórico construído pela ciência, dependente do sujeito. Desse modo, toda ciência, todo conhecimento científico, é uma forma de *apropriação* do objeto real pelo objeto-de-conhecimento. Isso quer dizer que, quando se fala de um objeto (como a *língua*, por exemplo), não se está falando de um objeto real, mas de um objeto-de-conhecimento construído por uma certa ciência. Evidentemente, esse objeto-de-conhecimento tem a ver com o objeto real, e não existe sem ele. Essa distinção se torna mais importante quando pensamos que essa apropriação de que falamos é a única maneira que o homem tem de se relacionar com o Real. Ou, como diria Marx, de maneira um pouco diversa,

A totalidade, tal como ela aparece no espírito como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira possível, maneira que difere da apropriação deste mundo pela Arte, Religião ou pelo espírito prático (Marx apud Evangelista, 1984, p.36).

Para ficar mais clara ainda a distinção, basta pensarmos num conceito como o de *língua*, por exemplo. Que as línguas existam, ninguém ousaria discutir. E, mais propriamente, que elas tenham existido antes da lingüística ou estudo da linguagem existir também é um fato indiscutível. De forma materialista, diríamos que o *objeto real* existe, independentemente do sujeito. No entanto,

os linguistas sabem melhor do que ninguém, mesmo se às vezes ouvindo-os poder-se-ia pensar que eles o esquecem, que o francês, como qualquer outra língua, não se deixa pegar assim, que é primeiro uma diversidade tanto temporal quanto espacial e que é preciso pelo menos um conceito de língua, e não apenas um conceito simplesmente, para poder pensar numa unidade dessa diversidade (Henry, 1992, p.17-18).

Primado do ser sobre o conhecimento, e que garante, entre outras coisas, que todo conhecimento é histórico.

Isso posto, a análise que pretendemos fazer dos textos citados é justamente uma análise que irá procurar explicitar qual a maneira de apropriação do *objeto real* pelo *objeto-de-conhecimento*, na forma específica em que ocorre em cada um dos textos.

O pressuposto em Frege

Embora não seja um lingüista, Frege é um dos primeiros a se interessar em sistematizar a questão do pressuposto. Além disso, sua teoria é utilizada até hoje como ponto de partida nas pesquisas semânticas tradicionais, especialmente na semântica norte-americana. Antes de apresentarmos o pressuposto na perspectiva fregeana, é necessário passarmos os olhos pela sua teoria de forma mais geral. Para Frege, é necessário distinguir três coisas: o *sentido*, a *referência* e a *representação* de um nome. Assim, só podemos falar de algo no mundo, de um objeto, dando-lhe uma descrição. Isso é o sentido. Mas o objeto permanece lá, e essa é a referência. E, no interior de cada consciência, os indivíduos farão representações distintas desse objeto. Assim, em

- (1) O Brasil está em crise; e
- (2) O maior país da América Latina está em crise.

os dois nomes (*Brasil* e *o maior país da América Latina*) possuem a mesma referência (referem-se ao mesmo objeto), mas sentidos diferentes, pois apresentam – descrevem – aquele objeto de maneira diferente. Assim, desde que dois nomes possuam o mesmo referente, eles podem ser intercambiáveis, na medida em que não alteram o valor de verdade global do enunciado. Pode-se trocar os nomes de (1) e (2) e os dois enunciados permanecem verdadeiros, pois possuem a mesma referência. Esquemáticamente, o sentido de um nome é a *descrição que esse nome faz de um objeto*, e a referência de um nome é *precisamente este objeto do qual o sentido dá a descrição*. O valor de verdade de um enunciado, portanto, permanece inalterado se o referente permanece o mesmo.

Quanto à representação, o mais importante a se fazer notar é que ela é individual, enquanto o sentido e a referência são objetivos. A referência é objetiva por ser sensorialmente perceptível, enquanto que a representação

difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser propriedade comum de muitos, e, portanto, não é uma parte ou modo da mente individual; pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração a outra (Frege, 1892, p.65).

O próprio Frege deixará bem clara a distinção entre os termos com a sua metáfora do telescópio:

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteira-

mente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a própria representação, mas também não é o próprio objeto. (...) Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a lua à própria referência; ela é o objeto de observação, proporcionado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador. A primeira, comparo-a ao sentido, a segunda, à representação ou intuição (idem, *ibidem*).

Bastante importante na teoria de Frege é o fato de que um nome possa ter um sentido sem, contudo, possuir uma referência. O *primeiro homem a morar na lua* é uma expressão que tem sentido, mas absolutamente nenhuma referência. É devido a esse tipo de possibilidade que a linguagem oferece que, para Frege, ela se torna suscetível de criar um mundo de ficções, de mentiras. É por isso, reconhece Frege, que expressões como *a vontade do povo* (cuja referência também é inexistente universalmente) podem ser usadas com fins demagógicos.

Visando estender essa teoria à análise de sentenças, Frege precisa fazer algumas reformulações. Veja-se

(3) Ele gosta de sorvete e ela gosta de suco.

Temos duas sentenças unidas pelo conectivo *e*. Diferentemente dos nomes, no caso das sentenças, o esquema seria: o sentido de uma sentença é o pensamento, um julgamento acerca da realidade (uma proposição), e a referência de uma sentença é um valor de verdade. Nesse contexto, uma sentença é apenas um sentido diferente dado ao verdadeiro e ao falso. Conseqüentemente, do mesmo modo que ocorre com os nomes, alterar-se o sentido de uma sentença não altera o valor de verdade global do enunciado, desde que a referência seja a mesma. Se a referência de uma sentença é justamente seu valor de verdade, ela só pode ser substituída por outra de mesmo referente, isto é, de mesmo valor de verdade. Então,

(4) Ele gosta de sorvete e o Brasil está em crise.

possui o mesmo referente (valor de verdade) de (3) (supondo-se que ele goste de sorvete, que o Brasil esteja em crise e que ela goste de suco, é claro). Mas possui sentidos (pensamentos) diferentes. Como se vê, é perfeita a simetria na teoria de Frege entre nomes e sentenças. Tanto num caso como em outro, desde que os referentes permaneçam os mesmos, os sentidos podem ser múltiplos e o valor de verdade global de um enunciado não se alterará.

Frege, no entanto, irá propor algumas alterações nessa “teoria geral” para dar conta de enunciados que introduzem pressupostos. Citemos o exemplo mais que consagrado do próprio Frege:

(5) Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria.

Como se pode notar, há duas sentenças distintas: *aquele morreu na miséria* e *que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias*. No entanto, se alterarmos a segunda sentença por outra de mesmo referente, ou seja, de mesmo valor de verdade, o valor de verdade global do enunciado irá se alterar completamente:

(6) Aquele que descobriu o vírus da AIDS morreu na miséria.

Frege nota, então, que em casos como esse as duas sentenças não são separáveis, e que, dessa forma, não há como transcrevê-las em sentenças independentes. O que Frege propõe é, por conseguinte, considerar que a subordinada relativa (*que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias*) seja tratada como se fosse um nome que, na verdade, é o sujeito da oração principal. Como tal, seu referente não é mais um valor de verdade, mas sim um objeto no mundo, a saber: Kepler. Mas, e isso é importante, o julgamento de existência de Kepler, para Frege, não está contido no enunciado, mas está *pressuposto por sua utilização*. Uma prova disso é que tanto na forma afirmativa como na negativa mantém-se o julgamento da existência de Kepler. Se é assim, é porque não está em jogo no enunciado a existência de Kepler, ou melhor, essa existência está pressuposta.

No caso de outro exemplo indicado por Frege,

(7) Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga,

este chega a um momento de hesitação. A subordinada pode ser vista como uma sentença, e por isso tem como referente um valor de verdade? Ou, ao contrário, é apenas um nome (e tem como referente um objeto, o qual pressupõe), como em (5)? O autor chega à conclusão de que, nesse caso, a subordinada realmente exprime um pensamento, ou seja, é uma proposição. Se é assim, pode-se pensar (de acordo com a “teoria geral” de Frege) que a subordinada pode ser substituída por outra de mesmo valor de verdade sem alterar o valor de verdade global do enunciado. Frege, entretanto, irá acrescentar o fato de que, nesses casos assim

como em (5), a relação entre as duas sentenças é tal que elas enriquecem o sentido. Elas não podem ser substituídas por outras de mesmo valor de verdade. Mais do que isso, em casos como (7), Frege nota que há provavelmente um terceiro pensamento, a saber: o reconhecimento do perigo foi a razão do ataque por Napoleão. Teríamos, por conseguinte, três pensamentos, mas apenas duas sentenças, o que é embaraçoso do ponto de vista lógico. Mesmo percebendo isso, Frege admite que em casos como (5) e (7) as sentenças exprimem juntas mais do que o fariam isoladamente.

Temos, assim, na exposição de Frege, dois problemas que surgem e que estão inextricavelmente ligados: a) o problema de expressões sem referência mas com sentido; e b) o problema dos pressupostos. Os dois problemas, de fato, são um e mesmo só problema: em a) pressupõe-se a existência de um ser inexistente e em b) pressupõe-se a existência de um ser que, no entanto, não está no “dizer” (isto é, na forma lingüística) no enunciado e que também pode ser inexistente.

Gostaríamos, para finalizar essa apresentação extremamente sumária da teoria de Frege, de chamar a atenção do leitor para alguns pontos finais. No caso de nomes sem referente, Frege nota o princípio do “defeito” da linguagem comum. Mas, no caso de expressões, a coisa se complica mais um pouco, pois as relações entre as sentenças, do ponto de vista lógico, não se apresentam claramente perceptíveis, como se vê em (5) e (7). Assim, se no caso de nomes sem referente a coisa repousa mais ou menos sobre uma “evidência” (e é por isso que Frege pode propor que, na Ciência, sejam verificados os referentes de cada nome), no segundo caso, nas sentenças, há algo de mais complexo e não evidente. Além disso, o fato de que as sentenças não sejam separáveis em proposições independentes afeta seriamente uma descrição estritamente objetiva do enunciado, que é o que Frege propõe, pois a relação entre as sentenças, para usar a expressão de Frege, poderia estar seguindo *leis psicológicas*: “quase sempre, ao que parece, aos pensamentos principais que exprimimos, relacionamos pensamentos secundários que, embora não expressos, são associados a nossas palavras, inclusive pelo ouvinte, consoante leis psicológicas” (Frege, 1892, p.82).

A crítica de Russell a Frege

A crítica de Russell à teoria de Frege (que ele havia anteriormente defendido) é bastante obscura. Em parte por causa do caráter profundamente complexo da nova teoria que propõe, em parte porque, em muitos momentos, Russell interpreta de maneira diversa as colocações de Frege. Sem querer insistir nesse segundo ponto, mas apenas assinalá-lo, iremos discutir qual é a teoria que Russell propõe em relação à teoria fregeana.

Os pontos de vista de Frege ou de Russell são os de um lógico. Não lhes interessa o que se pode fazer com a linguagem ou com a língua, mas sim procurar explicar a relação desses termos com a verdade, o mundo. Frege, no entanto, depara-se a todo o momento com algo que não se encontra estritamente no enunciado, mas que é externo a ele, sem no entanto deixar de lhe fazer parte importante. E esse algo exterior pode ou não existir. É a isso que Frege denomina pressuposto. Ou, por outro lado, esse algo exterior pode ser uma intenção do sujeito (como se vê na hesitação de Frege em relação a (7)). Assim, Frege não só admite que há algo na linguagem que foge à lógica (por isso ele chama a linguagem ordinária de *defeituosa*) como irá propor um uso lógico da linguagem, uma lógica (na sua chamada “conceitografia” ou “ideografia” - *Begriffsschrift*).

Russell, por sua vez, parece estar baseado em outra tentativa, que é a de buscar a lógica da linguagem. Para isso, será necessário afastar a introdução da noção de pressuposição e de sentido e referência. Esse tripé, sentido, referência e pressuposição, como vimos, é essencial para Frege, mas, ao mesmo tempo, revela o “defeito” da linguagem comum (pode-se usar nomes com sentido e sem referência, pode-se usar pressupostos falsos – que tornam um enunciado sem valor lógico –, etc.). Se a intenção de Russell é mostrar a lógica da linguagem, esse tripé deve ser completamente abolido.

Vejam, então, qual é o fundamento da teoria russelliana. Inicialmente, Russell distingue as três maneiras em que uma expressão denotativa pode aparecer:

- (1) A phrase may be denoting, and yet not denote anything; e.g., ‘the present King of France’.
- (2) A phrase may denote one definite object; e.g., ‘the present King of England’ denotes a certain man.
- (3) A phrase may denote ambiguously; e.g. ‘a man’ denotes not many men, but an ambiguous man (Russell, 1905).

Nesse sentido, Russell tomará como fundamental a noção de variável: “I use ‘C(x)’ to mean a proposition in which x is a constituent, where x, the variable, is essentially and wholly undetermined” (id.). Dessa maneira,

- (8) *Eu encontrei um homem*

pode ser logicamente descrita como C(x), e significa, se admitimos que a classe dos homens possui o predicado *humano*, “eu encontrei x e x é humano” não é sempre falso”. O que Russell nota de importante

ai é que “this leaves ‘a man’, by itself, wholly destitute of meaning, but gives a meaning to every proposition in whose verbal expression ‘a man’ occurs”(id.). Em conseqüência, uma frase como

(9) *Todos os homens são mortais*

implica que “se x é humano, então x é mortal’ é sempre verdadeiro”. Mas vejamos como Russell lida com a distinção fregeana entre sentido e referência. Para Frege, o enunciado

(10) *O Rei da França não é calvo*

seria logicamente inavaliável, pois não possui referência e, portanto, não é verdadeiro nem falso. Russell, por outro lado, fará uma distinção entre ocorrências primárias e secundárias. Quando dizemos *George VI desejava saber se Scott é o autor de Waverley*, normalmente estamos dizendo que *George IV desejava saber se um e apenas um homem escrevera Waverley e Scott era esse homem*. Por outro lado, podemos também estar afirmando: *Um e apenas um homem escreveu Waverley e George IV desejava saber se Scott era esse homem*. Neste caso, *o autor de Waverley* tem uma ocorrência primária; naquele, secundária. Seguindo-se essa linha de raciocínio, um enunciado como (10) pode ser falso ou verdadeiro, dependendo da ocorrência de *o Rei da França*. Se (10) significa que “há uma entidade que é atualmente Rei da França e não é calvo”, então a afirmação é falsa; mas, se (10) significa “é falso que exista uma entidade que é atualmente Rei da França e que é calvo”, então é verdadeira. Ou seja, se a ocorrência é primária, é falso; se a ocorrência for secundária, porém, é verdadeira.

Pode-se supor, portanto, que, para Russell, o exemplo (5) pode ser logicamente descrito como:

- a) *Existe um e apenas um X;*
- b) *X descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias;*
- c) *X morreu na miséria.*

Ou, em outros termos, $C(x)$ tal que... etc.

Aqui, como se vê, a afirmação de existência de X (Kepler) está no próprio conteúdo do enunciado e não, como em Frege, pressuposta. O que ocorre aqui é que, ao contrário de Frege, Russell não atribui nenhum estatuto especial à afirmação de existência em seu modelo. A existência de Kepler e sua morte teriam o mesmo estatuto no enunciado. Em Frege, como vimos, a afirmação da morte de Kepler estaria “posta”

no enunciado, em sua forma lingüística, enquanto que a afirmação da existência de Kepler estaria apenas pressuposta. Além disso, no modelo fregeano, a falsidade de X, isto é, caso Kepler não houvesse existido, tornaria o enunciado logicamente sem valor, pois não este poderia ser avaliado. Russell, todavia, ao atribuir o mesmo estatuto às três afirmações, produz o fato de que a falsidade de uma das asserções implique na falsidade de todas as outras asserções.

Além das colocações acima, algo que ressalta da leitura do artigo de Russell é sua teoria a respeito do conhecimento. Para ele, há objetos que conhecemos por “*acquaintance*”, isto é, dos quais temos uma apreensão imediata e, por outro lado, há os objetos de que só temos conhecimento por expressões denotativas. Assim, no caso da “mente humana”, por exemplo, não há um conhecimento por “*acquaintance*”, mas nós os conhecemos como algo que tem tais e tais qualidades. Em resumo, a “mente humana” só nós é dada a saber através de expressões denotativas. Para repetir o autor, “in such a case, we know the properties of a thing without having acquaintance with the thing itself, and without, consequently, knowing any single proposition of which the thing itself is a constituent” (id.).

Frege e Russell: distinções

Imaginemos Frege escrevendo seu artigo: como filósofo, ele busca apreender a lógica da linguagem. Mais que isso, Frege, numa espécie de materialismo empirista, rejeita a psicologia como explicação de tudo. Tanto é assim, que Frege, após explicar a representação, irá abandoná-la, passando a concentrar-se no sentido e na referência. A partir daí, Frege irá buscar as relações entre a linguagem e o mundo, relações essas que, dado seu “materialismo”, devem ser explicadas em si mesmas, sem referência a um sujeito. No entanto, ele constata que há certa defasagem entre linguagem e mundo: não se pode falar sobre algo sem lhe dar uma descrição. Daí que os nomes não são apenas etiquetas, e daí sua distinção entre sentido e referência. Mas, mais importante que isso, há nomes que não se ligam a coisa nenhuma. Frege percebe, dessa maneira, que é da ordem da linguagem a possibilidade de se criarem mundos imaginários, de se discutirem coisas que absolutamente não existem. O que o estonteia é, também, a questão do pressuposto.

É interessante notar que Frege só recorre ao pressuposto quando encontra, no dito, algo que, no entanto, não está no dizer. É precisamente quando, para dar conta do enunciado, Frege tem que recorrer à enunciação que a questão do pressuposto surge. É então que Frege irá atribuir à linguagem ordinária um “defeito”, uma espécie de mal-entendido crônico a permeá-la. Frege irá então sustentar que a Ciência, tal como

ela a vê, deve, a todo preço, tentar se afastar irremediavelmente desse tipo de linguagem. Como diria Henry (1977, p.13):

antes de Frege, os lógicos tinham sobretudo insistido sobre as ambigüidades da linguagem. Frege formula uma nova questão ao mostrar que a gramática, e não apenas o léxico através das questões de referência, é tal que a língua permite criar um mundo de ficções, dar aparência que os objetos existem, quando eles não existem.

O paliativo para isso, na visão fregeana, é a sua conceitografia. O que também é digno de nota é que a psicologia que Frege tanto recusara volta a surgir quando ele mostra que sentenças de uma mesma frase são inseparáveis e, juntas, exprimem mais que isoladamente. Nesse ponto, ele é obrigado a referir-se às tais “*leis psicológicas*” que relacionariam as sentenças.

Parece-nos evidente que, do ponto de vista ideológico (e ideologia aqui não é ilusão, defeito, saber mal-formulado etc., mas sim um dos elementos necessários ao sujeito em sua relação com o mundo (cf. Henry), a saída de Frege é a saída que sua concepção de Ciência e verdade permitem: atribuir à linguagem natural um defeito que embaça a visão científica, que deve ser sanado de alguma maneira, que, embora seja o mesmo defeito que permite a existência da literatura, seja também a fonte de erros e ilusões na Ciência.

Voltemos ao início desse trabalho, quando fizemos uma distinção entre *objeto real* e *objeto-de-conhecimento*. Dissemos que toda ciência, em sua prática, trabalha a contradição entre esses dois objetos. Indo a um ponto mais específico dessa questão, diríamos que “a apropriação objeto real - objeto-de-conhecimento na prática de uma ciência perde, retomando o termo de Althusser, seu objeto (a contradição), substituindo-o por um outro, como a intuição lingüística ou o funcionamento metalingüístico da linguagem” (Henry, op. cit., p.24). Assim, no caso de Frege, a contradição entre os dois termos é retomada deslocando-se para a questão do sujeito e da enunciação. É justamente quando tanto o sujeito e a enunciação retornam que Frege indica o defeito da linguagem ordinária. Dessa maneira, a contradição se perde, sendo substituída pela introdução do defeito da linguagem ordinária.

Que não se veja aqui, no entanto, uma crítica à teoria fregeana. O que é mais enriquecedor é que, ao seguir uma espécie de materialismo empirista, Frege permite que surjam inúmeras questões das quais ele não dá conta. Nesse sentido, o trabalho de Frege é importante porque, de seu interior, surgem as questões que afligem a lingüística até os dias de hoje:

o sujeito, o mundo, a história, a verdade. O que ocorre é que os limites do materialismo de Frege, que Pêcheux (1975), por exemplo, chamou de *materialismo cego*, não lhe autorizam a ver o retorno incessante do real sobre sua teoria. Em outros termos, Frege não percebe a distinção entre *objeto real* e *objeto-de-conhecimento*, mesmo porque lhe faltavam essas categorias.

Russell, por outro lado, dado seu empirismo lógico, é bem menos frutífero nesse sentido. As contradições que afloram no texto de Frege (e que o fazem particularmente especial) desembocam de maneira muito diferente no texto de Russell. Após a leitura de seu texto, o leitor pode sair convencido de que há realmente uma lógica na linguagem, lógica essa que Frege não percebeu por uma imperfeição de sua teoria. A análise do exemplo (5) é a mostra disso. Esse exemplo, que obrigou a Frege a introduzir o pressuposto, não apresenta nenhum problema se usarmos o modelo lógico russelliano. A distinção conhecimento por “*acquaintance*” e conhecimento por expressões denotativas, essencialmente empírica, não é, de nenhum modo, equivalente à distinção sentido - referência. Além disso, o pressuposto não aparece em Russell porque ele atribui aos três elementos do exemplo (5) o mesmo valor.

Acima de tudo, Russell, ao criticar as teses de Frege, passa muito longe dos problemas que este levanta. Vimos como à análise de Frege retorna sempre um Real que é deixado de lado, jogado para as *leis psicológicas*, o *emprego*, o *ouvinte*, a *intenção*. Em Russell, isso ocorre de maneira menos interessante. A grande diferença entre os dois textos é justamente os problemas que cada um levanta. Concorde-se ou não com o texto de Frege, não se pode negar que ele levanta questões problemáticas e importantes, que, embora possam obter outras respostas que não as que ele, Frege, propõe, não deixam de por isso merecer reflexão. Para retomar um afirmação de Henry (1992) a respeito de Ducrot, pode-se discordar-se das conclusões de Frege, mas deve-se-lhe conceder as premissas. Em Russell, se estamos certos, os problemas levantados são de pouca monta. Na maioria das vezes, são apenas “reparos teóricos” que devem ser feitos, mas que se justificam numa primeira apresentação da tese.

A distinção entre o conhecimento por “*acquaintance*” e conhecimento por expressões denotativas, a nosso ver, é um dos momentos em que se pode ver uma substituição da contradição (no sentido da contradição entre objeto real e objeto-de-conhecimento) no texto russelliano. Para o funcionamento de sua teoria, Russell retira dela tudo o que não seja empírico, e irá então dizer que, no caso da *mente humana*, trata-se de um conhecimento por expressões denotativas. Assim, sabemos apenas que alguém possui uma mente com tais e tais propriedades, mas não sabe-

mos que a mente tem tais e tais propriedades, por que não podemos ter conhecimento por “*acquaintance*” da mente humana. Sem querer falar do artificialismo da distinção proposta, o que fica mais evidente é que, no lugar do “defeito” da linguagem comum, aparece o empirismo lógico, que, a partir de uma distinção entre tipos de conhecimento, daria conta de explicar tudo em termos de “implicação”.

Pêcheux: o impensado do pensamento

Embora diferentes entre si, parece-nos que os pontos de vista que tentamos descrever acima representam bem a contradição entre objeto-de-conhecimento e objeto-real. Vimos como, em cada caso, a concepção de língua que se é utilizada tem que lidar com um exterior à linguagem que insiste em se imiscuir e exigir modificações na teoria. Que esse exterior não seja visto como tal, e que as modificações na teoria sejam apresentadas como adaptações a um objeto-real, é algo perfeitamente compreensível. De fato, as concepções acima baseiam-se todas em uma visão em que o exterior surge sempre como acessório. Dessa maneira, a contradição entre objeto-real e objeto-de-conhecimento é substituída principalmente pela questão das “opiniões e crenças dos falantes”, “estratégia do locutor” etc....

O lugar que se atribui ao sujeito nessas teorias demonstra o que se entende por ciência e por sentido. Mais além, o lugar que o sujeito ocupa em cada uma dessas teorias lingüísticas reflete a maneira em que a contradição entre o objeto-real e objeto-de-conhecimento se insere nas mesmas. No caso do formalismo, a dimensão da luta de classes não tem seu lugar, o que faz com que tais teorias tenham que “prover-se dos meios para escamotear essa divisão, sob o risco de se ter de apelar para todas as formas de reformismo sociolingüístico para restabelecer a coerência” (Henry, op. cit., p.126). Na medida em que as dissimetrias sociais não estão presentes em tais teorias, na medida em que são todos os homens portadores de uma capacidade epistêmica idêntica, na medida em que a concepção de comunicação é a que prevalece quanto ao conceito de língua, na medida em que, no final das contas, somos todos “iguais”, opera nessas teorias uma confusão entre o objeto-real e o objeto-de-conhecimento que assegura sua própria coerência, a qual está por sua vez baseada numa visão de ciência bastante específica: a visão de ciência enquanto saber objetivo, imparcial, livre da problemática do confronto de forças numa sociedade.

Pêcheux (1975), irá nos alertar, no entanto, que, embora haja uma autonomia relativa daquilo que chamamos *língua* (o que equivale a pressupor um objeto intrinsecamente lingüístico), não se pode tratar de questões semânticas da mesma maneira com que tratamos questões

fonológicas, morfológicas ou sintáticas. Nesse sentido, ele irá propor a distinção entre *base lingüística* e *processo discursivo*, o que garante que embora todos usem a mesma língua, não a utilizem da mesma maneira. Para ser mais exato, o processo discursivo não é a expressão de um puro pensamento ou de uma atividade cognitiva que, acidentalmente, estaria utilizando os sistemas lingüísticos, mas sim garantiria o fato de que a língua seja indiferente à luta de classes e que, dissimetricamente, as classes não sejam indiferentes à língua. Assim, todo processo discursivo estaria inscrito numa luta ideológica entre classes. O que Pêcheux propõe, evidentemente, é que se apague a distinção entre ciência e retórica. Mais propriamente, traz para o centro do debate as posições de Althusser, reelaboradas a partir de uma perspectiva em que a linguagem é o nódulo central.

A noção de comunicação, portanto, está inteiramente excluída, pois é com ela que as teorias lingüísticas idealistas garantem a coerência de seu próprio discurso. Numa perspectiva materialista, não se pode nunca afirmar que a língua é o instrumento de que os homens se utilizam para se comunicar, pois estaríamos aí retomando a noção de um sujeito universal. Seríamos todos iguais novamente. Diferentemente, Pêcheux irá propor que o sistema lingüístico (universal) não pressupõe um indivíduo que dele se utilize. Ao contrário,

a discursividade não é a fala (*parole*), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (Pêcheux, 1975, p.91).

Desse modo, ao recusar a distinção língua/fala e introduzir a divisão língua/discurso Pêcheux também recusa a concepção que vê na língua o social e na fala o individual.

Mais além, a proposta de Pêcheux também tem o mérito de assegurar que o método a ser utilizado não seja uma “lingüística aplicada”. Para ele, um discurso não pode ser analisado como um texto, pois o funcionamento de um discurso não é integralmente lingüístico. Dessa maneira, a proposta de Pêcheux se situa na confluência daquilo que chamamos Ciências Sociais, ou Ciências Humanas, sem se restringir a nenhum delas em particular.

Quisemos apenas dar um esboço o mais resumido possível da teoria de Pêcheux, pois não é ela nosso objeto aqui. Sem dúvida, há muito mais o que dizer, e provavelmente nosso resumo sofre das incorreções que

todo resumo inevitavelmente acarreta, pela maneira às vezes grosseira e rápida de tratar os temas. O importante é que se tenha uma visão geral da proposta de Pêcheux, para que possamos agora fazer seu ligamento com Frege.

Como dissemos no início do trabalho, pode-se reconhecer em Frege um materialismo incipiente, mais ligado ao empirismo. E daí que sentimos vir o fascínio por seu trabalho. Pêcheux, reconhecendo esse materialismo, irá conceder a Frege a coerência de seu trabalho sobre o sentido e a referência, mas não suas conclusões. Se para Frege a linguagem proporciona a criação de mundos fictícios, da demagogia, enfim, da ilusão, e isso se deve em parte ao fato de que a linguagem introduz pressupostos que não denotam nada, para Pêcheux trata-se de outra problema: “não deveríamos, ao invés disso, considerar que há separação, distância, discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar e independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?” (id., p.99). Se aceitamos essa divisão¹, a noção de pressuposto deixa imediatamente de vigorar. É assim que Pêcheux poderá inserir o conceito proposto por Paul Henry: o *pré-construído*. O pré-construído, longe de ser apenas um conceito técnico que viria a substituir o pressuposto, é fruto de uma posição epistemológica materialista em ciência. Ao assumir o primado do ser sobre o pensamento, assume-se, por conseguinte, a divisão do sujeito. O real existe fora do pensamento e independentemente dele, mas o pensamento depende do real. Essa dissimetria

indica, de saída, que não estamos diante de duas ‘regiões’, o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões contém a outra, e em que condições (e em que espaço) se pode fazê-las coincidir. Essa não-simetria designa na verdade ‘o primado do ser sobre o pensamento’, na medida em que o real como necessário (a ‘necessidade real’) determina o real como pensamento (a ‘necessidade pensada’) e isso como se se tratasse da mesma necessidade (id., p.255).

Essa tomada de posição tem repercussão na própria consideração do fazer científico na medida em que

as modalidades histórico-materiais sob as quais ‘o real determina as formas de existência do pensamento’ são, elas mesmas, determinadas pelo conjunto das relações econômicas, políticas e ideológicas, tal como existem em ou em outro momento histórico, isto é, tal como a luta de classes, que as atravessa sob diversas formas, as organiza (id., ib.).

Vê-se, assim, como a crítica de Pêcheux a Frege tem primeiramente o mérito de reconhecer-lhe a amplitude. Em segundo lugar, o trabalho de Pêcheux não procura descobrir as “imperfeições” do pensamento fregeano, isto é, os pontos em que seu pensamento não condiz com o real, mas, ao contrário, procura justamente demonstrar que aquilo que Frege considerou como imperfeição da linguagem nada mais é que uma consequência da dissimetria que liga pensamento e mundo, e que se materializa na linguagem. A partir daí, abre-se o caminho para que Pêcheux possa propor uma teoria do discurso que seja materialista.

Considerações finais

A análise que nos propusemos a fazer nesse pequeno trabalho não é nova nem levanta questões novas tampouco. O que pensamos talvez seja interessante nela é a oposição que fizemos entre Frege e Russell, oposição que ainda não vimos explicitada amplamente em outros textos e que, por outro lado, também não pudemos explicitar além de um certo limite.

Se não se vê a Ciência como histórica, e daí se extraem todas as consequências disso, não importará muito o ângulo de abordagem da questão, porque, como diria Pêcheux (1975, p.72):

as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das idéias, quer ela tome a forma de uma rede universal, e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimento ou atos.

A questão não é, portanto, saber se é verdade: a) que a linguagem tem um defeito (como Frege); ou b) que na verdade deve-se fazer uma distinção entre dois tipos de conhecimentos das coisas (como Russell). Diria Henry (1977, p.16):

Em vez de se perguntar se a língua é uma instituição social, a realização de uma faculdade inata, ou as duas coisas ao mesmo tempo, é simultaneamente a história da lingüística, a confrontação de suas teorias, a prática do lingüista sobre a linguagem na sua especificidade que devem ser interrogadas quando se quer apreender alguma coisa da materialidade da língua enquanto objeto de conhecimento.

Isso levanta novos problemas, é claro, mas tem pelo menos a vantagem de não se desconhecem os próprios limites da Ciência.

Notas

1 Que não é nada mais que aceitar a divisão do sujeito, imposta pela consideração do inconsciente. Mas é fácil perceber o quanto é problemático para a ideologia burguesa assumir um sujeito que não seja o senhor pleno de seus atos.

Referências Bibliográficas

- DUCROT, O. (1972) *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- EVANGELISTA, W. J. (1984) “Althusser e a Psicanálise”. In: ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed., 1985.
- FREGE, G. (1892), *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1978.
- GAMUT, L. T. F. (1991) “Frege’s theory of meaning”. In: *Logic, language and meaning*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HENRY, P. (1977). *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- PÊCHEUX, M. (1975), *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2ª edição, 1995.
- RUSSELL, B. (1905), *On Denoting*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://cscs.umich.edu/~crshalizi/Russell/denoting/>
- RUSSELL, B. (1905) *Da denotação*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- THIEL, C. (1965) “The Article ‘On sense and reference’”. In: *Sense and reference in Frege’s logic*. New York: The Humanities Press, 1965.

Palavras-chave: pressuposto, sentido, objeto de conhecimento
Key-words: presupposition, meaning, object of knowledge

ENUNCIADO E SENTIDO EM MICHEL FOUCAULT

André Luiz Joasilho e Mariângela P. Galli Joasilho
UEL

RESUMO: *Este artigo apresenta uma discussão do conceito de enunciado, tal como definido por Michel Foucault em Arqueologia do Saber (1969). Os autores buscam compreender o enunciado como ferramenta de análise na obra de Foucault, enfocando o seu caráter material e sua relação com outros conceitos e categorias de análise.*

ABSTRACT: *This article presents a discussion of the concept of statement, as defined by Michel Foucault in Archaeology of Knowledge (1969). The authors seek to understand the statement as a tool of analysis in Foucault's work, focusing on its material character and its relationship to other concepts and categories of analysis.*

Nos meios acadêmicos, uma longa batalha vem se travando em torno do “legado” de Michel Foucault. *Discurso, saber, poder, microfísica, micropolítica*; enfim, vários termos formulados e utilizados pelo autor são apropriados como conceitos de valor heurístico por muitos pesquisadores.

Porém, teriam efetivamente estes conceitos tal valor? Teria Foucault providenciado um corpo teórico em relação ao qual se deve estabelecer uma compreensão realmente exata? Seria possível saber com precisão o que Foucault entendia dos seus próprios conceitos? Se tivermos em conta a própria posição de Foucault com relação aos seus conceitos ou a uma teoria pessoal, estas perguntas são descabidas:

... meu discurso, longe de determinar o lugar de onde fala, evita o solo em que se poderia apoiar. É um discurso sobre discursos, mas não pretende neles encontrar uma lei oculta, uma origem recoberta que só faltaria libertar; não pretende tampouco estabelecer, por si mesmo e a partir de si mesmo, a teoria geral da qual eles seriam modelos concretos. Trata-se de desenvolver uma

dispersão que nunca se pode conduzir a um sistema único de diferenças, e que não se relaciona a eixos absolutos de referência; trata-se de operar um descentramento que não permite privilégio a nenhum centro (Foucault, 1986, p.233).

Essa descentralização do discurso foi muito pouco observada por comentadores “foucaultianos”, em geral, críticos, em particular. Seus seguidores pretendem apresentar normalmente “o que exatamente ele quis dizer”, afrontando a sua própria posição sobre a verdade e a autoria. Críticos não vão mais longe, tentando apontar falhas filosóficas, epistemológicas ou históricas nas suas obras.

Se partirmos da ideia de que Foucault buscava formas de compreender práticas discursivas, notar-se-á que os seus conceitos eram, em sua maior parte, provisórios, isto é, não tinham valor de verdade ou de chaves mestras, simplesmente serviam como ferramentas para explorar um determinado assunto num determinado momento da investigação. Assim, *loucura, epistême, prisões, sexualidade*, por exemplo, foram investigadas com ferramentas específicas de serventia momentânea, sendo, posteriormente, abandonadas sem o menor pudor ou arrependimento, como, por exemplo, *formação discursiva*, expressão utilizada à exaustão na fase arqueológica e, posteriormente, deixada de lado, dando lugar à *prática discursiva*; com efeito: “o abandono aparente do tema do discurso após 1971, em favor de uma análise das práticas e estratégias, corresponde ao que Foucault descreveu como a passagem de uma arqueologia a uma “dinastia do saber”¹ (Revel, 2008, p.40). Isso não nos impede de compreender essas ferramentas no momento em que são utilizadas. Este é o nosso objeto, ao analisar o conceito de enunciado em Michel Foucault, especialmente quando ele o delimita na sua obra *A Arqueologia do Saber* (1969/1986).

AD, sujeito e enunciado

Em nossa compreensão, não se pode discutir o conceito de enunciado em Foucault sem confrontá-lo com o que se formula em Análise do Discurso, especialmente a de linha francesa. Muitos pesquisadores em AD filiam seus trabalhos, pelo menos em parte, às questões levantadas por Michel Foucault, principalmente, às relativas ao discurso, à autoria e ao enunciado. Sobressaem-se citações d’*A arqueologia do Saber*, d’*A ordem do discurso* (1996) e d’*O que é um autor* (1992) nos trabalhos de analistas de discurso, que buscam mesclar conceitos construídos dentro de sua área do saber, como um campo de cientificidade próprio, e as proposições foucaultianas, para analisar os discursos e, mais particularmente, o enunciado, o tema deste estudo.

O ponto zero para as Teorias da Enunciação e para a AD é o enun-

ciado estruturado/organizado por palavras, pois “ela (AD) não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leituras, visando permitir uma interpretação.” (Mazière, 2007, p.13). As análises devem mostrar que o sentido se produz a partir de uma base estruturante, isto é, iniciando pela palavra, o átomo do discurso. Mas não qualquer palavra, ou melhor, qualquer palavra posta em movimento. E o vetor é o sujeito, como veremos adiante.

Dessa forma, se tomarmos um de seus textos fundadores, o de Z. Harris, na Revista *Langages* 13, veremos que um dos primeiros procedimentos na AD é a procura da equivalência das frases para constituir o sentido do discurso; vejamos:

“A primeira etapa na análise do discurso consiste em decidir quais elementos devem ser considerados como equivalentes (...). Isso não é sempre automático, não se trata simplesmente de encontrar quais dos elementos que têm ambientes idênticos; pois, 1º, pode-se ter aqui várias maneiras de partir uma frase em partes equivalentes; e 2º, é preciso determinar em qual direção procurar as cadeias de equivalência que são menos evidentes” (Harris, 1969, p.20-21)²

Logo, a busca na análise é a do sentido por confirmação, quer dizer, busca-se frases que se repetem em diferentes locais, mas que têm o mesmo sentido. Portanto, o ponto chave é a enunciação, ou melhor, quem enuncia, implicando, obviamente, no sujeito.

No entanto, o sujeito na AD é o sujeito determinado pela estrutura do texto, portanto, um não-sujeito. Vejamos: “referência obrigatória, o sujeito da AD é um ‘lugar de sujeito’ em uma abordagem dessubjetivada. De fato, ele não pode ser apreendido, a não ser no interior de cada uma das buscas do analista, em função de seu desígnio interpretativo de sua posição quanto à língua.” (Mazière, 2007, p.22). No entanto, esta concepção de sujeito, a despeito das tentativas de aproximação, não é no mesmo sentido empregada por Foucault, ao contrário, pois para a AD o sujeito é negado pela sua condição de alienação face ao texto. Eliminada a alienação, o sujeito poderia ser também sujeito de seu discurso, mas esta tarefa não caberia aos linguistas (cf. Mazière, 2007, p.62 e ss.). É nesse sentido que também Pêcheux vê o sujeito da enunciação na sociedade capitalista (cf. 1988, pp. 130 e ss.). Ele (o sujeito), na realidade, está impedido de ser o próprio discurso, pois alienado, só pode ser vetor de um discurso que passa por ele, mesmo sendo o enunciador:

A oposição entre enunciado, texto realizado e enunciação, ato de produção do texto, apareceu com as análises da lingüística européia, na convergência dos estudos formalistas sobre as estruturas narrativas e aquelas da estilística de Praga e de Genebra. Num dos pólos coloca-se a estrutura significativa de um enunciado acabado e fechado e onde, nele mesmo, cada elemento responde pelo conjunto; no outro pólo, o sujeito, cujo ato único e decisivo, o qual criou o enunciado, é mediado por uma sucessão de estruturações e de integrações, cada uma delas encontrando por qualquer ligação um reflexo num texto assim marcado e determinado. A enunciação é presentificada seja como o surgimento do sujeito no enunciado, seja como a relação que o locutor mantém através do texto com o interlocutor, ou como atitude do sujeito falante face a seu enunciado. Além disso, e sem se identificar aos mecanismos de produção, de geração de enunciados, ela seria, antes de tudo, um processo como o texto é uma estrutura (...) (Dubois, 1969, p.100)³

A posição de Dubois define bem a situação do sujeito no discurso, mediado pela estruturação da língua, assim “na AD compreende-se que exista um “sujeito assujeitado, falado por seu discurso” (Mazière, 2007, p.10), porém, não é o caso de Foucault. Para este, a questão do sujeito não passa por um emissor e, muito menos, por um discurso que o assujeita, como veremos adiante. Na AD, o sujeito aparece como um não “autor”, quer dizer, ele é “atravessado” pelo discurso, ou melhor, por discursos. Práticas sociais existentes constituem as falas que, por sua vez, se fazem a partir de enunciados que estão presentes nessas práticas sociais; por isso, ideologia faz parte desta ideia de sujeito falante: ele fala ideologia, ou melhor, a ideologia passa por ele. Daí, busca-se a compreensão do enunciado, em primeiro lugar, e a constituição de discurso, em segundo. Mas ainda cabe um reparo: para a AD, “enunciados e discursos serão dois termos, por vezes e equivocadamente, confundidos em AD, visto que um é um dado, o outro, uma investigação, que permite estabelecer um *corpus*” (Mazière, 2007, p.14).

Assim, desde os trabalhos iniciais, os estudos se concentraram em determinados textos:

Os primeiros *corpora* estudados foram textos políticos e textos fundadores. As técnicas de segmentação (...) são então aplicadas a um conjunto de textos selecionados para significar por contraste: contraste político (...); contraste de gênero (...); contraste diacrô-

nico (propriedade feudal/propriedade burguesa) (Mazière, 2007, p.15).

No entanto, para Foucault não existe texto fundador, pois não se trata de uma interpretação, ou melhor, trata-se de um comentário ou comentário de comentários, pois:

a repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples repetição. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado (...). O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (Foucault, 1996, pp. 25-26).

Já Pêcheux compreende que:

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (...) de pontos de deriva possíveis, oferecendo um lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

E é nesse ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajero discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (Pêcheux, 1990, pp.53-54).

Logo, a interpretação deve dar conta do sentido, construído na relação entre enunciado e sociedade, isto é, para Pêcheux, trata-se de uma dialética do texto. Isso se afasta de proposição foucaultiana, que não busca uma dialética e muito menos o sentido do enunciado.

Foucault, enunciado e discurso

Para Foucault, em primeiro lugar, o enunciado deve ser tomado como plenamente histórico e isto quer dizer que deve estar ligado não às especificidades temporais típicas do conhecimento histórico, mas às suas regras de formação. Um enunciado não atravessa os séculos e é usado conforme a época, ele é inventado em cada época. Por exemplo, a

literatura não tem um conjunto próprio de enunciados que sofrem modificações no tempo, mas são enunciados formulados em determinada época que podem constituir uma formação chamada, hoje, literatura. Logo, se encontrarmos algo chamado literatura em outra época será necessário verificar as formulações de enunciados que levaram a compor esta formação e que quase nada tem a ver com outra mais recente (Foucault, 1986, p.25)

Então, em segundo lugar, ele está sempre em correlação, quer dizer, nunca está isolado num discurso no qual se busca o sentido numa continuidade, e sim é sempre vizinho de outro, logo,

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (idem, p.31).

Em terceiro lugar, busca-se verificar o enunciado na sua descontinuidade, isto é, não é na sua forma contextual ou estrutural, ou ainda, num ambiente de texto. Ele é marcado pela sua relação com outros enunciados e não na participação da construção de sentido de um texto.

Porém, a questão não é pulverizar formações discursivas tradicionais (literatura, ciência, filosofia, etc.) em infinitos enunciados que se relacionam de acordo com a vontade do investigador ou, ainda, de uma pretensa unidade e continuidade, mas compor quadros dos quais as próprias formações tradicionais são parte, ou melhor, encontram o seu lugar de constituição (id., p.32-33).

Por fim, não é simples jogo interpretativo, mas análise de funcionamento e das relações entre enunciados (id., p.33). Mas onde encontrar essas relações? Assim, “é preciso, empiricamente, escolher um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever” (id., p.34), como a do sujeito ou do corpo.

Dessa forma, o enunciado não é

um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso (id., p.90).

Isto é, não é o zero do discurso e somente poderia existir dentro de uma “estrutura proposicional definida” (p.91), ao contrário, ele pode ter um significado sem se referir necessariamente a uma frase ou a um conjunto lógico-gramatical. Enfim, não há necessariamente uma equivalência entre a frase e o enunciado, portanto, para Foucault há uma clara distinção entre os dois. A frase pode conter um ou mais enunciados, mas o enunciado não precisa ser uma frase, vejamos:

Quando encontramos em uma gramática latina uma série de palavras dispostas em coluna – *amo, amas, amat* –, não lidamos com uma frase, mas com o enunciado das diferentes flexões pessoais do indicativo presente do verbo *amare* (...) Pode-se ir mais longe: uma equação de enésimo grau ou a fórmula algébrica da lei da refração devem ser consideradas como enunciados; e se possuem uma gramaticalidade muito rigorosa (...), não se trata dos mesmos critérios que permitem, em uma língua natural, definir uma frase aceitável ou interpretável (...). Não parece possível, assim, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase (id., p.93).

Foucault coloca claramente que o enunciado não se reduz a uma unidade linguística, “superior ao fenômeno e à palavra, inferior ao texto”, como afirma (id., p.122). E tendo esclarecido que o enunciado é uma função, cabe se ocupar dela:

... pondo em jogo unidades diversas (elas podem coincidir às vezes com frases, às vezes com proposições; mas são feitas às vezes de fragmentos de frases, séries ou quadro de signos, jogo de proposições ou formulações equivalentes); e essa função, em vez de SAR um ‘sentido’ a essas unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um domínio de coordenação e de coexistência; em vez de lhes determinar a identidade, aloja-as em um espaço em que são consideradas, utilizadas e repetidas (id., p. 122).

Assim, o enunciado não é uma construção aleatória da língua, é uma potencialidade, mas isso não quer dizer, como já foi visto, que ele é a possibilidade de sentido mesmo que não implique numa frase, pois, por exemplo,

o teclado de uma máquina não é um enunciado; mas a série de letras – A, Z, E, R, T –, enumerada em um manual de datilografia, é o enunciado da ordem alfabética adotada pelas máquinas francesas. Eis-nos, pois, em presença de um certo número de conseqüências negativas: não se requer uma construção lingüística regular para formar um enunciado (...); mas não basta tampouco qualquer realização material de elementos lingüísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir. O enunciado, portanto, não existe nem do mesmo modo que a língua (...), nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção (Foucault, 1986, p.97).

Logo, o enunciado é uma função de existência (id., p.99), pois ele permite a existência dos signos, porque constitui a relação entre os próprios signos, mesmo porque se refere a algo; portanto, a existência do enunciado está diretamente ligada a sua relação de referência, isto é, ao seu correlato, logo: “o que se pode definir como *correlato* do enunciado é um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas.” (id., p.104)

Portanto, para Foucault, trata-se de descobrir as regras de formação da correlação e, neste aspecto,

o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (Foucault, 1986, p.104).

Mas, se o enunciado não o grau zero do discurso, nem sua unidade lógica, mas sim o correlato do signo, como reconhecê-lo? “Pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças” (id., p.105).

Além disso, o emissor do enunciado não é o mesmo do autor. Tomemos o exemplo do teclado da máquina de escrever “azert”, quem o enuncia? No caso, podemos nos colocar como sujeitos enunciadorez pelo fato de o fazermos neste momento, mas não necessariamente ocupamos a posição da autoria. É nesse sentido que, para Foucault, a questão do sujeito enunciadorez não é relevante (id., p.106), pois “é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo

indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes indivíduos.” (id., p.107, cf. também p.109). E, ao mesmo tempo, não implica que o enunciado é ideológico. Afinal, qual seria a carga ideológica de “AZERT”?

Desta forma, o sujeito é também relacional já que não é preciso que alguém específico esteja ali, mas que alguém enuncie, isto é, alguém está na posição de enunciar num determinado momento, num determinado lugar, daí o caráter relacional, cabe encontrar as condições para que alguém enuncie.

É importante lembrar que o enunciado prescinde do contexto da mesma forma que do sujeito, porém ele não isolável, ele não existe por si, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (id., p.112) e, portanto,

“não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola.” (id., p.114).

O que implica numa materialidade, quer dizer, para existir ele “é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer.” (id., p.115). Isso nos leva a perceber que de se trata de uma circularidade, isto é, o enunciado pode ser repetido indefinidamente atualizando outros, portanto não se trata de algo único e exclusivo no tempo e espaço, mas de algo que sempre é colocado em funcionamento, é sempre utilizado ora por um, ora por outro, o que o coloca longe da questão do contexto ou da estrutura. Trata-se, antes de tudo, de uma relação.

Quando se fala em relação, não se busca uma contiguidade contextual, como se espera quando se trata de um assunto. Por exemplo, quando falamos em educação e de sua história, busca-se a confirmação documental pela exaustão do assunto, ou melhor, o contexto. Leis, decretos, discursos pedagógicos, proposições didáticas, etc., que confirmem o contexto chamado “história da educação num determinado período”. Na relação enunciativa, a referência não passa necessariamente pelo assunto, mas pelo objeto, e no caso do nosso exemplo, o objeto é o corpo, portanto, a pergunta sobre o objeto se faz de modo diferente. A questão não é por que, mas como. Como foi possível constituir determinadas práticas educacionais sobre o corpo dos alunos em determinado momento? Como ocorreram mudanças nessas práticas?

A mutação do questionário implica no questionamento da construção de discursos através de enunciados e de sua relação com o objeto. Assim, a função enunciativa,

em vez de dar um ‘sentido’, a essas unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um domínio de coordenação e de coexistência; em vez de lhes determinar a identidade, aloja-as em um espaço em que são consideradas utilizadas e repetidas. Em suma, o que se descobriu não foi o enunciado atômico (...) mas sim o campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz aparecerem unidades diversas (id., p.122).

Isso nos leva a pensar sobre a formação discursiva. Foucault a define como

o princípio de dispersão e repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (...), o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico (id., p. 124).

Assim, antes de contrapor o que a linguística havia formulado em termos conceituais sobre o enunciado, Foucault toma emprestado o termo e lhe dá um uso diferente. A mesma coisa se passa com “discurso”, “formação discursiva”, “frase”, “proposição”, etc., constituindo um campo conceitual particular, voltado exclusivamente para as pesquisas que empreendia no momento, tanto que pouco ele falará de enunciado nos escritos posteriores ao da *Arqueologia do saber*, mesmo porque, as pesquisas posteriores (a prisão, a sexualidade), ganharam seus próprios conceitos, isto quer dizer, Foucault era um fabricante de conceitos efêmeros, ou melhor, inventava os seus próprios instrumentos para suas pesquisas e estes, muitas vezes, não serviam para as pesquisas posteriores, tanto que ele afirma:

“Não, certamente, que eu queira contestar o valor de semelhante modelo (conceitual); não que eu queira contestar o valor de semelhante modelo; não que eu queira, antes mesmo de tê-lo testado, limitar-lhe o alcance e indicar imperiosamente o limiar que

não deveria ser por ele transposto. Mas gostaria de fazer aparecer uma possibilidade descritiva, esboçar o domínio ao qual ela é suscetível, definir seus limites e sua autonomia. Essa possibilidade descritiva se articula com outras; não deriva delas.” (id., p.124).

Dessa maneira, ele não busca estabelecer “o que foi dito”, ou o sentido, mas o uso, pois, o enunciado se relaciona com o objeto, expressando a sua materialidade e não o seu sentido: “...a análise dos enunciados não pretende ser uma descrição...” (id., p.125)

Portanto, descrever do enunciado não significa estabelecer o seu sentido último e inequívoco. Trata-se antes de “definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (...) uma existência, e uma existência específica” que se relaciona com objetos e “como um jogo de possíveis posições para um sujeito” (idem, ibidem), estabelecendo uma coexistência dentro de uma materialidade repetível (id., ib.).

Enunciado e materialidade

Seguindo este raciocínio, vemos que a descrição dos enunciados para Foucault, se afasta das disposições da AD que pretende dar visibilidade ao que está dito; dar visibilidade ao que está além do visível, pois o que vemos ou entendemos pode ser enganoso. Não há nada além ou aquém do enunciado. Ele é uma positividade, quer dizer, ao que ele se refere é exatamente ao que ele se refere e “analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de performances verbais ao nível dos enunciados e da forma de positividade que os caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso” (id., p.144). Logo, não se trata de descobrir o não-dito no que está dito, mesmo porque o enunciado se refere a uma materialidade e a um jogo de posições do sujeito. Se ele tem como relação um objeto e prescinde do autor, então não há além nem aquém, somente ele, pois,

o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto (...). A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhum outra em seu lugar. Desse ponto de

vista, não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva (id., p.126).

Cabe compreender, dessa forma, que o enunciado necessita de um outro olhar, uma outra questão, como foi dito acima, trata-se de

interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz (...). Trata-se de suspender, no exame da linguagem, não apenas o ponto de vista do significado (...), mas também o do significante, para fazer surgir o fato de que em ambos existe linguagem, de acordo com domínios de objetos e sujeitos possíveis, de acordo com outras formulações e reutilizações eventuais (id., p.129).

A referência não é o sujeito, mas as possibilidades de um sujeito qualquer ocupar o lugar de enunciação, pois “a análise dos enunciados se efetua (...) sem referência a um *cogito* (...)”. Ela situa-se, de fato, no nível do ‘diz-se’. Do mesmo modo, a referência não é para qual significante remete o significado, mas a relação entre enunciado e objeto: o que existiria para além de “AZERT” ou “ASDFG”? Se não há significado oculto, também não está visível, pois o teclado da máquina de escrever se refere a uma materialidade, à própria máquina, mas ela também é uma enunciação sobre o corpo, afinal, não devemos assumir determinadas posturas diante dela? Não devemos aprender a utilizá-la? Então, o enunciado “ASDFG” não se inscreveria correlatamente nos enunciados sobre o corpo? Sobre a pedagogia?

É na relação que se torna possível a descrição dos enunciados, porém, descrevê-los significa pô-los em conjuntos que Foucault chamou de formações discursivas, e, com efeito,

o que se descreveu sob o nome de formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos *enunciados* (id., p.133).

Em suma, para Foucault:

a formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de performances verbais – sistema que não o rege sozinho, já que ele obedece, ainda, e segundo suas outras dimensões, aos sistemas lógico, lingüístico, psicológico. O que foi definido como ‘formação discursiva’ escande o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados (id., p.134).

Assim, antes da formação discursiva ser a somatória de enunciados definidos pelo contexto, quer dizer, por suas contiguidades, ela é a própria correlação com os enunciados: “a análise do enunciado e a da formação são estabelecidas correlativamente” (id., p.135).

Essa correlação, nos leva, finalmente, ao discurso e

chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (...) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (id., p.135).

É neste trajeto que Foucault chega ao seu conceito de “prática discursiva”: “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (id., p. 136).

Com relação à prática discursiva, cabe dizer que Foucault acrescentará, nas obras seguintes, a questão do poder que, embora delineado, no período arqueológico, somente ganhará corpo na fase genealógica, abandonando o conceito de formações discursivas.

No entanto, podemos ver no enunciado o delineamento, pelo menos provisório, como tudo na obra de Foucault, de uma analítica das formações discursivas e também das práticas discursivas, ou ainda, quase um método. No entanto, é importante notar que este conceito não adquiriu, pelo menos para o autor, um valor heurístico, mas permite compreender que o discurso, ou a sua formação, é essencialmente histórico. Vejamos:

Não se pode mais dizer que uma descoberta de um princípio geral, ou a definição de um projeto, inaugura – e de forma maciça – uma fase nova na história do discurso. Não se deve mais procu-

rar o ponto de origem absoluta, ou de revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar. Temos de tratar de acontecimentos de tipos e níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica, tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência. As homogeneidades (e heterogeneidades) enunciativas se entrecruzam com continuidades (e mudanças) linguísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se dominem necessariamente (id., p.167).

Então, o enunciado não transcende o próprio discurso, ele o compõe mas dentro de determinadas regras de formação e que são constituídas historicamente, quer dizer, nas práticas que se instituem em torno de objetos. Daí a constante criação de ferramentas para compreender essas práticas e determinar objetos que não são naturais como o corpo, a loucura, a sexualidade, a punição, ou melhor, como práticas discursivas os tornaram naturais.

Notas

1 L'abandon apparent du thème du discours après 1971, au profit d'une analyse des pratiques et des stratégies, correspond à ce que Foucault décrit comme le passage d'une archéologie à une 'dynastique du savoir'.

2 La première étape dans l'analyse du discours consiste à décider quels éléments doivent être considérés comme équivalents (...). Ce n'est pas toujours automatique, il ne s'agit pas simplement de trouver ceux des éléments qui ont des environnements identiques, car 1° il peut y avoir plusieurs façons de couper une phrase en parties équivalentes ; e 2° il nous faut déterminer dans quelle direction chercher les chaînes d'équivalences qui sont moins évidentes.

3 L'opposition entre l'énoncé, le texte réalise et l'énonciation, acte de production du texte, apparaît avec les analyses de la linguistique européenne, à la convergence des études des formalistes sur les structures narratives et de celles de la stylistique pragoise et genevoise. A l'un des pôles on pose la structure signifiante d'un énoncé achevé et clos, et où, para là même, chaque élément répond de l'ensemble ; à l'autre pôle, le sujet, dont l'acte unique et décisif, qui crée l'énoncé, est médiatisé par une succession de structurations et d'intégrations, chacune d'entre elles trouvant par quelque lieu un reflet dans un texte ainsi marqué et déterminé. L'énonciation est présentée soit comme le surgissement du sujet dans l'énoncé, soit comme la relation que le locuteur entretient par le texte avec l'interlocuteur, ou comme l'attitude du sujet parlant à l'égard de son énoncé. Ailleurs, et sans s'identifier aux mécanismes de production, de génération des énoncés, elle serait avant tout un procès, comme le texte est une structure.

Referências Bibliográficas

- CERTEAU, M. (1990). *L'invention du quotidien. 1. arts de faire*. Paris: Gallimard.
- CHARTIER, R. (1990). *A história cultural*. São Paulo: Bertrand Russel/DIFEL.
- DELEUZE, G. (1987). *Foucault*. Lisboa: Vega.
- DUBOIS, J. (1969). "Énoncé et énonciation". In : *Langages*, nº 13, vol 4.
- FOUCAULT, M. (1986). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____. (1977). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- HARRIS, Z. S. 1969. "Analyse du discours". In: *Langages*, nº 13, vol 4.
- MAZIÈRE, F. (2007). *A análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial.
- PÊCHEUX, M. (1990). *O discurso, estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- REVEL, J. (2008). *Dictionnaire Foucault*. Paris: Ellipses.

Palavras-chave: Foucault, enunciado, história das ideias

Key-words: Foucault, statement, history of ideas

À QUEBRA DA DICOTOMIA ANTERIORIDADE/POSTERIORIDADE DA LINGUAGEM EM RELAÇÃO AO PENSAMENTO: A VISÃO HOLÍSTICA DE WILHELM VON HUMBOLDT

Morgana Fabiola Cambrussi e Eric Duarte Ferreira
UFFS

RESUMO: À clássica relação entre a linguagem e o pensamento convencionou-se atribuir a dicotomia anterioridade/posterioridade. Segundo estudos que destacam da linguagem sua função comunicativa, esta é posterior ao pensamento; já em pesquisas que ressaltam na linguagem a função constitutiva, o pensamento é constituído pela linguagem. Estudos universalistas mais recentes postulam o aparato cognitivo inato, que seria anterior a ambos: pensamento e linguagem. Contrário a todo esse quadro, Wilhelm von Humboldt concebe pensamento e linguagem em inter-relação e em inter-dependência, o que desarticula a dicotomia anterioridade/posterioridade para os dois componentes.

ABSTRACT: To the classical relation between language and thought the dichotomy anteriority/posterity is conventionally assigned. According to studies that highlight the communicative function of language, the latter is posterior to thought; in surveys that highlight the constitutive function of language, thought is constituted by language. More recent universalist studies postulate an innate cognitive apparatus, which would be prior to both thought and language. Contrary to this whole picture, Wilhelm von Humboldt conceived thought and language as inter-related and inter-dependent, a position which dismantles the dichotomy anteriority/posterity for the two components.

1 Introdução

A relação entre o pensamento e a linguagem na tradição ocidental foi alvo de constantes questionamentos, através dos quais filósofos e es-

tudiosos da linguagem construíram, ao longo da história, distintas maneiras de se conceber essa intrincada relação. No caso de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), seus extensos escritos apresentam *aparentes* contradições que em uma rápida leitura dificultam a compreensão da complexidade de suas idéias. Por essas razões, suas pesquisas linguísticas são apresentadas frequentemente como de difícil sistematização, apesar de serem facilmente inscritas na tradição dos estudos deterministas empiristas.

Também por tradição, os trabalhos de Humboldt e de outros autores que trataram da relação entre pensamento e linguagem foram agrupados ou contrapostos de acordo com a argumentação da precedência de um componente sobre o outro. A base dessas idéias que distanciam linguagem de pensamento pela supremacia de um dos dois elementos constitui uma metáfora espaço-temporal formadora da dicotomia *anterioridade/posterioridade*. Em função desse quadro linearizante, podemos esboçar pelo menos três vertentes principais fundamentadas nessa dicotomia e localizadas na esteira dos estudos sobre a relação entre o pensamento e a linguagem, desde John Locke até Steven Pinker.

Para a análise desse panorama teórico dos estudos da relação entre o pensamento e a linguagem, serão delineadas, nesta discussão: a) duas vertentes que são mais bem entendidas se considerarmos aspectos funcionais da linguagem (função comunicativa em se tratando de estudos mentalistas e de estudos empiristas (a linguagem dá forma física ao pensamento) e função constitutiva em se tratando de estudos relativistas ou deterministas (a linguagem constitui o pensamento); e b) uma outra em que, além da base mentalista, assume-se a existência de um esquematismo inato e universal que tem primazia tanto sobre o modo como usamos a linguagem quanto sobre a maneira como pensamos.

Para a vertente estabelecida por aspectos funcionais comunicativos, destacar da linguagem a ação natural de comunicar (veicular, traduzir, expressar, transmitir) o que pensamos é, como veremos, supor que haja anterioridade do pensamento em relação à palavra e que esta é usada como canal de materialização/exteriorização de idéias já concebidas na mente, à proporção que as representa. Para o agrupamento seguinte, definido por aspectos funcionais constitutivos, por outro lado, afirmar que a linguagem serve para muito mais, como, por exemplo, para a própria constituição do homem e de sua realidade, é supor, entre outras coisas, que haja a posterioridade do pensamento em relação à própria linguagem responsável por moldá-lo.

Em se tratando da terceira vertente aqui definida, de caráter universalista, Chomsky propõe uma instância anterior ao pensamento e à linguagem que está relacionada ao potencial humano para o desen-

volvimento desta última: a gramática universal. Pinker, por outra via desse mesmo racionalismo, argumenta em favor da existência de uma anterioridade à língua natural e ao pensamento “traduzido” por ela: o mentalês. Para ambos, o pensamento não se molda segundo as línguas naturais, tampouco traduz o mundo pelas categorias estruturais particulares das línguas. Nessa vertente, a linguagem não possui força restritiva sobre o que é externo a ela (homem, mundo, pensamento), como os estudos deterministas veementemente sustentaram – o que se verifica até mesmo pela consideração de que anterior às línguas naturais está o mecanismo inato estruturador da faculdade da linguagem. Porém, há uma brutal oposição entre esses dois autores, pois Pinker defende que a competência para o desenvolvimento da linguagem inclui estruturas de conceitos, já Chomsky nunca defendeu essa idéia.

Diante do impasse dicotômico que permeia as três vertentes esboçadas acima, traçamos os objetivos deste artigo: (i) discutir e apresentar, de forma sucinta, como esses estudos sobre a relação entre o pensamento e a linguagem são pautados na dicotomia *anterioridade/posterioridade*, (ii) a fim de buscar localizar o pensamento de Humboldt sobre o tema fora dessa dicotomia que se convencionou atribuir também às afirmações do autor. Compreendemos as reflexões humboldtianas sobre pensamento e linguagem para além dessa classificação, razão pela qual sustentaremos que, nos estudos do autor, linguagem e pensamento integram por movimentos em um *continuum*, não por categorias discretas.

2 A anterioridade do pensamento

Sabe-se que com o advento do método cartesiano para a descrição dos processos de conhecimento, em meados do século XVII, torna-se plausível, à época, falar de idéias e objetos na mente que representam a realidade. Nesse sentido, encontramos na *Lógica da Gramática Geral e Razoada* (1660) de Port-Royal¹, escrita por Antoine Arnauld e Claude Lancelot, ávidos leitores de René Descartes, a explicação da noção de signo como um meio para a expressão do pensamento: “A gramática é a arte de falar. Falar é explicar seus pensamentos por meio de signos que os homens inventaram para esse fim” (Arnauld e Lancelot, 2001, p.3).

A linguagem era tomada por Port-Royal como algo em que está contida a representação de operações mentais anteriores à fala. Essas operações (conceber, julgar e raciocinar) seriam regidas por princípios gerais, independentemente da língua utilizada pelo homem para expressar o que se passa em seu “espírito”. Vemos de maneira clara que, para a formulação de tais concepções racionalistas e universalistas relacionadas ao modo pelo qual pensamos e falamos, os jansenistas Arnauld e Lancelot se apoiam na primazia do pensamento sobre a linguagem.

Um movimento semelhante pode ser encontrado nas análises empiristas do filósofo inglês Locke (1632-1704) sobre a relação entre as palavras e as ideias. Suas conclusões são amplamente conhecidas no campo da psicologia por marcarem, historicamente, o início do que se denominou comumente de *visão comunicativa da linguagem*. Para Locke (1988), a utilização ideal das palavras seria aquela em que se apresentassem na mente do ouvinte as mesmas ideias formuladas na mente do falante, em uma relação mente/linguagem/mente. A linguagem, nessa concepção, é vista como um canal através do qual duas mentes se comunicam, isto é, sua função é estritamente a de servir como um meio físico de comunicação entre mentes que se encontram isoladas.

De acordo com Eysenck (2001), esse processo de comunicação fundamenta-se sobre as noções de codificação e decodificação. O pensamento seria codificado, materializado, por um processo de *lexicalização*, e passaria da mente do falante para as palavras pronunciadas ou escritas. Em contrapartida, ao ouvir as palavras ou lê-las, o indivíduo as decodificaria em busca da compreensão, transformando-as em pensamento por um processo de *mentalização*.

O caráter fortemente intuitivo dessas proposições advém da maneira como, em geral, temos a percepção do modo como utilizamos a linguagem: pensamos primeiro e depois falamos ou escrevemos. A manifestação do conteúdo do pensamento, sua lexicalização, somente se daria em um plano ideal, pois, também intuitivamente, podemos contrapor a ela uma situação que a contesta: quem nunca se deu conta de que o que disse não era exatamente aquilo que tinha pensado? Ou que em certos momentos parece ser impossível expressar em palavras o que estamos pensando?

Supor a anterioridade do pensamento em relação à linguagem, nessa acepção, significa dizer que o que se exterioriza através dela é uma parte menor de tudo o que ocorre na mente. E que as perdas do processo de lexicalização acontecem devido às limitações da linguagem. Assim, o pensamento seria ontologicamente mais denso do que aquilo que se manifesta na linguagem, que passaria a ser considerada um reflexo distorcido, imperfeito, da vida mental.

Como podemos perceber, ao estabelecer a primazia do pensamento sobre a linguagem, esses estudiosos a consideraram como *representação* de uma instância anterior. A existência de idéias ou objetos na mente, que seriam transmitidos através da linguagem – de maneira imperfeita –, foi uma posição dominante na tradição filosófica ocidental até o começo do século XVIII, pois tal como em Descartes, Locke e na lógica de Port-Royal, o que temos é uma concepção de realidade à qual nossas idéias devam corresponder ou espelhar. Na verdade, desde os gregos até

antes de Kant, a linguagem foi acusada de ser falha, justamente por sua suposta falta de primor para representar a realidade, o que, consequentemente, atrapalharia nosso acesso e compreensão das coisas do mundo.

Em *Crátilo*, diálogo de Platão elencado entre os primeiros textos ocidentais sobre a linguagem, percebe-se uma criteriosa demonstração dessa suposta falha. Cada um dos três personagens do diálogo possui posicionamentos diferentes em relação ao aspecto representativo atribuído à linguagem. Para Crátilo, o mundo está fielmente espelhado na linguagem; para Hermógenes, não há essa relação de espelhamento, pois a língua é arbitrária. O posicionamento de Sócrates se localiza no intervalo de argumentos antagônicos entre si de seus dois debatedores, de maneira que, ao final do diálogo, sua solução conciliatória considera a linguagem como uma ferramenta imperfeita para o conhecimento da realidade.

3 A anterioridade da linguagem

Ao contrário da vertente delineada acima, cuja lógica pressupõe a anterioridade do pensamento em relação à linguagem, pode-se dizer que quando se sublinha não a função comunicativa da linguagem, mas sua função constitutiva, invertem-se os pólos: o homem só é “sapiens” porque é “loquens”, ou seja, o pensamento está na dependência da linguagem. Assim, entende-se que a estrutura original da mente é alterada pela língua natural, o que equivale a dizer que a interferência linguística é imprescindível para a determinação da maneira pela qual se pensa.

Essa visão constitutiva da linguagem possui suas raízes históricas nas reflexões do filósofo francês Condillac (1715-1780) e nas do alemão Herder (1744-1803) sobre a interdependência entre linguagem, pensamento e cultura. As idéias de Humboldt, embora inspiradas inicialmente em Herder, ampliaram e trouxeram novos elementos para as discussões sobre esse tema, além de, como se costuma dizer, servirem de base para o desenvolvimento dos estudos linguísticos fortemente antropológicos e empíricos na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos.

Esses estudos culminaram na formulação da chamada “hipótese Sapir-Whorf”², que dominou toda a discussão das relações entre o pensamento e a linguagem em grande parte do século passado. De acordo com Lyons (1987, p.225), a hipótese combina dois posicionamentos teóricos (dos quais nos interessa o primeiro): “o determinismo linguístico (‘a linguagem determina o pensamento’) com relatividade linguística (‘não há limites para a diversidade estrutural das línguas’)”.

A hipótese Sapir-Whorf aparece timidamente nos estudos de Franz Boas (1858-1942) e de Edward Sapir (1884-1939), mas toma corpo nas idéias de Benjamin Lee Whorf (1897-1941). Vale ressaltar, nesse senti-

do, que não nos interessa recompor o percurso do desenvolvimento histórico dessa hipótese, já que tal tarefa pode ser encontrada em diversos manuais de linguística. Interessam-nos, antes, dois aspectos relativos à hipótese: i) o fato de que, em sua versão forte, postula a primazia ou a anterioridade da linguagem sobre a percepção e o pensamento, e, ii) em função dessa primazia, atribui-se frequente e precipitadamente a Humboldt a posição de precursor das idéias que fomentaram o desenvolvimento da hipótese. Essa interpretação do pensamento do autor, em certa medida reducionista, imprime uma dicotomia problemática e pouco verificável na complexidade de seu pensamento (na verdade, o próprio Sapir não era tão dicotômico), como se discutirá adiante.

Com efeito, a versão forte da hipótese Sapir-Whorf considera o pensamento como um produto que, sendo primeiro nada mais que uma massa informe, é moldado e organizado de maneira particularizada pelas línguas e, também, por elas revelado. Dito de outra maneira, o pensável seria, nessa acepção, somente uma função derivada do uso da linguagem em uma cultura. As supostas “provas” desse modo de conceber o caráter fortemente constitutivo de cada língua em particular foram elaboradas a partir de comparações entre diversas línguas indígenas norte-americanas e o inglês. Afirmava-se, por exemplo, que os índios Hopi eram desprovidos do conceito de tempo por não possuírem palavras ou estruturas gramaticais para enunciar a idéia de passagem do tempo (viveriam, portanto, em um “eterno” presente); e que os esquimós, diferentemente de outros povos, possuíam mais de dez palavras para descrever a neve. Entretanto, com o advento dos estudos das chamadas *ciências cognitivas*, essas “provas” demasiadamente conhecidas entre os estudiosos da linguagem e que dizem respeito à versão forte da hipótese Sapir-Whorf foram irremediavelmente derrubadas³.

Moura e Cambrussi (2008) avaliam que a hipótese Sapir-Whorf considera que tudo aquilo que se faz, que se percebe, que se sente e que se pensa deve, de alguma maneira, estar codificado na linguagem, já que apenas categorias estruturais específicas (que são particularizadas de língua para língua) produzem e veiculam pensamentos. Segundo os autores, um dos argumentos contrários à hipótese e de extrema importância diz respeito à relação entre bilinguismo e pensamento: é notável que pessoas bilíngues são capazes de expressar um mesmo pensamento em ambas as línguas que falam e não possuem diferentes visões de mundo em virtude de falarem línguas distintas, pelo contrário, podem sustentar um mesmo pensamento, independente da língua que selecionem para expressá-lo.

Em sua versão fraca, a hipótese Sapir-Whorf parece voltar à tese da primazia ou anterioridade do pensamento em relação à linguagem, pois

se postula que, apesar da linguagem poder influenciar a percepção – especificamente, a maneira como representamos informações sensoriais – e a lembrança, as interferências não alteram a estrutura formal do pensamento ou as regras lógicas que guiam seu uso. Ao comentar esse fato, Moura e Cambrussi afirmam que

(...) em versão relativizada, em interpretação mais ‘suave’ da hipótese de Sapir-Whorf, parece sim haver algum tipo de elo entre linguagem e pensamento, mas, hoje em dia, acredita-se que ninguém ousaria afirmar que é por ela, a linguagem, que se pode pensar e que é ela que determina como se pensa sobre o mundo, sobre o externo a nós e à própria língua. (Moura e Cambrussi, 2008, p.36-37).

Nota-se que, apesar de o enfraquecimento da hipótese apontar para uma nova inversão dos pólos, historicamente ele está relacionado a uma volta ao universalismo, na segunda metade do século XX, que se deu a partir do fortalecimento dos estudos cognitivistas. Então, não se postula apenas a anterioridade do pensamento em relação à linguagem, como na *visão comunicativa da linguagem*, mas também se supõe uma instância anterior ao pensamento e à linguagem: um mecanismo universal inato que nem é linguagem nem é pensamento. Dito de outro modo, em virtude da ênfase dada não à diversidade das línguas, mas às suas semelhanças, a função constitutiva da linguagem perde força e dá lugar ao que seria universal e inato. Como desenvolveremos a seguir, os precursores desse pensamento, Chomsky e Pinker, consideravam, cada um a seu modo, a existência de um esquematismo inato e universal: para o primeiro, os *universais linguísticos*, existentes devido a restrições determinadas geneticamente; para o segundo, o *mentalês*, codificado em nosso genoma em virtude de restrições determinadas genética e evolutivamente.

4 O deslocamento da dicotomia: a anterioridade à língua natural e ao pensamento

No campo da análise da linguagem em vinculação ao mundo e às estruturas sociais, ela é tomada coletivamente na medida em que constrói por seus meios a cultura e as próprias relações humanas, determinando a realidade externa. Os dois representantes consistentes da oposição que se faz a essa tradição, Chomsky e Pinker, não só avaliam que o conhecimento da linguagem é biológico, inato, individual, interno à mente, como rejeitam as visões deterministas e relativistas, fundamentados em

duas instâncias de anterioridade, uma correspondente aos processos cognitivos estruturadores do pensamento, outra, à faculdade inata da linguagem.

Chomsky criou um programa de investigação científica da linguagem, conhecido como Gramática Gerativa, voltado para a explicação da aquisição e do uso da linguagem humana a partir de um conjunto de propriedades universais definidas e organizadas pela mente; já Pinker (1998) argumentou em defesa dos processos mentais (des)envolvidos pela cognição através da ativação de habilidades inatas, como a linguagem, operada pelo instinto de sobrevivência descrito de forma apurada segundo princípios evolucionistas – posição claramente darwinista.

Para os autores, certas relações que se estabelecem entre a linguagem e o pensamento não são suficientemente fortes para colocá-lo na dependência daquela; até mesmo as línguas, tais como as conhecemos e as manifestamos, são antecedidas pela gramática universal de que cada falante dispõe e que se constitui dentro do aparato mental humano. Segundo essa posição teórica, a linguagem natural serve para a expressão do pensamento preexistente e completamente articulado (Lyons, 1987). Anterior a esse pensamento articulado estão as faculdades humanas, dentre as quais, a da linguagem. Vejamos separadamente como se situa na “virada cognitivista” cada um dos autores.

4.1 Chomsky: a relação entre a linguagem e a mente

O entendimento de Chomsky sobre o que é a teoria da linguagem preparou terreno para os atuais estudos cognitivistas. Na percepção do autor, o conhecimento científico sobre as estruturas da língua deve levar em consideração aspectos da mente ou do processamento mental responsáveis pelo desenvolvimento linguístico. No entanto, precisar o que significa o termo mente dentro do arcabouço teórico do gerativismo não é tarefa simples. A complexidade dessa definição se concentra na ausência de um posicionamento mais claro de Chomsky que, em certos estudos, parece assumir *mente* com sentido físico, como equivalente a cérebro, mas, em outros, parece fazer referência abstrata ao termo, com uso que poderia chamar de sinônimo para cognição ou sistema cognitivo.

Apesar da ambiguidade, possivelmente estratégica, é seguro afirmar que o linguista buscou construir em sua gramática formal um modelo da mente em que sejam representados todos os mecanismos inatos pelos quais, modularmente, constrói-se o conhecimento linguístico. Assim, cria-se o postulado da anterioridade da existência mental de regras formais, as quais são resultado de processos mentais realizados de maneira individual, mas, como parte de uma competência inata, são de produção e repetição potencialmente coletivas (Chomsky, 1971). Esse

postulado gerou o chamado “problema de Wittgenstein”: se *regra* é entendido como algo de que se toma conhecimento e se segue, então, seguir uma regra é uma prática, um procedimento, e não diz nada sobre o conhecimento acerca de aspectos específicos da linguagem possíveis de se explicitar. A exemplo do que ocorre nas máquinas, as regras são apenas postas em funcionamento, são operadas; podem ser produtivas, como bem explica Chomsky, no entanto, constituem um conjunto fechado de informações pré-definidas que, na avaliação de Wittgenstein (1953), de forma alguma pode-se garantir ser parte do conhecimento dos falantes.

Considerando *regras* como componentes da mente/cérebro que possibilitam explicar o êxito do desenvolvimento da linguagem, na realidade, considerando *regras*, tal qual apresentadas por Chomsky, como hipóteses descritivas e não como determinações gerais, o autor pontua a seguinte ordem para a organização mental do conhecimento linguístico:

(...) podemos dizer que os seres humanos são dotados de um sistema de organização intelectual, que chamarei ‘estado inicial’ do pensamento. Pela interação com o ambiente e com os processos de maturação, a mente passa por uma série de estados em que são representadas as estruturas cognitivas. No caso da linguagem, é perfeitamente claro que, numa etapa primitiva da vida, um grande número de mudanças rápidas acontecem e que, em seguida, ‘um estado estável’ é atingido e depois sofre poucas modificações. Fazendo abstração destas últimas, podemos chamá-lo o ‘estado final’ de pensamento. Nele o conhecimento da língua seria representado (Chomsky, 1980, p.111).

Pela passagem é possível identificar nas reflexões de Chomsky fases nas quais as atividades mentais se hierarquizam, chamadas estado *inicial*, *estável* e *final* do pensamento. Na primeira delas, inata e anterior ao que costumamos chamar de pensamento, manifesta-se o “sistema de organização intelectual”, que daria suporte à representação do pensamento. Na segunda, durante a qual as “estruturas cognitivas” se assentam, ajustam-se também os componentes da linguagem que, após estarem organizados, no “estado final” desse processo, podem ser representados cognitivamente. Na ordenação que se apresenta, anterior ao pensamento e à linguagem, está a estrutura inata componente da mente humana: a ela sucede o pensamento, a este, a representação da linguagem (Chomsky, 1998).

Chomsky (1980, p.112) destaca que o “aspecto criador do uso da linguagem” não é apenas um problema, mas se mantém como um misté-

rio; sem tratar do caráter polêmico da declaração, o que nos interessa nesse ponto é a asserção de que há o *aspecto criador* e que, anterior às línguas, ele se estrutura cognitivamente. Pode-se complementar a reflexão com as considerações de Lyons (1970), segundo as quais Chomsky arquitetou uma resposta à teoria bloomfieldiana, cuja crença era em uma visão “mecanicista” das línguas. Por um tratamento “mentalista” da linguagem, esse “veículo para expressão do pensamento”, o gerativista sustenta a “criatividade” linguística como a chave para postulação de processos mentais anteriores e determinadores da linguagem humana. Chomsky fixa os padrões psicológicos pelos quais “(...) as pessoas constroem e compreendem pronunciamentos.” (Lyons, 1970, p.84). Por mais obscuros que esses padrões ainda permaneçam – depois de sucessivas reformulações, nem mesmo o Programa Minimalista deu conta de esclarecê-los – são a base das relações cognitivas sustentadas.

4.2 Pinker: o pensamento inerente e a linguagem que o traduz

Segundo Pinker (2004a, p.287), a linguagem foi vitimada pela vida intelectual que, ao invés de “apreciá-la por sua capacidade de comunicar o pensamento”, condenou-a em função de seu hipotético poder de restringi-lo. Uma vez que o autor desvincula o pensamento das palavras e das estruturas linguísticas (pois todo o aparato das línguas naturais não é matéria do pensamento nem o antecedente), questiona a força repressiva atribuída à linguagem pelas análises culturalistas cujos preceitos colocam em interdependência a matéria linguística e a ação humana do pensamento. O equívoco em tomá-lo como produto da linguagem, para Pinker, é “(...) uma idéia que decorre naturalmente da tábula rasa. Se não há nada no intelecto que não estivesse primeiro nos sentidos, então as palavras captadas pelos ouvidos são a fonte óbvia de qualquer pensamento abstrato (...)” (2004a, p.287).

A respeito da teoria da *tábula rasa* – que primeiro se apresentou nas idéias de Locke e expandiu-se por toda a psicologia moderna, considerando a arquitetura mental humana como uma folha em branco na qual a experiência imprimiria todas as linhas condutoras da substância da razão e do conhecimento –, Pinker (2004a) salienta que alcançou áreas e temas certamente não planejados por seu formulador. O que decorreu dessa teoria foi uma sucessão de afirmações empiristas que, em boa medida, negaram a natureza humana a partir da anulação do conteúdo da mente e de seus componentes inatos⁴ e da defesa de que o que se percebe externamente vai preenchendo a folha outrora vazia, a tábula rasa. Mas se a tábula é rasa, por quais processos a inteligência agiria, por exemplo? Se as inscrições da experiência (incluindo-se aqui a experiência com a linguagem) permanecessem estáticas na tábula rasa, então, atividades

mentais como *pensar, falar e planejar* não seriam possíveis.

Claramente, Pinker escolhe percorrer outro trajeto. O autor avalia a ação de pensar como inerente ao homem e não determinada pelos limites dos mecanismos (restritos) disponibilizados pela linguagem (ou pela experiência). Em outros termos, a essência do pensamento não é, afirma Pinker, a linguagem; esta se configura como a “magnífica faculdade” usada para transmitir o que pensamos e pode ser associada de diversificados modos, intencionando-se atingir melhor fluidez do que já se pensou e se tem a transmitir/expressar: “(...) a língua é o conduto através do qual as pessoas compartilham seus pensamentos e intenções e, com isso, adquirem o conhecimento, os costumes e os valores daqueles que as cercam.” (Pinker, 2004a, p.289).

Pinker (1998, 2004b) avalia que o pensamento, anterior à linguagem, arranja-se não por palavras, mas por estruturas e conceitos que estão organizadamente contidos no cérebro e são próprios do mentalês – a língua do pensamento, distinta das línguas naturais. Para o autor, pelo mentalês é possível explicar por que uma pessoa poliglota, por exemplo, é capaz de expressar as mesmas idéias nas diferentes línguas que fala. Nesse exercício cognitivo, o mentalês serve de estágio de transição de uma língua para outra, o que configura a instância anterior à linguagem, a instância em que o mentalês opera. “As pessoas não pensam em português ou chinês ou apache; pensam numa língua do pensamento. Essa língua talvez se pareça um pouco com cada um desses idiomas (...)” (Pinker, 2004b, p.93). A língua do pensamento não poderia mesmo ser idêntica às línguas naturais, porque isso implicaria uma mera duplicação e o que está em jogo não é explicar a diversidade entre as línguas, mas a linguagem universal do pensamento que antecede a todas elas.

Em comparação com as línguas naturais, o mentalês se simplifica à medida que dispensa critérios de ordem de elementos, informações sobre pronúncia e expressões de uso referencial dependentes de contexto; por outro lado, torna-se mais complexo à medida que deve haver “vários símbolos conceituais” correspondentes a cada palavra e formadores de uma espécie de campo conceptual comum a todos os falantes. Como parece ficar claro, a representação mental de falantes de diferentes línguas é realizada no nível conceptual por uma estrutura inata e universal, o que permitiria argumentar que, não só a linguagem não constitui o mundo, como que ela está, conceptualmente, a serviço do mentalês. Como afirma Pinker (1998, p.97), “o inventário das representações internas” é “a marca da cognição humana”, e a “vastidão do pensamento” supera, em muito, a “vastidão da linguagem”.

5. A quebra da dicotomia: a visão holística de Humboldt

Ao entender a fala como condição necessária para o pensamento, Humboldt cria o conceito que Heidermann (2006) traduziu no termo *cosmovisão linguística* (*sprachliche Weltansicht*), segundo o qual o conhecimento acerca das coisas do mundo somente é atingido por intermédio do desenvolvimento da linguagem:

A linguagem é o órgão formador do pensamento. A atividade intelectual, completamente interior e inteiramente do espírito, de certo modo passageira, de deixar rastros, pelo som da fala torna-se externa e perceptível aos sentidos. Ela e a linguagem são, então, uma só e inseparáveis uma da outra. A atividade intelectual até mesmo por si está vinculada à necessidade de entrar em associação com o som da fala, pois, caso contrário, o pensar não conseguiria chegar à nitidez, a idéia não poderia se tornar conceito. (...) Portanto, sem olhar para a comunicação do ser humano, o ato de falar é uma condição necessária para o ato de pensar do indivíduo na solidão isolada. (Humboldt, 2006a, p.125-131).

Essa posição determinista, que em muito inspirou estudiosos estruturalistas-empiristas como Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, pode ser notada em diversas passagens dos textos de Humboldt e revela a condição de dependência linguística assumida para o pensamento: só se pode pensar através de palavras. No último período do trecho, vê-se que a função comunicativa da linguagem tem pouca importância nos escritos do autor. De acordo com Heidermann (2006, p. XLII), isso se deve ao fato de que Humboldt elege como objetos de estudo i) a linguagem, vista como “o mais relevante sistema epistemológico do ser humano”, e ii) a língua, tomada como a concretização estética e artística daquela.

Ressalta-se que é possível perceber aí uma forte influência das idéias do filósofo Immanuel Kant (1724-1804) em relação ao primeiro objeto de estudo eleito por Humboldt. Em a *Crítica da Razão Pura* (CRP), obra fundamental de Kant, cujo foco de estudo é o entendimento, a linguagem deixa de ser tratada como fonte de erro por não representar adequadamente a realidade, atrapalhando o entendimento, pois Kant supõe um paralelo entre a linguagem⁵ e a faculdade do entendimento e seu esquematismo. Como sublinha Normanha (2008, p.6), a “revolução copernicana da CRP permitiu o deslocamento do ‘eixo central’ do conhecimento, retirando-o do mundo para colocá-lo no homem”. Desse modo, não se trata mais da representação da coisa-em-si (fonte do conhecimento humano) pela linguagem, mas da relação desta com o

entendimento; de sua concepção não como uma mera intermediária entre idéias e objetos da realidade, mas como algo que apresenta o caráter lógico-linguístico da faculdade do conhecimento humano.

Cumprir afirmar que, devido ao foco ajustado para a linguagem e não para o entendimento, Humboldt vai além de dotar o conhecimento humano de estrutura linguística, como o fez Kant. Para Humboldt, não há pensamento sem linguagem, ou seja, não há formação de conceitos e organização da experiência sem palavras e orações. Nesse sentido, essas concepções são mais fortes do que as de Kant. Entretanto, uma leitura menos atenta dos textos humboldtianos pode encontrar supostas contradições que dificultariam a sustentação da postura determinista que precipitadamente se atribui a Humboldt, como vemos a seguir:

A língua nada mais é do que o complemento do ato de pensar, a intenção de elevar as impressões externas e as sensações internas ainda obscuras à condição de conceitos nítidos, e, para a criação de novos conceitos, ligar esses conceitos uns aos outros. (Humboldt, 2006b, p.9-11).

Percebe-se que, se antes era possível situar o pensamento humboldtiano no primeiro pólo da dicotomia anterioridade/posterioridade da linguagem em relação ao pensamento, sendo esta o “órgão formador do pensamento”, aqui é possível situá-lo no segundo pólo da mesma dicotomia, aproximando-o dos racionalistas universalistas: a língua seria uma maneira pela qual a linguagem mental dos conceitos se manifestaria. No entanto, a aparente contradição do pensamento de Humboldt, longe de outorgar-lhe o título de autor de uma obra “de difícil sistematização”⁶, revela a impossibilidade de imprimir-lhe a dicotomia anterioridade/posterioridade devido ao seu caráter holístico. A anterioridade ou a posterioridade de um componente sobre o outro, em consonância com que delineamos anteriormente, pressupõe a dissociação desses componentes. Assim, quando se supõe uma instância inata anterior à linguagem e ao pensamento, como o fez Chomsky (do que foi seguido pelos cognitivistas), e se desloca a dicotomia em questão para um outro campo em que se insere um terceiro elemento que é inato e universal, dissocia-se essa instância da linguagem natural, sendo que, no caso de Pinker, ao contrário de Chomsky, notam-se afirmações claras de que esse esquematismo é dissociado também do pensamento expresso pela língua, pela própria concepção de mentais.

As afirmações de Humboldt a respeito da indissociabilidade do pensamento e a da linguagem, a exemplo da que se destacou anteriormente (“Ela [a atividade mental] e a linguagem são, então, uma só e insepará-

veis uma da outra”), devem ser entendidas no quadro de sua definição particular e original de linguagem, ancoradas na idéia de *força espiritual*, uma espécie de “princípio vital interno”. Dessa força se originariam as atividades interiores do homem (o pensamento) e o impulso originário da linguagem. De acordo com o filósofo, a língua deve ser definida, assim, em função de sua gênese: ela não é uma obra acabada (*Ergon*), mas uma atividade (*Energeia*), “consiste no **esforço** permanentemente reiterado do espírito de capacitar o som articulado para a expressão do pensamento” (Humboldt, 2006c, p.95, grifo nosso). Da mesma forma, Humboldt concebe o intelecto, o pensamento, como atividade. Disso emerge um fato notável, ao mesmo tempo em que a força espiritual constitui o impulso inicial e fundamental do pensamento e da linguagem, como aponta Normanha (2008, p.7), ela “se realimenta e se reestrutura a partir dos efeitos que percebe deste pensamento sobre o mundo e sobre os outros homens”.

Há aí uma retroatividade que é fundamental: a expressão do pensamento participa de sua formação. Por isso, a linguagem, expressão da força espiritual, e o pensamento são interdependentes: “a associação inseparável do pensamento, das ferramentas vocais e do ouvido para formarem a linguagem está arraigada invariavelmente na disposição original da natureza humana (...)” (Humboldt, 2006a, p 125). A influência retroativa da força espiritual é a parte objetiva que participa da formação subjetiva dos conceitos pelo ato de pensar:

A atividade subjetiva forma um objeto no ato de pensar. Pois nenhuma classe de representações pode ser vista como contemplação meramente receptiva de um objeto já existente. A atividade dos sentidos há de se unir numa síntese com a ação interior do espírito e desta união depreende-se a representação, frente à força subjetiva torna-se objeto e, novamente percebido como tal, retorna àquela. Para isso, porém, a linguagem é imprescindível. Pois como nela a aspiração do espírito eclode dos lábios, o resultado desta mesma retorna ao próprio ouvido. Assim, a representação é transladada para uma objetividade real sem por isso ser desprovida da subjetividade. Apenas a linguagem alcança isso; e **sem este traslado para a objetividade que retorna ao sujeito que implicitamente ocorre, com participação da linguagem, é impossível a formação do conceito e com isso qualquer verdadeiro ato de pensar.** (Humboldt, 2006a, p.131, grifo nosso).

Humboldt estabelece, portanto, uma relação recíproca de dependência entre o pensamento e palavra, de modo que ambos os elementos

configuram-se como aspectos paralelos de uma mesma atividade, o que significa que entre eles não há hierarquia, primazia ou precedência de um sobre o outro, há, antes, interação em um *continuum*. Isso porque, conforme se pode notar acima e em outros textos de Humboldt, objetividade e subjetividade constituem-se em uma só coisa, e só se tornam diferentes “porque a ação autônoma da reflexão as opõe uma à outra” (Humboldt, 2006b, p.11). Nesse sentido, pode-se afirmar que, a partir da visão holística humboldtiana, se a linguagem modela o pensamento, também o pensamento modela a linguagem, pois, para Humboldt, não se trata de anterioridade/posterioridade da linguagem ou do pensamento, tomados como categorias discretas: o homem é ao mesmo tempo objeto da própria língua e sujeito para ela.

6. Conflitos em torno da obra de Humboldt

Severo (2007) sintetiza as idéias de Humboldt afirmando que o autor, além de assumir uma visão holística da linguagem, rejeitava dicotomias e criticava a postura reducionista das ciências. Ao discutir a relação entre a linguagem e o pensamento dentro dos escritos deixados por Humboldt, é possível inferir que a autora considera a argumentação humboldtiana fora da dicotomia anterioridade/posterioridade – facilmente verificável na vertente determinista apresentada em seções anteriores – e define a relação pensamento/linguagem, nas reflexões de Humboldt, como uma “inter-relação” pela qual “diferentes línguas **representam** diferentes percepções” (p.5, grifo nosso). A ausência dessa dicotomia e a própria noção da função representativa da linguagem são, a nosso ver, empecilho para o agrupamento de Humboldt à vertente determinista.

Em análise distinta, Gonçalves (2006) localiza nos trabalhos humboldtianos as idéias de base relativista que teriam fomentado o desenvolvimento da hipótese Sapir-Whorf. Conforme o autor, todo estruturalismo americano se inscreve no grupo dos estudos linguísticos que herdou de estudiosos como Wilhelm von Humboldt a tradição estruturalista-empirista de descrição dos fenômenos da linguagem. Refletindo a partir de diferentes excertos que abordam a relação entre pensamento e linguagem, o autor pontua o pensamento humboldtiano da seguinte maneira:

(...) vemos um Humboldt relativista que diz que a atividade intelectual depende fortemente da nossa atividade linguística e que, sem ela, os conceitos não poderiam ser expressos. Essa dependência acarreta algum tipo de influência que diferentes línguas possam ter na maneira de externar essa atividade intelectual da qual Humboldt fala. (Gonçalves, 2006, p.1707).

Notoriamente, essa classificação não ocorre de forma nítida e transparente. A pouca atenção que a linguística moderna dispensou ao trabalho de Humboldt pode estar intimamente ligada com o que é também a causa da dificuldade de encaixe do autor na tradição de estudos sobre pensamento e linguagem: a densidade de seus escritos e a despreocupação com as classificações, às quais frequentemente a descrição linguística recorreu.

Ao se constatar que o pensamento de Humboldt não deixa dúvidas quanto sua classificação relativista, com a interpretação moderna de que, para o filósofo-linguista alemão, “(...) estamos sob o domínio de um ponto de vista guiado pela nossa língua, do qual só conseguimos nos livrar quando adquirimos ou estudamos uma outra língua” (Gonçalves, 2006, p.1707), a posição do autor parece clara e definitiva. Contudo, numerosos textos que tratam da história dos estudos linguísticos ponderam que Humboldt não adotou em suas pesquisas critérios para a apresentação de suas reflexões que estivessem voltados para objetivos pedagógicos, nem para objetivos científicos. A forma como o autor escreveu, desenvolvendo o pensamento à proporção que o próprio estudo se ia formando no papel, embute uma complexidade ainda maior às suas considerações e requer cautela quanto à impressão definitiva de qualificações para Humboldt – se não se deseja produzir interpretações simplistas.

Outro aspecto relevante a se destacar é que nem toda ligação de Humboldt à hipótese Sapir-Whorf diz respeito à relação entre linguagem e pensamento. Rodríguez (2008) avalia o relativismo linguístico como “variedade moderna do relativismo cognitivo”, em que se cria a verdade do mundo a partir da estrutura e da semântica das línguas. Segundo o autor, essa tradição iniciou com Wittgenstein e ganhou força na linguística nos estudos de Whorf, para quem “(...) o mundo não tem estrutura própria; a estrutura é imposta pela linguagem. A aprendizagem de outra língua significa criar um mundo novo, onde tudo é completamente diferente.”. Rodríguez (2008) destaca da hipótese Sapir-Whorf a combinação de relativismo e determinismo e a ênfase dada ao valor positivo da diversidade linguística e cultural. Pela argumentação que se apresenta, torna-se clara a leitura de Rodríguez, na qual Humboldt se liga à hipótese pela consideração da diversidade cultural e linguística, não pela relatividade ou pelo determinismo linguístico.

7. Considerações finais

Como reiteradas vezes se ressaltou, é apressada a leitura que atribui a Humboldt o enquadramento teórico determinista, em que a linguagem tem função constitutiva. Também a visão puramente funcional co-

municativa não parece ser a sustentada nos trabalhos humboldtianos. As considerações cognitivistas, amparadas no universalismo, expõem claramente a proporção definidora que as dicotomias assumiram para a linguística moderna. Mas o caráter opositor próprio da formulação descritiva dicotômica não está presente em Humboldt. É bem possível que as idéias do autor tenham servido ao desenvolvimento de correntes posteriores, a exemplo do estruturalismo norte-americano, contudo, isso não basta para que lhe confirmamos este ou aquele estatuto.

A nosso ver, o movimento do pensamento humboldtiano, cujo foco volta-se majoritariamente para a linguagem, dirige-se para fora daquilo que considera ser uma força redutora: a não sintetização de unidades (pensamento e linguagem) em uma totalidade indivisível e organizada. Provém daí, portanto, seu caráter holístico; para Humboldt, linguagem, ser humano e universo não podem se explicados pelos seus distintos componentes, considerados separadamente.

Tomado esse percurso interpretativo, torna-se importante ressaltar que se objetivou apresentar subsídios suficientes à localização das reflexões de Humboldt sobre a relação entre a linguagem e o pensamento fora da dicotomia *anterioridade/posterioridade* verificada na esteira dos estudos relativos a esse tema na tradição ocidental. Reconhecendo-se a complexidade das idéias do autor a respeito da interdependência entre a linguagem e o pensamento, este texto está distante de esgotar a questão e de promover todo contraponto necessário entre os dois componentes citados ao longo dos estudos de Humboldt. Uma sistemática avaliação das considerações desse filósofo e linguista precursor, acompanhada do estudo apurado de seu ideário, possivelmente permitiria que lhe fossem conferidas interpretações mais precisas e, portanto, menos contraditórias.

Notas

1 Apesar de ser comum a aproximação da teoria gerativista e dos estudos de Port-Royal, em função de a busca por universais linguísticos ter se iniciado já nestes trabalhos, aqui se desvinculam as duas propostas, levando-se em consideração o valor funcional dado à linguagem em Port-Royal, mas não sustentado pelo mentalismo gerativista.

2 Embora se tenha convencionado chamar a hipótese do determinismo linguístico de *hipótese de Sapir-Whorf*, estudiosos como Pinker (2004) costumam atribuir a autoria das idéias deterministas exclusivamente a Whorf, considerando relativistas os estudos de Sapir.

3 Com relação à “prova” sobre os índios Hopi, em 1983, o linguista alemão Ekkehart Malotki, da Universidade de Munster, apresentou um lista de expressões da língua Hopi que serviam para descrever a passagem do tempo; sobre a suposta percepção ampliada dos esquimós, Szczesniak (2005, p.64) aponta que a partir das reflexões de Eric H.

Lenneberg (1921-1975) e Roger W. Brown (1925-1997), foi comprovado, por exemplo, que certas comunidades, “embora não disponham em suas línguas de vocábulos correspondentes a algumas cores, não tem problemas para ver tais cores e sabem muito bem distingui-las de outras”. Assim, entende-se que o fato de os esquimós terem mais de dez palavras para designar “neve” provém exclusivamente da necessidade (vital, em muitos casos) de um vocabulário especializado para designar nuances de cor na neve que outros povos perceberiam, apesar de não terem palavras para nomeá-las.

4 Pinker (2004, p.59) afirma que, após ser fortemente rebatido por Leibniz e outros, Locke reavaliou sua teoria da tábula rasa e reconheceu que, se a mente é responsável pelo aprendizado, então, alguma coisa tem de ser inata; a essa “alguma coisa inata” chamou “entendimento”. Em resposta ao corretivo teórico formulado por Locke, Pinker replica: “(...) explicar como a mente entende invocando algo chamado ‘entendimento’ é circular”

5 Evidentemente, como aponta Normanha (2008, p.6), não se trata de identificar o problema de Kant quanto ao entendimento como um questionamento sobre a linguagem, pois o estudo desta não era o objetivo do filósofo. Na época de Kant, acrescenta a autora, “não se fazia diferenciação entre língua e linguagem, não havia separação entre língua enquanto vernáculo, objeto empírico, variável cultural e geograficamente, e linguagem como o aspecto mais geral, comum a todas as línguas”.

6 Faz-se alusão aqui ao comentário crítico de Carlos Alberto Faraco sobre a maneira pela qual, frequentemente, os escritos de Humboldt são rotulados: “Sua obra linguística costuma ser apresentada como extensa e dificilmente suscetível de sistematização” (cf.: FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p.27-52).

Referências Bibliográficas

- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. (2001) *Grammaire générale et raisonnée*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- CHOMSKY, N. (1971) *Linguagem e pensamento*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- _____. (1980) *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo: Cultrix.
- _____. (1998) *Linguagem e mente*: pensamentos atuais sobre antigos problemas. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- EYSENCK, M. (2001) *Principles of Cognitive Psychology*. London: Psychology Press.
- GOLÇALVES, R. T. (2006) “Humboldt e o relativismo linguístico”. In: *Revista Estudos Linguísticos XXXV*, p.1700-1709. Disponível em: <http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2006/listadeautores.htm>. Acesso em: 01 abr. 2008.
- HEIDERMAN, W. “Texto de Apresentação”. In: HEIDERMAN, Werner; WEININGER, Markus (Org.). (2006) *Wilhelm von Humboldt: Linguagem, Literatura, Bildung*. Edição bilíngue. Florianópolis: Editora da UFSC.
- HUMBOLDT, W. von. “Natureza e constituição da linguagem em ge-

- ral”. Tradução de Markus J. Weininger. In: HEIDERMAN, Werner; WEININGER, Markus (Org.). (2006a) *Wilhelm von Humboldt: Linguagem, Literatura, Bildung*. Edição bilíngue. Florianópolis: Editora da UFSC. p.120-165.
- _____. “Sobre a natureza da linguagem em geral”. Tradução de Paulo Sampaio Xavier de Oliveira. In: HEIDERMAN, Werner; WEININGER, Markus (Org.). (2006b) *Wilhelm von Humboldt: Linguagem, Literatura, Bildung*. Edição bilíngue. Florianópolis: Editora da UFSC. p.2-19.
- _____. “Forma das línguas”. Tradução de Karin Volobuef. In: HEIDERMAN, Werner; WEININGER, Markus (Org.). (2006c) *Wilhelm von Humboldt: Linguagem, Literatura, Bildung*. Edição bilíngue. Florianópolis: Editora da UFSC. p.94-119.
- KANT, I. (2000) *Crítica da razão pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural.
- LOCKE, J. (1988) *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural.
- LYONS, J. (1970) *As idéias de Chomsky*. São Paulo: Cultrix.
- _____. (1987) *Língua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC.
- MOURA, H.; CAMBRUSSI, M. (2008) *História dos Estudos Linguísticos*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC.
- NORMANHA, M. A. *Kant, Humboldt e as bases conceituais da filosofia da linguagem*. Disponível em: <www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2006/relatorio/CTCH/Fil/Mariana%20Abr%E3o%20Normanha.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2008.
- PINKER, S. (1998) *Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2004a) *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2004b) *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- RODRÍGUEZ, A. M. “Universalismo e relativismo linguístico”. In: *Revista Philologus*, Ano 4, nº 11. Disponível em: <[www.filologia.org.br/revista/artigo/4\(11\)27-37.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4(11)27-37.html)>. Acesso em: 01 abr. 2008.
- SAPIR, E. (1980) *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. São Paulo: Perspectiva. Original de 1921.
- SZCZESNIAK, K. (2005) “O retorno da hipótese de Sapir-Whorf”. In: *Revista Ciência Hoje*, São Paulo, vol. 36, n. 214, p. 63-65.
- SEVERO, C. G. (2007) “Sobre o apagamento de Humboldt das teorias linguísticas modernas”. In: *Revista Eletrônica Don Domênico*, v. 01, p. 1-10.

SILVEIRA, R. A. T. da; PERGHER, G. K; GRASSI-OLIVEIRA, R. (2005) “*Linguagem e pensamento: visão (supra) comunicativa acerca da linguagem*”. In: Ciências & Cognição, Ano 02, Vol.06, nov/2005. Disponível em: <www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 24 mar. 2008.

WITTGENSTEIN, L. (1953) *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural.

Palavras-chave: Linguagem e pensamento, determinismo, universalismo.

Keywords: Language and thought, determinism, universalism.

O FUNCIONAMENTO DE MARCADORES DISCURSIVOS NO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO INTERNA DE SEGMENTOS TÓPICOS MÍNIMOS

Eduardo Penhavel
UFV

RESUMO: Neste trabalho, no âmbito da Gramática Textual-Interativa, Eduardo Penhavel discute o processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos e procura mostrar como os marcadores discursivos atuam nesse processo. O autor formula o conceito de domínio de estruturação intratópica e defende que é em relação a este tipo de unidade que os marcadores discursivos atuam.

ABSTRACT: In this paper, Eduardo Penhavel, from the perspective of Textual-Interactive Grammar, discusses the process of internal organization of minimal topic segments. The author seeks to show how discourse markers act in that process. A new concept is proposed, that of intra-topic organization domain and it is argued that discourse markers are employed in relation to this type of unit.

1 Considerações iniciais

Na Gramática Textual-interativa (GTI), considera-se que uma das funções dos chamados “marcadores discursivos” (MDs) consiste em marcar relações de sentido entre as partes e entre as subpartes das unidades textuais denominadas de “segmentos tópicos mínimos”. No entanto, a GTI ainda não dispõe de um conjunto significativo de análises sistemáticas do processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em (sub)partes constituintes, o que, naturalmente, compromete a análise da atuação de MDs nesse processo, além de representar uma lacuna na descrição do processo geral de construção textual.

Nesse sentido, no presente trabalho, selecionamos um gênero textual particular, a saber, o gênero Relato de Opinião (GONÇALVES, 2007), discutimos o processo de estruturação interna de segmentos tópicos

mínimos e procuramos mostrar como os MDs atuam nesse processo. Especificamente, nosso objetivo é formular a noção de domínio de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos, ou *domínio de estruturação intratópica*, e demonstrar, então, que é em relação a domínios que os MDs atuam.

Para dar conta desse objetivo, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentamos uma síntese da GTI, focalizando a noção de segmento tópico mínimo e o conceito de MDs; na seção 3, apresentamos uma análise da estruturação de segmentos tópicos mínimos no gênero Relato de Opinião, formulamos o conceito de domínio de estruturação intratópica e mostramos o vínculo dos MDs a este tipo de unidade; na seção 4, analisamos um aspecto específico do funcionamento de MDs utilizando a noção de domínio, para evidenciar a atuação dos MDs em relação a domínios, bem como a eficácia dessa noção na análise de MDs; finalmente, na seção 5, apresentamos as considerações finais.

2 A Gramática Textual-interativa

A GTI (JUBRAN & KOCH, 2006; JUBRAN, 2007) constitui uma vertente da Linguística Textual (KOCH, 2004), sendo, assim, uma abordagem que assume o texto como objeto de estudo. A GTI fundamenta-se em uma série de conceitos e princípios teórico-metodológicos, dentre os quais se destacam a concepção de linguagem como interação social, o princípio de que os fenômenos textuais têm suas propriedades e funções definidas nas situações concretas de interlocução, envolvendo as circunstâncias enunciativas, e o princípio de que os fatores interacionais não constituem apenas uma moldura dentro da qual se processam os fenômenos linguístico-textuais, isto é, não são externos ao texto e apenas ligados a ele, mas são fatores constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística (JUBRAN, 2007).

A GTI estuda, particularmente, os chamados “processos de construção do texto” (ou “processos constitutivos do texto”), que são os seguintes: Topicalidade, Referenciação, Parentetização, Parafraseamento, Repetição e Correção. O estudo desses processos inclui a investigação do conjunto das expressões linguísticas que os gerenciam, as quais constituem, então, os chamados MDs. O processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos, abordado neste trabalho, constitui uma parte do processo de Topicalidade.

O processo de Topicalidade (ou processo de Organização Tópica) consiste na organização do texto mediante a construção e articulação linear e hierárquica de grupos de enunciados formulados pelos interlocutores a

respeito de conjuntos de referentes concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto (cf.: JUBRAN *et al.*, 2002; JUBRAN, 2006).

A título de ilustração, considere-se uma situação de interação verbal hipotética em que um casal conversa sobre os filhos A, B e C. No decorrer do texto, falam, em sequência, por exemplo, sobre (i) Os problemas de A na faculdade, (ii) Os problemas de A no trabalho, (iii) O carro novo de B, (iv) O casamento de C, (v) O novo emprego de B e (vi) A viagem de C. Cada um desses tópicos representa a centração dos falantes em um grupo de enunciados concernentes entre si e em relevância em certo ponto do texto, o que caracteriza a propriedade de *centração tópica*, uma das propriedades particularizadoras do processo de Topicalidade.

Observe-se, ainda, que esses agrupamentos de enunciados estão sequencialmente relacionados entre si, havendo entre eles mecanismos de transição, de marcação de relações semântico-discursivas etc. Além disso, há entres eles uma relação hierárquica. O primeiro e o segundo agrupamentos podem ser entendidos como compondo um agrupamento mais amplo, centrado na ideia “Problemas de A”; o terceiro e o quinto agrupamentos podem ser reunidos num conjunto maior (descontínuo) intitulado “Novidades de B”; o quarto conjunto e o sexto poderiam ser vistos como partes de um conjunto mais abrangente (também descontínuo) intitulado “Ocupações com C”. E, similarmente, esses três agrupamentos mais amplos equivaleriam a partes de um tópico global, que poderia ser chamado de “Ocupações com os filhos”. Ou seja, o processamento do texto pelos falantes compreende o estabelecimento de relações sequenciais e hierárquicas entre grupos de enunciados. Essas relações caracterizam a propriedade de *organicidade tópica*, também particularizadora da Topicalidade.

A Figura 1 abaixo ilustra as relações de organização tópica na situação hipotética em pauta.

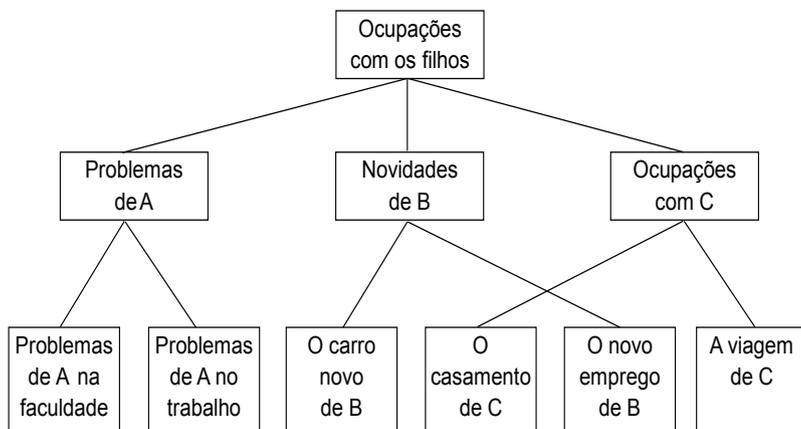


Figura 1: Exemplo hipotético de relações de organização tópica

O processo de Topicalidade, então, envolve essa formulação de grupos e subgrupos de enunciados concernentes entre si e em relevância em certos pontos do texto e o estabelecimento simultâneo de relações sequenciais e hierárquicas entre esses (sub)grupos de enunciados.

No âmbito desse processo, os grupos e subgrupos de enunciados formulados pelos interlocutores constituem as unidades chamadas de “segmentos tópicos” (SegTs). No exemplo hipotético representado na Figura 1 acima, os trechos do texto correspondentes a cada um dos tópicos distinguidos nas caixas da Figura constituem SegTs; por exemplo, o segmento do texto correspondente ao tópico “Problemas de A na faculdade” constitui um SegT, o trecho mais amplo correspondente ao tópico “Problemas de A” constitui outro SegT, o trecho (descontínuo) correspondente ao tópico “Novidades de B” também constitui um SegT e assim por diante. Os menores SegTs do texto, isto é, os menores conjuntos de enunciados capazes de comportar a propriedade de *centração*, constituem, então, os chamados “SegTs mínimos”, que são as unidades aqui analisadas. No exemplo representado na Figura 1, os SegTs mínimos seriam os SegTs correspondentes aos seis tópicos encadeados no nível mais baixo da representação.

Como mencionado acima, a GTI ainda não dispõe de uma quantidade significativa de análises sistemáticas sobre o processo de estruturação interna de SegTs mínimos em partes e subpartes. Pode-se considerar que se trata de uma situação diferente do que ocorre no caso da articulação tópica no nível acima do SegT mínimo, sobre a qual a GTI

já apresenta caracterização bastante específica e, inclusive, metodologia bem definida, baseada principalmente nos critérios de *centração* e *organicidade* tópicas. Esses dois critérios permitem analisar, com grau satisfatório de precisão, a organização tópica de textos e sistematizá-la conforme exemplificado na Figura 1.

No âmbito da articulação tópica que se processa nos níveis superiores ao do SegT mínimo (ou articulação externa aos SegTs mínimos), são reconhecidas as noções de “Supertópico” (ST), “Subtópico” (SbT) e “Quadro Tópico” (QT) (cf.: JUBRAN *et al.*, 2002; JUBRAN, 2006). Na Figura 1, o tópico “Ocupações com os filhos” pode ser considerado como um ST que abarcaria três SbTs: “Problemas de A”, “Novidades de B” e “Ocupações com C”. Já em um nível mais baixo de organização, o tópico “Problemas de A”, por sua vez, pode ser considerado ST, e os tópicos “Problemas de A na faculdade” e “Problemas de A no trabalho” seriam seus SbTs e assim por diante. O conjunto formado por um ST qualquer e todos seus respectivos SbTs constitui um QT, isto é, uma unidade que inclui as relações entre um ST e seus SbTs e entre os próprios SbTs. Assim, os critérios de *centração* e de *organicidade* e as noções de ST, SbT e QT permitem identificar, no plano da articulação hierarquicamente superior aos SegTs mínimos, unidades e subunidades de organização tópica em relação às quais é possível analisar fenômenos como o estabelecimento de relações de sentido e o uso de MDs, dentre outros. Olhando para a Figura 1, pode-se ver claramente que poderia haver um MD introduzindo, por exemplo, o tópico “Novidades de B”, o tópico “A viagem de C” etc. Ou seja, acima do SegT mínimo, há parâmetros estabelecidos para análise de MDs e de vários outros fenômenos textual-interativos.

No entanto, essa é uma situação que não se verifica no nível da organização interna dos SegTs mínimos, e é esta a questão que abordamos no presente trabalho, tendo em vista especificamente a análise de MDs. Ou seja, nosso objetivo é analisar como se dá a organização interna de SegTs mínimos em unidades e subunidades constituintes e, assim, identificar parâmetros ou níveis de análise em relação aos quais se possa analisar a atuação de MDs.

Na GTI, como mencionado, os MDs são concebidos como expressões linguísticas que gerenciam os processos de construção textual. Eles são definidos como uma classe gradiente, que apresenta membros prototípicos e não-prototípicos. MDs prototípicos são definidos como expressões que manifestam os traços linguísticos sintetizados em (1) abaixo, e MDs não-prototípicos são tomados como as expressões que manifestam esse conjunto de traços com desvio, normalmente, em até dois traços no máximo (cf.: RISSO, SILVA & URBANO, 2006).

- (1)
 - a. ter função de sequenciação tópica e orientação secundária ou frágil da interação; ou função de orientação forte da interação e ausência de função de sequenciação;
 - b. ser sintaticamente independente;
 - c. ser exterior ao conteúdo proposicional;
 - d. não apresentar autonomia comunicativa;
 - e. apresentar pauta prosódica demarcativa;
 - f. apresentar alta frequência;
 - g. manifestar transparência semântica parcial;
 - h. conter até três sílabas tônicas.

São distinguidos dois tipos principais de MDs, os basicamente sequenciadores e os basicamente interacionais. O primeiro tipo engloba MDs que exercem a função de sequenciação tópica, isto é, a função de articular segmentos textuais de estatuto tópico, marcando relações de sentido entre eles. Essa classe abrange expressões de natureza conectiva, como “agora”, “além disso”, “e”, “enfim”, “então”, “mas”, “por outro lado”, “porque”, “portanto” etc. Já os MDs basicamente interacionais incluem MDs com a função de serem basicamente orientadores da interação, isto é, MDs com a função primordial de gerenciar o envolvimento dos falantes com o ato de interação verbal, abarcando elementos como “né?”, “sabe?”, “tá certo?”, “ahn ahn”, “certo”, “olha”, “veja bem”, “bem”, “bom” etc. Neste trabalho, ao analisar o uso de MDs na articulação interna de SegTs mínimos, procuramos oferecer uma contribuição particular para o estudo dos MDs basicamente sequenciadores.

Na próxima seção, discutimos, então, como se dá o processo de estruturação interna de SegTs mínimos, no caso particular do gênero Relato de Opinião, e verificamos como os MDs atuam nesse processo.

3 Marcadores discursivos e domínio de estruturação intratópica

Em trabalho anterior (PENHAVEL, 2010), demonstramos que, no gênero Relato de Opinião, os SegTs mínimos são estruturados com base em uma variação entre grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos de enunciados que constroem referências subsidiárias em relação à ideia nuclear do SegT. Em outras palavras, o processo de estruturação interna de SegTs, naquele gênero, é norteado pela relação (ou princípio) *central-subsidiário*. No referido trabalho, também denominamos os grupos centrais de enunciados de *posição* e os grupos subsidiários, de *suporte*. Assim, dizemos também que, no gênero em foco, a estruturação do SegT mínimo está fundamentada na relação (ou princípio) *posição-suporte*.

O SegT mínimo em (2) abaixo ilustra esse esquema de organização tópica.¹

(2)	então eu acho que <u>nossa cidade é uma das cidades boa</u> né	1
	porque nossa população é grande... e ainda tem os de fora também que (estuda	2
	aqui né... porque cê vê (doc.: sei) quantos e quantos que vem de LONGE... cê	3
	vai no Hospital de Base lá cê fala –“ não eu num tô ”... de tanta ambulância que	4
	você vê de cidades de fora né...	5
	então eu acho que <u>nossa cidade é uma cidade boa</u> né...	6
	contentar todo mundo eu acho que o prefeito num vai contentar mesmo (doc.: num tem como	7
	nê)... num tem como... ninguém vai contentar né...	8
	mas eu acho <u>uma cidade muito boa</u> e gosto daqui...	9
	inclusive num tenho vontade de mudar daqui não (doc.:é isso é verdade) vou	10
	morrer aqui mesmo tá(inint.)(AC-132; RO: L.411-419)	11

Tendo em vista a propriedade da centração tópica, o tópico do SegT em (2) pode ser sintetizado como *Nossa cidade é uma cidade boa*. Observe-se que os enunciados nas linhas 1, 6 e 9 expressam esse tópico de forma direta. Já os grupos de enunciados nas linhas 2-5, 7-8 e 10-11 abordam, cada um de uma forma particular, três ideias específicas que desenvolvem o tópico central *Nossa cidade é uma cidade boa*. Nas linhas 2-5, os enunciados veiculam a ideia de que a cidade é boa porque a população é grande e porque recebe, ainda, pessoas de outras cidades. Nas linhas 7-8, os enunciados são formulados a respeito do prefeito; afirma-se que a cidade é boa apesar de nem todos estarem contentes com o prefeito, uma vez que seria normal nem todos estarem contentes com ele. Finalmente, nas linhas 10-11, os enunciados desenvolvem a ideia de que a interlocutora planeja não se mudar da cidade, o que seria apresentado como evidência da qualidade da cidade.

Assim, pode-se ver aí uma alternância entre grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos que constroem referências subsidiárias relativamente ao tópico do SegT. É esse tipo de alternância que constitui a relação *central-subsidiário*, ou *posição-suporte*. Nesse sentido, os enunciados nas linhas 1, 6 e 9 constituem três unidades de *posição*. São grupos de enunciados que sintetizam o tópico do SegT, que o expressam mais diretamente, que estabelecem mais explicitamente o

tópico. Já os demais grupos de enunciados constituem três *suportes*, isto é, grupos de enunciados que desenvolvem aspectos mais específicos do tópico.²

Conforme defendemos no trabalho mencionado acima (PENHA-VEL, 2010) com base em evidências quantitativas e qualitativas, a relação posição-suporte pode ser vista como uma regra altamente generalizada de estruturação interna de SegTs mínimos no gênero Relato de Opinião. O SegT mínimo em (3) também ilustra o esquema de organização posição-suporte.

- | | | |
|-----|---|---|
| (3) | infelizmente... nesses últimos anos... éh:: e eu acho que sempre na história... <u>o:: povo</u> | 1 |
| | <u>não tem votado direito... e::... o país os municípios os estados... não têm sido bem</u> | 2 |
| | <u>sucedido em:: algumas eleições...</u> | 3 |
| | vide:: <u>a eleição do... Fernando Collor...</u> onde ele ((ininteligível)) tanto e depois | 4 |
| | foi... ele que deu... ele/ <u>o povo brasileiro</u> naquela... esperança da salvação que <u>o</u> | 5 |
| | <u>povo</u> vive até hoje... <u>o povo votou</u> em massa... no:./ no presidente Fernando | 6 |
| | Collor... e depois... tudo aquilo aconteceu que é conhecido do país todo... (AC- | 7 |
| | 113; RO: L.218-224) | |

De acordo com a propriedade de centração, o tópico desse segmento pode ser expresso como *Insucesso nas eleições no Brasil nos últimos anos*. Nas linhas 1-3, que constituem uma unidade de posição, o falante se refere a esse tópico em termos mais gerais, como se pode ver nos enunciados *o:: povo não tem votado direito* e *o país os municípios os estados... não têm sido bem sucedido em:: algumas eleições*. Como mencionado acima, trata-se de um momento em que os enunciados estão voltados para definir, estabelecer, determinar de forma mais direta o tópico do segmento. Na sequência, nas linhas 4-7, que formam uma unidade de suporte, o falante continua o discurso falando sobre *a eleição do Fernando Collor*, uma forma mais específica de desenvolver o tópico em pauta. Ou seja, há uma relação entre *eleições*, como referência geral, e *eleição do Fernando Collor*, como referência específica. Nesse sentido, a relação central-subsidiário pode ser vista também como uma relação do tipo *geral-específico*.

Ainda conforme demonstramos naquele trabalho, a relação posição-suporte é uma relação potencialmente recursiva, no sentido de que grupos de enunciados que funcionam como posição ou suporte podem também ser estruturados internamente com base nessa mesma relação. Isso pode ser visto no SegT em (4a).

(4a)	bom e isso é uma parte d/da adolescência mas é claro que <u>a gente não tem... só isso</u>	1
	claro que <u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão	2
	sempre contando... com a mãe... com o pai com a família... que é/ com o namorado claro	3
	mas o namorado também eu acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente tem que...	4
	saber ter amigos <u>saber aproveitar</u> ...	5
	<u>ir numa balada não precisa beber tudo o que tem na balada...</u> bebe o:: tem/o::	6
	tanto que você acha que você vai agüentar... o tanto que você acha que vai ser	7
	legal pra VOcê se divertir não pra você passar mal... porque <u>o bom de uma</u>	8
	<u>balada</u> não é você beber e depois sair vomitando e ficar... né todo mundo lá te	9
	olhando feio tal... (inint.) o legal é você beber pra ficar alegre... pra brincar não	10
	pra ficar estúpido com ninguém e tal... (AC-022; RO: L.562-572)	11

Considerando que o tópico em (4a) seja *Saber aproveitar a adolescência*, pode-se analisar o trecho nas linhas 1-5 como posição, onde há referências mais diretas a essa ideia nuclear (como nos enunciados sublinhados), e o trecho nas linhas 6-11, como suporte, cuja ideia poderia ser sintetizada como *Beber moderadamente em uma balada* (vejam-se os enunciados sublinhados nesse trecho), o que seria uma forma particular de desenvolver o tópico *Saber aproveitar a adolescência*.

O suporte, por sua vez, pode ser também interpretado em duas partes. Os enunciados nas linhas 6-8 (até a barra) fazem referência mais direta à ideia *Beber moderadamente em uma balada* (observe-se, principalmente, o enunciado sublinhado na linha 6). Já os enunciados nas linhas 8-11 (a partir da barra) abordam essa ideia mais especificamente, desenvolvendo-a por meio de referências que podem ser sintetizadas como *O bom de uma balada não é beber exageradamente* (o que é evidenciado, sobretudo, pelo trecho sublinhado nas linhas 8-9). Nesse caso, a ideia veiculada nas linhas 8-11 (a partir da barra) parece funcionar como argumento para sustentar a ideia nuclear referida nas linhas 6-8 (até a barra).

Nesse sentido, o SegT em (4a) poderia ser analisado como em (4b).

(4b)	bom e isso é uma parte d/da adolescência mas é claro que <u>a gente não tem... só isso</u>	1
	claro que <u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão	2
	sempre contando... com a mãe... com o pai com a família... que é/ com o namorado claro	3
	mas o namorado também eu acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente tem que...	4
	saber ter amigos <u>saber aproveitar</u> ...	5
	<u>ir numa balada não precisa beber tudo o que tem na balada...</u> bebe o:: tem/o::	6
	tanto que você acha que você vai agüentar... o tanto que você acha que vai ser	7
	legal pra VOCê se divertir não pra você passar mal...	8
	porque <u>o bom de uma balada</u> não é você beber e depois sair vomitando e	9
	ficar... né todo mundo lá te olhando feio tal... (inint.) o legal é você beber	10
	pra ficar alegre... pra brincar não pra ficar estúpido com ninguém e tal...	11

De acordo com essa análise, no âmbito do SegT inteiro, o trecho nas linhas 1-5 é identificado como posição, e o trecho nas linhas 6-11, como suporte, enquanto, no âmbito do segmento nas linhas 6-11, as linhas 6-8 são identificadas como posição e as linhas 9-11, como suporte.

O SegT em (5) também ilustra o processo verificado em (4a-b). Tanto a estruturação do SegT inteiro quanto a de uma de suas partes estão baseadas na relação central-subsidiário.

(5)	então é tudo... então eu acho assim que é uma <u>cidade tranqüila sossega::da</u> ...	1
	cê vê eu moro num <u>lugar tão sossegado</u> ...	2
	cê vê ó... minha casa... cê viu né... que eu moro nesses três cômodo... mas	3
	lá fora eu cozinho eu lavo eu passo eu cozinho... deixo tudo lá fora...	4
	<u>nunca ninguém mexeu nada</u> ...	5
	então <u>Rio Preto</u> tá crescendo? tá crescendo... é perigoso? é perigoso... mas prá nós por	6
	enquanto ta <u>tudo sossegadinho</u> ainda né... <u>num tem tanto perigo</u> ... <u>num tem na::da</u> né...	7

(AC-132; RO: L.401-407)

Considere-se que o tópico do SegT em (5) seja *A cidade é tranqüila/sossegada*. No âmbito do SegT como um todo, as linhas 1 e 6-7 podem ser analisadas como posição, e as linhas 2-5, como suporte. Nesse SegT, a interlocutora inicia o tópico afirmando, em termos mais gerais, que *a cidade é tranqüila/sossegada* (linha 1), continua esse tópico dizendo, mais especificamente, que *o lugar onde mora é tranqüilo/sossegado* (li-

nhas 2-5) e o finaliza retomando afirmações mais gerais de que *a cidade* é tranquila/sossegada (linhas 6-7). Similarmente, o suporte está estruturado com base na relação posição-suporte. As referências nesse trecho (linhas 2-5) veiculam a ideia nuclear *O lugar onde moro é sossegado*. A linha 2 apresenta uma referência mais geral em relação ao restante do trecho e que sintetiza essa ideia. As linhas 3-5, então, abordam tal ideia por meio de referências mais específicas, que podem ser resumidas como *Nunca ninguém mexeu na casa*. Assim, no âmbito das linhas 2-5, a linha 2 pode ser analisada como posição, e as linhas 3-5, como suporte.

Essa aplicação recursiva da relação central-subsidiário cria, no decorrer da construção do SegT, diferentes níveis de estruturação tópica, e esses níveis, então, instauram o que propomos aqui como *domínios de estruturação intratópica*. Trata-se de unidades particulares no interior do SegT mínimo dentro das quais se mantêm relações de construção tópica – no caso específico do gênero Relato de Opinião, relações do tipo posição-suporte. Em outras palavras, trata-se de diferentes níveis de organização tópica dentro do SegT mínimo.

No caso do gênero em foco, pode-se definir *domínio de estruturação intratópica* da seguinte forma: unidade formada por uma posição e seus respectivos suportes. Observe-se que, naturalmente, o SegT como um todo constitui, ele próprio, um domínio, uma vez que sua estruturação é fundamentada na relação posição-suporte; a partir daí, a cada vez que essa relação é reaplicada, recursivamente, instaura-se um novo domínio. Em (5), podem ser reconhecidos dois domínios: domínio 1 (linhas 1-7), correspondente ao próprio SegT inteiro, estruturado conforme a combinação posição(1)-suporte(2-5)-posição(6-7); domínio 2 (linhas 2-5), que manifesta a combinação posição(2)-suporte(3-5). Pode-se dizer que um domínio constitui um momento particular de organização tópica no decorrer do SegT, o que pode ser claramente visto em (5), em que os dois domínios efetivam diferentes combinações das unidades de posição e suporte (o domínio 1 organiza-se em posição-suporte-posição, e o domínio 2 manifesta a combinação posição-suporte).

A apreensão (tanto pelos falantes quanto pelo analista) da estruturação do SegT em domínios é importante uma vez que é no âmbito de um domínio, e não no âmbito do SegT todo propriamente, que grupos de enunciados assumem um estatuto tópico. Em (5), por exemplo, o trecho nas linhas 3-5 assume estatuto tópico de suporte dentro do trecho nas linhas 2-5, não no âmbito do SegT inteiro; ou seja, o trecho nas linhas 3-5 não constitui exatamente uma parte do SegT, mas é uma parte do trecho nas linhas 2-5 – este trecho sim, nas linhas 2-5, é que constitui uma parte do SegT, no caso, um suporte.

Em outras palavras, pode-se dizer que a construção de SegTs mínimos compreende a construção de domínios de estruturação intratópica. A construção do SegT mínimo não envolve, necessariamente, apenas um nível de articulação tópica, mas pode incluir diferentes níveis hierarquicamente organizados entre si, que constituem os diferentes domínios.

A partir do momento em que o SegT mínimo é segmentado em unidades de posição e suporte e estas são organizadas em domínios, passa-se a ter, no interior do SegT mínimo, parâmetros mais específicos para a análise do próprio processo de estruturação tópica e para a análise de outros fenômenos relacionados a esse processo. A nosso ver, é aí que reside a relevância da noção de domínio.

Nesse sentido, o ponto central que queremos focalizar neste trabalho é, então, o de que, quando um MD opera na estruturação interna de SegTs mínimos, sua atuação circunscreve-se a um domínio, isto é, ela não está vinculada diretamente à estruturação global do SegT, mas à de um domínio particular. Em outros termos, no plano da estruturação interna de SegTs mínimos, MDs atuam em relação a domínios de estruturação intratópica.

Considere-se o exemplo em (6a) abaixo.

(6a)	a adolescência... <u>a adolescência é você curtir você aproveitar</u> C	1
	(por) <u>que isso vai ser único na sua vida</u> você:: daqui a pouco você vai <u>ter dezoito</u>	2
	<u>anos</u> ... você não vai ser mais um adolescente... você vai <u>ser uma pessoa de</u>	3
	<u>responsabilidade</u> ...	4
	<u>ai</u> ... acontece o que muitas pessoas fazem... <u>não aproveitam na adolescência</u>	5
	<u>quando chega nos dezoito anos quer aproveitar tudo o que não aproveitou</u>	6
	então vira aqueles... v/vamos dizer... não É um adolescente mas vira aquela	7
	aquela peSSOA... irresponsável... um:: cara uma e até uma menina também	8
	lógico... de dezoito anos... sai bebe TODas bate o carro do PAI... não trabalha...	9
	só vive a custa do dinheiro do pai... vira uma pessoa irresponsável...	10
	<u>agora</u> eu acho que se você tiver uma adolescência bacana aproveitar tudo na	11
	hora CERTa... quando você tiver dezoito anos... você vai <u>aproveitar... o que a</u>	12
	<u>idade dos dezoito anos te proporciona</u> ... te proporciona o que... aprender um	13
	serviço bom	14
	<u>porque com dezoito anos</u> você já pode entrar numa firma boa você já é	15
	capaz de ter uma firma boa... <u>você é capaz de ter TUas responsabilidades</u>	16
	NÃO de ficar naquela vida de dezesseis de quinze... brincando com amigo...	17
	tirando racha de carro sabe essas coisas que é... sabe... irresponsabilidade	18
	mesmo... ai depois já tem os teus vinte teus pouco e fica ai... um um:: de vinte	19
	anos bobão... uma criançona entendeu	20
	<u>então</u> acho que <u>a adolescência a gente tem que aproveitar</u> ... <u>no tempo certo</u> porque	21
	nunca mais ela volta... porque se você não aproveitar né se você não aproveita <u>no</u>	22
	<u>tempo certo</u> quando tiver mais velha você vai querer aproveitar mas... não vai dar	23
	muito certo... (AC-022; RO: L.587-608)	24

Nesse exemplo, podem ser distinguidos dois domínios. Primeiramente, em relação à ideia nuclear do SegT todo, *Aproveitar a adolescência no tempo certo*, as linhas 1-4 e 21-24 constituem posições, e as linhas 5-10 e 11-20 constituem suportes, cujas ideias podem ser sintetizadas, respectivamente, como *Aproveitar aos 18 anos o que não se aproveitou na adolescência* e *Aproveitar o que a idade de 18 anos proporciona*; as linhas 1-24 constituem, pois, um primeiro domínio. No âmbito do suporte nas linhas 11-20, as linhas 11-14 constituem posição, expressando mais diretamente a ideia nuclear do trecho total nas linhas 11-20, e as linhas 15-20 constituem suporte, o qual apresenta a ideia mais específica *Aos 18 anos a pessoa é capaz de ter suas responsabilidades*; assim, o segmento nas linhas 11-20 representa um segundo domínio. Para efeito de clareza, esses domínios e essas relações tópicas são sintetizados abaixo em (6b).

(6b)

Domínio 1: linhas 1-24: *Aproveitar a adolescência no tempo certo*

Posição: linhas 1-4: *Aproveitar a adolescência no tempo certo*

Suporte: linhas 5-10: *Aproveitar aos 18 anos o que não se aproveitou na adolescência*

Suporte: linhas 11-20: *Aproveitar o que a idade de 18 anos proporciona*

Posição: linhas 21-24: *Aproveitar a adolescência no tempo certo*

Domínio 2: linhas 11-20: *Aproveitar o que a idade de 18 anos proporciona*

Posição: linhas 11-14: *Aproveitar o que a idade de 18 anos proporciona*

Suporte: linhas 15-20: *Aos 18 anos a pessoa é capaz de ter suas responsabilidades*

No contexto dessas relações tópicas, observe-se que o MD *porque* (na linha 15) introduz um segmento que constitui suporte relativamente ao trecho anterior nas linhas 11-14, não introduzindo, pois, um segmento correspondente a uma parte na estruturação global do SegT. O que constitui uma parte do SegT é o segmento conjunto nas linhas 11-20, o qual, por sua vez, é introduzido pelo MD *agora*. Ou seja, o âmbito de atuação de *porque* circunscreve-se ao segmento nas linhas 11-20; a nosso ver, é nesse trecho do SegT que é processada a relação de sentido marcada por esse MD. Já no caso do MD *agora*, pode-se considerar que o âmbito de atuação seja o SegT todo, assim como no caso dos MDs *ai* (na linha 5) e *então* (na linha 21), uma vez que tais MDs introduzem unidades de posição e suporte nesse nível de organização tópica. É, pois, nesse sentido que dizemos que os MDs atuam em relação a domínios de estruturação intratópica.

A noção de domínio é especialmente interessante no estudo dos MDs, porque muitos aspectos do funcionamento de um MD dependem do domínio a que ele pertence, conforme discutimos na seção seguinte, especificamente, em relação a padrões de uso de MDs.

Admitindo, assim, o vínculo dos MDs à organização de domínios, é preciso, ainda, definir o domínio exato de atuação de uma ocorrência particular de um MD. Ou seja, como um SegT pode compreender mais de um domínio (como visto acima), trata-se de identificar qual desses é o domínio em que um MD atua e, portanto, no qual deve ser analisado. Nesse sentido, o domínio de atuação de um MD pode ser entendido da seguinte forma: domínio em relação ao qual o segmento introduzido pelo MD constitui posição ou suporte.

Observe-se novamente o SegT em (6a). Pode-se notar que os MDs *aí* e *então* atuam na estruturação do domínio 1 (linhas 1-24), já que introduzem, respectivamente, um suporte e uma posição no âmbito desse domínio. O MD *porque* atua na estruturação do domínio 2 (linhas 11-20), uma vez que o segmento que introduz constitui suporte em relação a esse segundo domínio. Já o MD *agora* pode ser considerado como atuando, ao mesmo tempo, em ambos os domínios: em primeiro lugar, deve-se considerar que esse MD introduz o segmento todo nas linhas 11-20, que assume o papel de suporte no âmbito do domínio 1; simultaneamente, esse MD introduz, mais localmente, o segmento nas linhas 11-14, que assume o papel de posição no âmbito do domínio 2 – na próxima seção, abordamos mais especificamente a atuação de um MD em dois domínios ao mesmo tempo.

Ressalte-se, para efeito de clareza, que o domínio de atuação de um MD deve ser entendido como o domínio *em relação ao qual* o segmento introduzido pelo MD constitui posição ou suporte, e não simplesmente o domínio *dentro do qual* tal segmento constitui posição ou suporte. Veja-se que, no exemplo em (6a), o segmento nas linhas 15-20 é um suporte materialmente dentro do domínio 1, mas seu estatuto como suporte verifica-se apenas no âmbito do segmento nas linhas 11-20, e é, pois, esse segmento (nas linhas 11-20) que pode ser entendido como seu domínio, bem como o domínio de atuação do MD *porque*.

4 Padrões de uso de marcadores discursivos

Nesta seção, apresentamos uma breve análise de um aspecto específico do funcionamento de MDs no processo de estruturação interna de SegTs mínimos, utilizando a noção de domínio de estruturação intratópica. Distinguimos padrões de uso de MDs particularmente no que diz respeito à *relevância* de MDs na estruturação de SegTs. Ou seja, trata-se de analisar seu uso no que se refere à seguinte questão: em que medida a estruturação interna dos SegTs depende do uso de MDs?; em outras palavras, quanto esse processo está ancorado no uso de MDs?

Nesse sentido, parece pertinente distinguir dois padrões básicos: P1 e P2. O padrão P1 compreende a situação em que todas as posições e todos os suportes de um dado domínio são introduzidos por um MD; ou seja, é o caso em que toda a estruturação de um domínio está ancorada no uso de MDs. É, pois, a situação de maior relevância do papel de MDs na estruturação intratópica. Isso pode ser verificado no exemplo em (7) abaixo.

(7)	e a gente vê assim que as crianças tão ficando muito com a... com a mentalidade... com a cabeça... com os pensamen/ com o lado psicológico muito afetado...	1 2
	tanto que a gente vê que os consultórios tão cheios né... de crianças com problemas... <i>que</i> aparentemente elas num teriam problema nenhum... num po/ num precisariam ter problema nenhum <i>que</i> :: até financeiramente... elas são bem tratadas elas se vestem muito bem... elas até comem bem... né... se calçam bem... né... tão na moda...vão e saem... mas tem problema psicológico porque há a falta desse pai e dessa mãe... que é uma necessidade que a criança tem... éh:: dela de ter a figura do homem e da mulher prá educar junto... junto educar a criança...éh...	3 4 5 6 7 8 9 10
	aí a gente vê né... filho... a aí começa mexer com droga... éh o problema do alcoolismo... né... a gente vê a FEBEM tão lotada de adolescentes... (AC-102; RO: L.365-376)	11 12

O SegT em (7) compreende um domínio estruturado em posição (linhas 1-2), suporte (linhas 3-10) e suporte (linhas 11-12). Observe-se que essas três partes são introduzidas por MDs, respectivamente, *e*, *tanto que* e *aí*. Trata-se, pois, de um domínio no qual o uso de MDs segue o padrão que estamos chamando aqui de P1.

Já o padrão P2 consiste no uso de MDs para a marcação parcial da estruturação de um domínio; ou seja, é a situação em que apenas algumas partes do domínio, mas não todas, são introduzidas por MDs. Esse padrão de uso varia desde casos com baixo grau de contribuição de MDs, em que poucas partes do domínio são marcadas, como em (8), até casos com maior grau de contribuição de MDs, em que quase todas são marcadas, como em (9).

- (8) tam-BÊM e por causa dessas pessoas tam(b)ém... que por exemplo a igreja católica ela tá muito:: vamo(s) dizê(r) VA-ZIA entre aspas... né? de caTÓlicos porque:... ah num exi/ num existe aquele católico que (pratica)

por exemplo o legioná:rio... [Doc.: uhm] ele é um católico pratican::te tal mas são po(u)cos legionários que exis::tem

minha mãe mesmo tava falan(d)o hoje... que tipo na igreja católica num existe mais aquele negócio de:... reuni(r) o povo pa fazê(r) estudá(r) sobre a Bí:blia mui::to difícil te(r)... esse negó/ é círculo bíblico no caso Doc.: po(u)quíssimos Inf.: é muito difícil tê(r) isso... e na igreja evangé::lica Jeová:: TOdas têm... só a católica que tá sumin(d)o porquê? porque es::ses católicos que se DIZem católicos num vão na igreja trabalhá(r)...

nossa eu fico assim... muito chateado quando a gente vai fazê(r) recrutamento... e a pessoa inventa várias desculpas pa num í(r)... – “cê vai?” – elas – “ah:: num pos::so” –... – “ah mas tem tal horário” – – “ não:: mas eu num pos::so tal minha mãe num de::(i)xa” – né? então as pessoa/ [...] (AC-023; RO: L.565-578)

- (9) é ho/ hoje em dia eu acho que sim né [há jogadores que jogam apenas por dinheiro] porque antigamente não

e hoje em dia o o os time paga qualquer jogador aí que qualquer moleque aí que tá jogando bem Hoje... já:: já oferece dinhe::iro aí esse a pessoa já vai pra um clube o outro oferece MAIS

então é: o que vale ma/ o que vale hoje é o dinheiro né o que fala alto hoje é o dinheiro

mais... hoje num num vai muito mais pela... pela profissão pelo a:: o time que ele joga não se um jo/ se ele tá jogando num num num time e e o outro oferece mais ele:: num quer nem saber ele LARga e vai embora mesmo (AC-129; RO: L.277-283)

Observe-se que estamos distinguindo padrões de uso de MDs em relação aos domínios. Trata-se de um procedimento estratégico e eficaz, na medida em que permite identificar diferentes padrões de uso de MDs dentro de um mesmo SegT mínimo, tendo em vista que um SegT mínimo pode conter mais de um domínio. E, de fato, há SegTs que contém mais de um domínio, sendo empregados diferentes padrões de uso de MDs nesses diferentes domínios. O exemplo em (10) ilustra essa situação.

(10)				
	P1		BOM num leva porque:: nunca/... eu já ouvi fa/ nego falan(d)o que tem	1
			algumas pessoa que fala assim – “não pa usá(r) droga é bom” –... não é bom	2
			não Doc.: num é? Inf.: imaginação deles... num é bom não...	3
	P1	P2	porque tem um colega meu que nunca usô(u) droga foi usá(r) droga	4
			uma vez c’o nós lá nós teve de comprá(r) duas ca(i)xinha de leite pra	5
			ele tomá(r) Doc.: POR QUÊ::? Inf.: porque o: leite ele corta todo o	6
			feito da droga... [Doc.: ah éh::?]	7
			se a pessoa tivê(r) se pondo no caso você tem um filho que é	8
			usuário se olhá(r) nele... se vê que tivê(r) c’o olho pequenininho	9
			ou:: ou vermelho e tivê(r) desinquieto é porque ele num:: num tá	10
			bem... 1 [Doc.: aí]	11
	P2	P1	1[porque] a pessoa que nunca usô(u) ele vai usÁ(r)... ela dá	12
			tipo um apaga luz cê fica::...	13
		P1	se pondo cê tá sentado você vai levantá(r) já dá aquele	14
		P2	branco... e se num tivê(r) ninguém ao seu lado é perigoso	15
			cê caí(r) e metê(r) a cara igual eu já caí duas vezes já	16
			Doc.: machucô(u)? Inf.: AH machuquei uma vez	17
			aqui assim um po(u)co assim na sobrancelha num	18
			sei se é essa... ((inf. mostra a sobrancelha)) ou	19
			essa que tem uma cicatriz... eu fui queimá(r) uma	20
			no cachimbo c’o meu tio e sai... andan(d)o assim	21
			óh ((inf. gesticula com a mão))... na hora que eu	22
			fui sentá(r) assim na be(i)rada na:: no banquinho	23
			na porta me deu um branco eu caí de cara (AC-	24
			031; RO: L.187-205)	

Nesse exemplo, podem ser distinguidos quatro domínios, delimitados pelos quatro colchetes ao lado esquerdo do exemplo. O domínio 1 (linhas 1-24) compreende uma posição (linhas 1-3) e um suporte (linhas 4-24); a posição é introduzida pelo MD *bom*, e o suporte, pelo MD *porque*; nesse domínio, portanto, MDs são empregados segundo o padrão P1. O domínio 2 (linhas 4-24) estrutura-se em uma posição (linhas 4-7) seguida de dois suportes (linhas 8-11 e 12-24); a posição é introduzida por *porque*, e, dos dois suportes, apenas o segundo é introduzido por MD, no caso, o item *porque*; nesse domínio 2, portanto, empregam-se MDs segundo o padrão P2. O domínio 3 (linhas 12-24) é composto por uma posição (linhas 12-13) e um suporte (linhas 14-24),

sendo que os dois são introduzidos por MDs, respectivamente, *porque* e *se pondo*; assim, o uso de MDs aí segue o padrão P1. Finalmente, o domínio 4 (linhas 14-24) organiza-se em uma posição (linhas 14-16) acompanhada de um suporte (linhas 17-24); apenas a posição é introduzida por MD, a expressão *se pondo*; nesse caso, o uso de MDs segue, pois, o padrão P2. Assim, (10) é um SegT mínimo no qual, ao longo de diferentes domínios, manifestam-se diferentes padrões de uso de MDs – padrão P1, nos domínios 1 e 3, e padrão P2, nos domínios 2 e 4.

Em (10), também é possível observar que um mesmo MD pode atuar simultaneamente em dois domínios e pode, inclusive, contribuir com a estruturação intratópica de formas diferentes, vinculando-se a diferentes padrões, em cada um dos domínios em que atua. Trata-se de um aspecto típico do funcionamento de MDs. Considere-se, por exemplo, o MD *porque* na linha 4 do exemplo em (10). Em primeiro lugar, esse item atua no domínio 1, introduzindo o suporte que se estende da linha 4 à linha 24. No nível desse domínio, o MD *porque* é empregado no padrão P1, conforme explicado acima. Ao mesmo tempo, esse item participa da estruturação do domínio 2 (linhas 4-24), na medida em que acaba por delimitar o início de um segmento que irá funcionar aí como posição (linhas 4-7), contribuindo, pois, para se depreender as partes desse novo domínio. Nesse nível, *porque* enquadra-se no padrão P2, como visto acima. A propósito, essa característica do funcionamento de MDs evidencia, a nosso ver, que é mesmo em relação a domínios, e não ao SegT, que eles são usados, sendo, pois, no âmbito de domínios que se torna pertinente analisá-los.

Convém ressaltar que um domínio pode estruturar-se sem o uso de MDs. Essa é ainda outra estratégia de construção tópica, que, todavia, não é distinguida aqui como um terceiro padrão obviamente porque não envolve o uso de MDs. No entanto, conforme temos apurado com base em análises empíricas, esse caso não se mostra muito recorrente. Na grande maioria das vezes (em mais de 90% dos casos que analisamos), a construção dos domínios está ancorada no uso de MDs, mediante P1 ou P2, dado que indica um papel expressivo dos MDs na estruturação intratópica. Inclusive, a organização de um percentual significativo de domínios (em torno de 35% dos casos que verificamos) é totalmente ancorada no uso de MDs (padrão P1), o que também aponta para um papel de destaque do uso de MDs.

O emprego de diferentes padrões de uso de MDs em diferentes domínios de um mesmo SegT é um fato bastante significativo. Ele mostra que, no decorrer do SegT, há momentos em que os falantes apoiam mais e momentos em que apoiam menos a estruturação tópica no uso de MDs; em outras palavras, a relevância do uso de MDs pode variar

durante a construção do SegT, mais especificamente, pode variar entre um e outro domínio. Essa variação parece estar ligada, em última instância, à própria natureza do uso de MDs na estruturação tópica, à razão por que eles são utilizados.

A existência de domínios cuja estruturação não é marcada por nenhum MD e mesmo a existência do padrão P2 evidenciam a natureza não imprescindível do uso de MDs. Essa natureza opcional é, de forma similar, verificada por várias outras abordagens de MDs. Muitas consideram que isso ocorre porque os MDs têm uma função de facilitar o processamento (de determinado aspecto) do discurso, marcando-o parcialmente e não o deixando todo por conta da interpretação do ouvinte. Blakemore (2002), por exemplo, defende que os MDs indicam qual é a rota inferencial, dentre várias rotas possíveis, em que um novo enunciado deve ser interpretado, diminuindo o esforço de processamento cognitivo na busca da relevância desse enunciado.

No caso aqui da estruturação intratópica, verifica-se uma situação semelhante, que pode, assim, receber uma explicação correspondente em termos textual-interativos próprios. A natureza opcional do uso de MDs pode ser explicada considerando-se que eles têm uma função fundamental de *facilitar a interpretação da estrutura intratópica*. Ou seja, os falantes não chegam a marcar sempre todas as (sub)partes dos SegTs com MDs, pois isso seria desnecessário, mas também não deixam tudo sem marcação, já que isso representaria um esforço de processamento muito alto. Assim, os falantes alternam entre explicitar parte da estruturação (intra)tópica e deixar parte dela para depreensão por parte do próprio ouvinte, alternando, então, entre P1, P2 e a total ausência de MDs. E, nesse sentido, a interação dessas três possibilidades (P1, P2 e ausência de MDs) com a estruturação intratópica em domínios torna-se altamente estratégica, pois os falantes podem efetuar essa variação no grau de explicitação da estrutura intratópica através dos domínios que compõem o SegT, mudando o padrão de uso de MDs, ou o não uso, de um para outro domínio.

Em síntese, nesta seção, apresentamos uma rápida análise de MDs utilizando a noção de domínio de estruturação intratópica. A esse respeito, distinguimos dois padrões básicos de uso de MDs e abordamos algumas questões ligadas a eles. Mostramos que podem ser empregados diferentes padrões em diferentes domínios de um mesmo SegT, que um mesmo MD pode operar, simultaneamente, em dois domínios, e que o MD pode, inclusive, corresponder a diferentes padrões nos diferentes domínios em que atua ao mesmo tempo. Além disso, sugerimos que, em termos de estruturação interna de SegTs mínimos, os MDs teriam uma função essencial de facilitar o processamento dessa estrutura, o que

seria efetivado, dentre outras coisas, mediante a alternância de padrões de uso através de diferentes domínios de um SegT.

5 Considerações finais

Neste trabalho, circunscrito ao gênero textual Relato de Opinião, formulamos a noção de *domínio de estruturação intratópica* e procuramos mostrar que os MDs atuam em relação a esse tipo de unidade no que diz respeito ao processo de estruturação interna de SegTs mínimos. Nossa hipótese é que, considerando os mais diversos gêneros textuais, deve ser possível identificar uma série de diferentes regras gerais de estruturação interna de SegTs mínimos (a exemplo da relação posição-suporte, característica do gênero Relato de Opinião), que sempre (ou, pelo menos, na maioria das vezes) essas regras envolverão a formação de domínios, e que o uso de MDs deverá estar vinculado a esses domínios. Assim, a proposta que fazemos aqui é que, no plano da organização de SegTs mínimos em (sub)partes constituintes, os MDs sejam estudados tendo-se em vista a noção do domínio.

Nesse sentido, entendemos que o estudo do processo de estruturação interna de SegTs mínimos em diferentes gêneros textuais e a investigação da existência de regras gerais de estruturação constituem um vasto campo de pesquisa no âmbito da Gramática Textual-interativa. Trata-se de temas relevantes não apenas para a análise de MDs, mas também para a descrição do próprio processo mais amplo de construção textual.

Notas

1 Os dados analisados neste trabalho são extraídos do Banco de Dados IBORUNA (disponível em www.iboruna.ibilce.unesp.br).

2 Nos exemplos, destacamos as unidades de suporte de suas respectivas unidades de posição por um adentramento à direita.

Referências Bibliográficas

- BLAKEMORE, D. (2002). *Relevance and Linguistic Meaning: The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GONÇALVES, S. C. L. (2007). *Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista): O português falado na região de São José do Rio Preto – constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo*. São José do Rio Preto: UNESP (Relatório científico, FAPESP).

- JUBRAN, C. C. A. S. (2006). “Tópico Discursivo”. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 89-132.
- _____. (2007). “Uma gramática textual de orientação interacional”. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, p. 313-327.
- JUBRAN, C. C. A. S. *et al.* (2002). “Organização tópica da conversação”. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado – v.II: Níveis de análise linguística*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 341-420.
- JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs). (2006). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PENHAVEL, E. (2010). *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. (2006). “Traços definidores dos Marcadores Discursivos”. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 403-425.

Palavras-chave: Marcadores Discursivos, Tópico Discursivo, Gramática Textual-interativa.

Key-words: discourse markers, discourse topic, textual-interactive grammar.

CONSTRUIR LA IDENTIDAD: EL *ETHOS* DEL ORADOR

Romina Grana
UNC – Argentina

RESUMEN: *Partiendo del análisis de expedientes judiciales sustanciados en Córdoba del Tucumán (siglo XVII), Romina Grana intenta observar cómo se construye la identidad de los oradores comprometidos en este tipo particular de agonística. La noción de ethos constituye el lugar específico de la investigación: La autora asume que se trata de un concepto cuya potencialidad explicativa debe vincularse con el género discursivo en la medida en que son los marcos institucionales los que moldean las identidades que los oradores hacen de sí mismos.*

RESUMO: *Partindo da análise de expedientes judiciais substanciados em Córdoba Del Tucumán (século XVII), Romina Grana observa como se constrói a identidade dos oradores comprometidos nesse tipo de agonística. A noção de ethos constitui o lugar específico de investigação. A autora assume que se trata de um conceito cuja potencialidade explicativa deve se vincular com o gênero discursivo na medida em que são os marcos institucionais que moldam as identidades que os oradores fazem de si mesmos.*

ABSTRACT: *Based on the analysis of court records produced in Córdoba del Tucumán (siglo XVII), Romina Grana observes how the identity of the speakers involved in this particular type of agonistic is built. The notion of ethos is the specific place of investigation. The author assumes that this is a concept whose explanatory potential must be related with the discourse gender because it is the institutional frameworks that shape the identities speakers make up for themselves.*

1 Introducción

El abordaje discursivo de expedientes judiciales obliga a considerar la problemática pasional como resultado de las gestiones que hacen los oradores en el proceso de construcción de sí mismos y del otro con el

que agonizan. Pensamos que redefinir el lugar que ocupan las pasiones en los documentos que conforman el corpus es un aspecto fundamental para aprehender cómo los sujetos construyen su identidad discursivamente.

Partimos de una concepción de discurso ligada a la práctica y por ello el discurso deviene en un lugar privilegiado para el encuentro de subjetividades. La indagación sobre cómo se presentan los estados pasionales surge del interés por iluminar los movimientos de adecuación continua que existen entre las partes litigantes y el juez con el fin de producir efectos de adhesión o rechazo. *Ethos* del orador y *pathos* del auditorio coexisten en la empresa persuasiva que se completa sólo cuando “(...) o auditorio (...) puder ver no orador um homem que tem o mesmo ethos que ele: persuadir consistirá em fazer passar pelo discurso um ethos característico do auditorio, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está” (Motta y Salgado, 2008, p.15). En otras palabras, este efecto se completa cuando el auditorio puede ver que el orador es un “otro” que tienen un *ethos* semejante al él (Motta y Salgado, 2008) y viceversa.

El objetivo específico de este trabajo es observar cómo construyen su *ethos* tanto el juez como los pleiteantes con vistas a comprender qué aspectos destacan en la configuración que hacen de sí mismos. La hipótesis provisoria de la cual partimos es que existen fuertes determinaciones que quedan atadas al género discursivo (Bajtín, 1997) pues son las esferas de las praxis de los sujetos las que imponen restricciones a los discursos observables a nivel de la temática, el estilo y la estructuración. En este sentido, el *ethos* funciona como un vector doble: por un lado cruza esos determinantes genéricos y a su vez es sede para la realización de aquellos.

Si bien asumimos una postura de estricta filiación bajtiniana, no desconocemos la existencia de un marco axiológico común (Mozejko de Costa, 1994) que se completa en el espacio persuasivo; no obstante, pensamos que no deja de acomodarse a las representaciones impuestas por las condiciones de producción (Verón, 2004) de discursos que se encuentran fuertemente institucionalizados.

2 Fundamentos teórico-metodológicos

El corpus está constituido por un conjunto de expedientes judiciales que forman parte del reservorio documental que atesora el Archivo Histórico de la Provincia de Córdoba, Argentina. Las causas seleccionadas fueron sustanciadas, en su totalidad, en la jurisdicción de Córdoba del Tucumán durante el siglo XVII; se trata de manuscritos que no están publicados motivo por el cual procedimos a su transcripción siguiendo

las normas propuestas por la ALFAL¹ que han sido modificadas según las “Normas para la Transcripción de Documentos Históricos Panamericanos” aprobadas en el año 1961 en Washington, texto que consultamos en Tanodi (2000).

En particular, estos discursos recogen el debate generado entre agentes españoles, criollos o portugueses en atención a transgresiones tales como adulterios, injurias, atropellos, violaciones, etc. Las discusiones, que no se realizan sino en extensas secuencias argumentativas (Adam, 1997), se presentan a nivel de la superficie textual en una estructura bastante fija que sobresale por el estereotipo y convencionalidad observables a nivel del estilo y el contenido temático a los que referimos antes:

Acaso uno de los sistemas más reglamentados sea el sistema jurídico o la justicia que en su gran mayoría funciona sobre la base de textos: se dictan leyes, se levantan actas, se conciertan contratos, se extienden órdenes de registro domiciliario y documentos, etc. estos textos permiten denunciar, defender, juzgar o absolver. En todos estos casos, estos textos tienen –por escrito u oralmente– una forma fija, jurídica y convencional extremadamente precisa, con expresiones especiales y una sintaxis propia que depende de las de las funciones jurídicas precisas de estos textos (Van Dijk, 1978, p.24).

El género discursivo en esta instancia analítica no es una variable menor; por tratarse de discursos prácticamente impermeables a los cambios y por lo tanto, cerrados e institucionalizados, se impone la aparición de determinadas pasiones. En líneas generales, se puede afirmar que los sujetos se presentan preocupados porque su palabra sea considerada verdadera y ese es el motivo por el cual no se extienden en innovaciones: asumen que el estereotipo y la formalidad son los vectores que mejor se adecuan a la producción de verdad. Esta interpretación habilita a pensar en el género como “orientador” argumentativo: anclado en un espacio socio-histórico, el género completa las insuficiencias que los análisis sobre *logos*, *ethos* y *pathos*² pueden suscitar; se configura como una variable encargada de encorsetar a los oradores para que no se alejen demasiado de las representaciones *éticas* más o menos fijas que habitan el dominio judicial.

Siguiendo esta línea de opciones teóricas, conviene incorporar la noción de “campo” toulminiano (Toulmin, 1958) pues intersecta estas observaciones: no sólo las condiciones de verdad son relativas a los campos sino que también estilo, estructuración y contenido temático se juzgan según las reglas que dominan ciertos contextos de acción. Así, asumir

que el **género es vehículo de orientación** implica pensar que existen condicionantes que llevan a los locutores a optar por determinadas pases y desechar otras y además, dentro de la vía puramente racional, obligan a elegir determinados esquemas argumentativos en detrimento de otros lo cual corrobora lo que dice Marafioti (2003) a propósito de Toulmin (1958): “los campos argumentativos se evalúan desde el punto de vista de su institucionalización” (Marafioti, 2003, p.135).

El concepto de *ethos* pertenece a la tradición retórica y surge de la indagación de una de las dos líneas por las que se pretende influir al auditorio; se trata de las vías lógica y psicológica y el conjunto de pruebas que forman parte de estas demostraciones. Recorrer el primero de estos caminos implica buscar las pruebas mediante las cuales se pueda **convencer** (*fidem facere*) al auditorio. Ese bagaje de datos³ que tienen fuerza propia – también llamadas *pistéis éntekhnoi*- está destinado a “introducir una violencia justa en el espíritu del oyente” (Barthes, 1974, p.123). Referirse a este tipo de *pistéis* implica poner la atención en las opciones y en las transformaciones por las que opta el orador con vistas a corroborar su propia práctica de selección discursiva, o, en otras palabras, su destreza y manejo de la técnica. La segunda vía trata de **conmover** (*animos impellere*) poniendo en marcha operaciones tendientes a mover disposiciones psicológicas, subjetivas y morales del auditorio y el orador para así precipitar los ánimos y activar los humores.

Para la retórica clásica el concepto de *ethos* es indisoluble de las nociones de *logos* y *pathos*: esta tríada no vale sino por su articulación de manera tal que para analizar el *logos* como lugar privativo para la expresión de razones lógicas (*probatio*) no se pueden desconocer las razones del *ethos* y el *pathos* que se erigen como modalidades, como recursos destinados al ceremonial de conmover. Si bien los contenidos pasionales están ubicados, a nivel de la *dispositio*⁴, en el *exordio* y el *epílogo* que funcionan como reservas para el despliegue de las técnicas de seducción de los oyentes, en este trabajo reconocemos que la construcción del *ethos* atraviesa todo componente estructural, se desliza por todo el documento.

Específicamente, el *ethos* constituye una presentación de sí mismo: “son los rasgos de carácter que el orador debe mostrar al auditorio” (Barthes, 1974, p.143). Se trata de un conjunto de atributos dispuestos para causar una impresión favorable entre los cuales se destacan la *phrónesis*, la *areté* y la *éunoia*⁵ como sus elementos constitutivos principales; es una noción reflexiva que impone un “tono” al discurso el cual permite revisar el carácter institucional del *ethos* a nivel de las regularidades que van quedando delineadas.

Los supuestos asumidos pueden ser integrados a las consideraciones sobre las “escenas”; Maingueneau (en Amossy 1999, p.75) explica que “(...) a ‘cena de enunciação’ integra de fato três cenas, que proponho chamar de “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”. En este sentido, se puede afirmar que el discurso judicial es la escena englobante y los expedientes conformarían la escena genérica; respecto de la escenografía, reconocemos que se recrea un ritual que se sustancia en fases, y que para su consagración, debe ajustarse a una serie de reglas: el ritual judicial se lleva a cabo solemnemente, de manera lícita y extraordinaria (Bourdieu, 2001, p.79) en un registro distinguido, con unos agentes capacitados para ello y en las circunstancias adecuadas.

Las categorías de “escena” y “género discursivo” facilitan el anclaje de los discursos en la vida social y a su vez, habilitan el reconocimiento de las huellas que las condiciones culturales dejan en ellos. De esta manera, la configuración discursiva del *ethos* es producto de las intervenciones que la institución hace sobre los sujetos y sus prácticas a tal punto que las voces que se escuchan en los expedientes son el producto de la manipulación que surge cuando reconocemos que la institución judicial y sus delegados (jueces, escribanos, abogados) son las únicas instancias capaces de regular el orden social. La relación entre la institución -en nombre de sus portavoces- y los sujetos ajenos a ella está dominada por reglas que no se pueden obviar.

Si bien no nos dedicamos en esta oportunidad al análisis pormenorizado del dispositivo enunciativo (Ducrot, 1984; Benveniste 1994 y Kerbrat-Orecchioni, 1997), resulta operativo aclarar el uso que hacemos de algunas de sus herramientas teóricas pues permiten dar cuenta de la existencia de “capas” de responsabilidades en el ejercicio de la palabra. En coherencia con los planteos de Ducrot (1984)⁶ y Maingueneau (1987) surge que el *ethos* se supone en todo acto de enunciación sin estar explicitado en él. Como presupuesto de la instancia enunciativa, el *ethos* se relaciona con el intento de causar buena impresión, de agradar al auditorio y en este sentido se lo concibe como un lugar distinguido que da cuenta del modo en que los sujetos se inscriben en sus enunciado: si “el acto individual de apropiación de la lengua introduce al que habla en su habla” (Benveniste, 1994, p.85), el *ethos* se erige como una zona de referencias internas por medio de la cual el *yo* de la enunciación va informando al *tú* (a quien se dirige) datos acerca de su “identidad” discursiva: “(...) el *ethos* es una connotación: el orador enuncia una información y al mismo tiempo dice: yo soy éste, yo no soy aquel” (Barthes, 1974, p.143).

Según las afirmaciones precedentes, la voz de la ley, de la autoridad, es el centro a partir del cual las partes generan prácticas lingüísticas

tendientes a imponer distintos puntos de vista ante la el juez: el único fin de este acto social ante los estrados es convencer a las autoridades de las versiones que se presentan. Más aún, el juez es la figura principal de este juego pues, por un lado, es el único alocutario al que van destinadas todas las emisiones y, por otro, es el único locutor encargado de emitir enunciados que pueden modificar el estatuto jurídico de las partes. La iteratividad con que se presentan las categorías puede esquematizarse de la siguiente manera⁷:

Juez-----partes-----juez-----partes-----juez-----
partes-----juez---

La palabra del juez siempre media entre las partes y es justamente en atención a esta estricta regulación que podemos hablar de tipos bastante estables de *ethos*.

3 Análisis

Amossy (1999) y Maingueneau (2002) advirtieron que la singularidad de las configuraciones *éticas* puede ser pensada a partir de una distinción que postulan en términos de:

a) ***ethos* previo (o prediscursivo)** que comprende las representaciones que tiene el auditorio sobre el orador con antelación al momento en que toma la palabra; éstas pueden generar rechazos y adhesiones pero, en cualquiera de los casos, están cargadas de una información fundamental: el **poder** que tiene la palabra según su inscripción institucional (Bourdieu, 2001) y;

b) **un *ethos* discursivo (clásico o retórico)** que se produce cuando el orador toma la palabra de manera tal que se trata de una construcción “en lengua” o “por la lengua” que se monta con medios estrictamente verbales.

Tomamos estas distinciones pues reconocemos su operatividad para apoyar el recorrido discursivo que hacemos sobre los expedientes.

3.1 Aproximaciones previas o pre-discursivas

Un acercamiento al *ethos* previo nos sitúa en un espacio de intersecciones entre lingüística y sociología (Amossy, 2000) en la medida en que el auditorio atribuye a un orador inscripto en el mundo “extra-discursivo / institucional” rasgos que son “intra-discursivos” pues son asociados a una manera de decir. Los expedientes judiciales son un lugar propicio para indagar **eso** que está por detrás del escenario estrictamente discursivo.

El supuesto de base sobre el cual se asientan todas las opiniones descansa en la creencia que comparten locutor y alocutario acerca del carácter legítimo del ritual judicial. No es necesario que un locutor inserto en la esfera judicial haga uso de la lengua en un acto individual de apropiación para reconocer el poder de sus palabras. Aún suprimido el lenguaje, aparecen configuraciones previas que vienen dadas por las condiciones en las que el discurso es o será producido. En este sentido, es importante señalar las correspondencias que se pueden establecer entre *ethos previo* y *ethos institucional* puesto que se trata de dos conceptos no asimilables completamente pero que traban estrecha relación en la medida en que instalan el problema del estatuto del orador en función de su posición institucional:

(...) a posição institucional do orador e o grau de legitimidade que ela lhe confere contribuem para suscitar uma imagem prévia. Esse *ethos* pré-discursivo faz parte da bagagem dóxica dos interlocutores e é necessariamente movilizado pelo enunciado em situação (Amossy, 2000, p.137).

El abordaje sobre el ***ethos previo de los litigantes*** se sitúa en el espacio complejo que permite recuperar algunos datos sobre quiénes eran los sujetos habilitados a pleitear en esta sincronía y para esta socio-región. El mosaico poblacional de Córdoba del Tucumán del siglo XVII estaba compuesto por son blancos, negros, indios o mulatos, entre otros. Los sujetos que pertenecían a los 3 últimos grupos no gozaban de derechos plenos y por ello, si lograban reclamar judicialmente era porque habían acudido a una figura “mediadora” como es el caso del protector de naturales para los indígenas. Con esta observación queremos decir que el espectro de sujetos que podía querellar plenamente era muy acotado y quedaba reducido a hombres blancos descendientes de españoles o portugueses, mayores de edad, que estuvieran comprometidos con algunos principios de organización social. La indagación minuciosa sobre estos agentes sociales arrojó datos que permiten afirmar que se trataba de un conjunto de vecinos moradores, comerciantes o maestros de oficios que ocupaban lugares sociales reconocidos y que intervenían en las decisiones sobre los conflictos que se vivían en la ciudad y región adyacente⁸. En los segmentos que corresponden con las auto-presentaciones se destacan los esfuerzos que hacen las partes por dejar constancia del lugar social que se adjudican:

El theniente Melcher Domingues de Villasboas **vecino** destes parajes y curato de Sumanpa ante Vmd paresco en la mexor via y

forma que aiga lugar en derecho y digo que me querello sivil y criminalmente con todas las calidades que se permite en derecho contra Diego de Orona **vesino** (...) (Crimen, 1698, L.1, E.1, F.1).

Pedro Gonzales **mercader recidente** en esta ciudad de Cordova paresco ante Vmd (...) (E.1, 1693, L.176, E.2, F.15r).

El teniente Diego Sisternas de Miranda **vessino morador** desta ciudad de Çordova (...) (E.1, 1689, L.165, E.5, F.104r)⁹.

Al dato sobre el lugar social, debe añadirse la información que se obtiene de su condición étnica: estos dos factores (junto a otros que no trabajamos en esta oportunidad) eran los que, de alguna manera, constituían el punto de apoyo inicial y excluyente para una presentación judicial. El *ethos* previo de los litigantes se funda sobre la base de estos saberes compartidos acerca de quiénes estaban en condiciones de ser oídos por la justicia y quiénes no. Se puede generalizar que el “saber” sobre esas condiciones era central puesto que de esta manera iban instaurándose “clasificaciones de pertenencia” entre los sujetos y los grupos. Es más, ese mutuo reconocimiento viene dado por representaciones anteriores a **estos discursos**; se trata de configuraciones validadas por la *doxa*: es la opinión general, son los saberes compartidos los que confirman quiénes pueden acercarse a la justicia y quiénes no.

Este tipo de *ethos* previo se percibe cuando los sujetos reconocen **su condición frente a la justicia**: el origen socio-cultural de los litigantes funcionaba como un supuesto, un implícito, que no era necesario ratificar a la hora de separar a quienes gozaban de los privilegios de ser escuchados judicialmente de los que no podían hacerlo. El *ethos* pre-discursivo así entendido instalaba una serie de previsiones acerca de quiénes se constituían como agentes legítimos, creíbles y autorizados para litigar: en síntesis, el derecho de reclamar judicialmente quedaba acotado a aquellos que **saben que pueden hacerlo**. Estas propiedades pueden relacionarse con el ***ethos de la competencia*** de Charaudeau (2005) que ratifica que sólo el grupo que conservaba una posición acomodada entre otros pares tenía el poder de discriminar quiénes accedían a la institución y a quiénes les estaba vedado hacerlo.

Respecto del ***ethos previo del juez*** hay que recordar que es la figura alrededor de la cual se modelan los escenarios discursivos de las distintas capas de locución. Se trata del único “portavoz autorizado” que no habla en nombre propio sino de la institución motivo por el cual su voz es reconocida como la palabra oficial, ortodoxa y legítima (Bourdieu, 2001). El *ethos* previo de este agente surge de ese acto de delegación ins-

titucional: es el único que habla el lenguaje adecuado en las circunstancias adecuadas frente a interlocutores adecuados (**sabe, puede, debe**). El juez no se exhibe porque ya está “explicitado” si se tiene en cuenta la inscripción institucional que subyace a los discursos judiciales. Se trata de un **estereotipo** cuya representación es independiente de la persona que encarna tal función. Son los roles que juegan los sujetos los que definen el stock de imágenes que delinear el *ethos* previo de esta figura pública: “Hay que tener en consideración: la imagen que uno se forma de la categoría social, profesional, étnica, nacional, etc. del locutor (...)” (Amossy, 2000).

En otros términos, esta figura encarna representaciones culturales preexistentes que conocemos por el modo en que han sido discursivizadas: son los discursos los que nos acercan la imagen de un juez experto en discernir entre lo bueno y lo malo para los hombres, digno de confianza e inspirador de respeto. La imagen favorable de sí mismo es resultado de las construcciones discursivas que la fueron moldeando: en la semiosis social (Verón, 2004) el juez aparece construido como garante de valores arraigados en la opinión común.

Los jueces en el siglo XVII no siempre fueron profesionales que habían alcanzado un título que los habilitara para las funciones que se les encomendaban; muchas veces las causas se resolvieron de manera oral (por lo general y dependiendo de la gravedad del delito se imponía que fueran escritas) con el auxilio de idóneos que actuaban como prácticos y jueces que no siempre tenían competencia escrita (Luque Colombes, 1943). Algunos aspectos centrales que definen el *ethos* del juez son: el **saber** sobre las leyes, la religión (en caso de delitos que eran juzgados por una ley mixta), los procedimientos y, fundamentalmente, sobre las condiciones en las que debía darse el ritual judicial; el *ethos* previo de los jueces nos advierte sobre su idoneidad, talento y aptitud para constituirse en sede de la eficacia performativa de los enunciados que están en condiciones de producir (Bourdieu, 2001).

A propósito de lo antedicho, se podría pensar que dependía de la gravedad del delito el tipo de jueces que asumieran la responsabilidad de la causa; así, se desempeñaban como jueces el gobernador, los alcaldes ordinarios, el alférez real, el alguacil mayor, etc.: unos jueces eran más jerarquizados que otros. Otro dato que marca la configuración *ética* de esos funcionarios es que no gozaban de títulos que acreditaran su carácter profesional; en Córdoba desconocemos si hubo abogados que se desenvolvieran como tales en virtud del capital cultural institucionalizado (Bourdieu, 2001), es decir, títulos, certificados, diplomas. La construcción que hay del juez es política: se trata de un funcionario público, agente del poder real nombrado como autoridad máxima cuya

competencia en las leyes era relativamente variable. En todos los casos eran sujetos que sabían leer y escribir lo cual operaba como requisito excluyente para el desempeño del cargo; en este sentido, la lectura y la escritura funcionan como garantes para el conocimiento práctico que implicaba el llenado de papeles y formularios, la sustanciación de todas las etapas procesuales, etc. El juez es en otros términos, el destinatario más competente del que se provee la institución, un sujeto de saber prácticamente incuestionable que encarna valores compartidos por todos en cuya voz dichos valores se oyen como deberes; de allí la eficacia performativa de los enunciados que produce.

3.2 Aproximaciones discursivas

La otra cara de las reflexiones sobre el *ethos* nos ubica en el espacio complejo de las configuraciones estrictamente discursivas. Desde el punto de vista de su definición (Maingueneau, 2002) coincide prácticamente con el *ethos* retórico tal como se presenta en la tradición clásica. Este concepto recupera la idea de los efectos que el orador pretende provocar en el auditorio, es una imagen, una construcción discursiva en orden a producir efectos sobre el “otro”. Para su reconocimiento, no interesa lo que las voces del discurso dicen de sí mismas sino lo que se desprende de su modo de expresarse. El *ethos* así entendido se manifiesta cuando un locutor asume la lengua en un acto formal de apropiación (Benveniste, 1994) lo cual nos permite avanzar sobre el modo particular de aprehensión de los significados que se construyen en el discurso y sobre la modalidad que adoptan los locutores para instalarse en sus enunciados con arreglo a la expresión de la subjetividad.

A través de estas representaciones, los locutores instalan la figura de un auditorio sobre el cual pretenden influir en función del material que construyen. Para los discursos que trabajamos, reconocemos que el *ethos* discursivo “genérico” se ancla sobre la **pretensión de los todos los locutores (tanto litigantes como jueces) de constituirse en portavoces legítimos para decir lo que dicen.**

A) El *ethos* discursivo de los particulares que litigan debe ser analizado teniendo en cuenta que, en todos los casos, intentan fundar sus discursos en el *ethos* de la **identificación**. Ésta, atada de la mano de la solidaridad, es un punto clave en los desarrollos argumentativos: las partes buscan provocar la adhesión del auditorio presentándose como sujetos comunes, iguales a sus pares que defienden al grupo y sus necesidades. El caso de 1698 es paradigmático para lo que estamos diciendo: el litigante se querrela contra dos vecinos ladrones que han querido atacarlo; en su presentación se construye a sí mismo y a sus semejantes

como “honrados” y ubica, del otro lado del cuadro axiológico a los sujetos rechazados por la sociedad:

(...) de todo lo qual denuncio por verse ha quedado de todo y por todo sin castigo y con avisantes para cometer otras temeridades de que se sigan grandes ofensas a Dios nuestro señor y poco respeto a la real justicia de su magestad y grandes disgustos a todos los hombres nobles y honrados que assistimos en estos parajes con una vesindad tan pestilente y porque no se entienda ser apasionada esta mi relacion ofresco en cazo nessesario probarlo y dar plena informacion por todo lo qual y por lo demas que dexo de alegar en mi favor por falta de letrado abogado= (Crimen, 1698, L.1, E.1, F.1v).

En la cita se evidencia un claro intento del locutor por construir su identidad apelando a una serie de razones vinculadas con la dimensión pasional. Él se constituye “desprovisto” de pasiones cuando insiste en recalcar que “que no se entienda ser apasionada” su relación; el “otro” que construye es un sujeto agresivo, perjudicial, negativo para la sociedad en su conjunto. Este recurso por medio del cual los locutores optan por legitimar su palabra agregando rasgos desestimantes de la parte contraria es muy frecuente en el corpus: la identidad se construye a partir de una alteridad corrompida; argumentos que deterioran al “otro” ensalzan el “yo”:

(...) dize P.o Garcia que yo soy portugues y rrico es berdad que soy portugues y pretendo ser y parecer onrrado no es delito aver nacido portugues y el dicho P.o Garcia es hixo de portugues y es lo mexor q tiene pero dize mal diçiendo que yo soy rrico que no lo soy vino de mi sudor y ha quanenta años que estoy en esta provincia travaxando y sudando siempre (...) (E.1, 1676, L1, E.148, F.283v).

A las características señaladas se adjunta un dato central: las partes reconocen que el trabajo es un lugar que conviene mencionar a la hora de hablar de sí mismos: el “yo” se instala alrededor del trabajo entendido eufóricamente y de esto se desprenden construcciones ligadas a la **potencia**, la **virilidad** y la **hombria**; el “otro”, por el contrario, es construido en términos de ociosidad y la despreocupación. En la cita anterior se observan estos juegos identitarios: el locutor intenta por un lado, justificar que su riqueza ha sido bien ganada (con el esfuerzo del trabajo) y por otro, deteriorar la imagen de su contrincante exponiendo

la pereza y holgazanería con que vive. Estos valores disfóricos quedan absolutamente excluidos del componente dóxico de la sociedad cordobesa del siglo XVII para la cual el trabajo se ubica en un ámbito de intereses especialmente ponderado. En relación con esta idea, conviene tener en cuenta que el *ethos* puede ser aprehendido cuando se está en conocimiento de las condiciones en las que emerge.

Un elemento que conviene incluir en el análisis es el **carácter** del que habla Maingueneau (1987). El tema del sudor incardinado refiere al propio cuerpo que padece cansancio por los esfuerzos el trabajo. La dimensión fisonómica entra de la mano del lexema “*trabaxando*” que remite a la misión de ganarse el pan en buena ley: aparece una imagen de hombre enérgico, varonil, que permite inferir su pertenencia a un estatus social no muy acomodado pero que, sin embargo, le brinda los beneficios de la respetabilidad y la dignidad que derivan del trabajo. El énfasis que conllevan los gerundios “*trabaxando*” y “*sudando*” se potencia con el adverbio “*siempre*” que da la idea de reiteración, iteratividad en los esfuerzos, en los ardores de la labor.

Otro debate polémico que se genera en este litigio de 1676 es en relación con el asunto de la vestimenta: se intenta desacreditar al “otro” mitigando la gravedad de la pobreza que se declara. El recurso de la cita indirecta es el que mejor se adecua a producir este movimiento de refutación del discurso ajeno mediante la introducción de argumentos sobre la calidad de la persona:

= dize Pedro Garçia que el es pobre de solennidad y es falso porque solo es pobre de solennidad el que no tiene que calçar ni que bestir y Pedro Garçia trae sus capatos con rrenuidas medias de seda calçones ongarina jubon y coletto capa y sombrero a lo cortetano (E.1, 1676, L.143, E.8, F.81r).

Citar el discurso el “otro” constituye una de las formas más explícitas y literales de intertextualidad; la relación de co-presencia y co-referencialidad entre los textos pone en evidencia la posibilidad que ofrece el lenguaje de usar el discurso ajeno. A partir de este uso se pone de manifiesto una actitud retórica: quien se apropia de un discurso ajeno lo hace también para delimitar el sí mismo, la propia identidad, de la alteridad. La intertextualidad funciona como una estrategia que vehiculiza las voces de aquellos que están en franca tensión discursiva; más específicamente, la citación como vehículo de intertextualidad es un modo privilegiado y privilegiante para pensar la relación del “yo” / “otro” en la medida en que permite reconocer que ningún locutor se hace eco de una voz individual sino que son las voces sociales las que hablan por él.

Las alusiones a la vestimenta que se deducen de las cita tienen que ver con el modo de vivir en el mundo. Estas representaciones deben ser compartidas por el destinatario quien reconoce en cierto tipo de atuendos significados emparentados con la clase, posición social, adscripción étnica o profesión de los sujetos. El “disfraz” del ropaje reproduce una imagen que vincula al sujeto a determinados roles y ámbitos sociales. En este expediente uno de los argumentos del acusado para manifestarse en contra del querellante en la cuestión de si es pobre de solemnidad o no radica en demostrar que NO se lo puede considerar “pobre” si viste capa, colete y sombrero. Esta enumeración es indicio de cierta “comodidad” económica que va en contra del estereotipo del pobre. Las representaciones de la pobreza son colectivas: en la vestimenta se incardina la necesidad, la falta, la carencia. Se trata de un lugar común lleno de prejuicios que son también corporativos: hay cierto acuerdo en que el pobre muestra la decadencia social, el sistema de inequidades en que viven los grupos. El intento por señalar que el querellante no es como se muestra pone en escena la voluntad de la defensa de hacer ver que el litigio es entre pares, entre iguales: al menos en este corpus, un litigio entre “desiguales” no hubiera sido posible. Lo que se quiere demostrar es que, en última instancia, el argumento de erigirse pobre de solemnidad es una estrategia para “parecer” en inferioridad de condiciones respecto del oponente. En este sentido, importa rescatar que la idea de acusar al querellante de desplegar una “estrategia” también coadyuva a la construcción de un *ethos* **tramposo, estafador** que configura un tipo de hombre moralmente decadente: otra vez la alteridad se ve disminuida frente a la identidad.

La **legitimidad moral** de los litigantes es un punto que se incluye en el acuerdo – a veces tácito, a veces explícito- acerca de que existe algo que merece ser discutido. En los expedientes, el *ethos* de los participantes se manifiesta alrededor de un hecho que construyen como inaceptable: para el querellante es ofensivo el “hecho”, para la defensa es ofensiva “la acusación” pero, incluso conviniendo en que a los litigantes les molestan distintas cosas, se patentiza un *ethos* de **complicidad**. El único punto sobre el cual se edifica esa cooperación es el pacto de no indiferencia sobre ciertas prácticas (cometer hechos agraviantes o cometer discursos agraviantes). Se puede generalizar en que subyace un *ethos* de la **tolerancia / intolerancia** que modela un escenario compartido por locutores y alocutarios: el deseo de bienestar, de vivir pacíficamente son elementos comunes que justifican el proceso judicial; nadie quiere tolerar descréditos ni ser acusado de cometerlos.

Por último, hay otros procedimientos que ratifican la credibilidad de sí mismos que los pleiteantes pretenden robustecer; esto se observa en

el afán de constituirse no sólo conocedores de la ley sino también del idioma: son abundantes las citas en latín y los cultismos que apoyan esta idea y que dan cuenta de un *ethos* fabricado en consonancia con el estilo que mejor conviene al discurso judicial:

(...) ni huviessse parte querellante, ni acusador, ni denunciador, ni aver publica vos, y fama, y vos clamorosa de que huviessse cometido tal delito, como consta de lo deçidido por la decretal, y capitulo inquisitiones de acusar testigos dubitationes que expresamente deçide no poder proçeder procrimine super quo aliqua non lateret infamia (...) (E.1, 1676, L1, E.148, F.280v)¹⁰.

En este sentido, se patentiza la voluntad de las partes por inscribir sus discursos en el “ámbito convencionalmente aceptado como origen de la palabra verdadera” (Bixio, 2009). Este mecanismo fortalece la impresión de inmovilidad del discurso que se presenta como atemporal y por lo tanto, neutro e invariante.

B) El ***ethos* discursivo del juez** se edifica sobre la base de la imparcialidad entendida como principio inherente a la ley: su figura está desprovista de subjetividad hasta el “fallo” y en general, se puede afirmar que configura su *ethos* sobre la pretensión de desvincularse axiológicamente de los enunciados que de él emanan. Este efecto que busca provocar se vincula con el *ethos* de la **credibilidad** (Charaudeau, 2005): el juez es la instancia legisferante por excelencia y la estrategia de la institución es presentarlo / presentarse desligado no sólo de los hechos y los agentes involucrados sino incluso de su propia palabra. Los discursos del juez nunca se presentan en primera persona con excepción al fragmento que denominamos “sentencia o fallo” que se ubica en los tramos finales del documento; se trata de las únicas “marcas de personalidad” de la institución en la voz de su delegado:

Ffallo por la culpa que por este proceso rresulta contra la dicha Isavel de Rrosales que la debo de condenar y condeno en las costas desta causa (...) - Don Pedro Luis de Cabrera -alcalde ordinario- (E.1, 1605, L.17, E.2, F.16v)¹¹.

Este *ethos* **virtuoso** se objetiva en la imagen inmotivada de ambición, en la fidelidad a los principios que regulan el orden social y en la capacidad de discernir entre la validez o no de los juicios que se le presentan; de allí el lugar que ocupa en la totalidad discursiva este segmento que corresponde al fallo que recoge una evaluación final “post-escucha” de

todos los puntos de vista con los respectivos datos que los apoyan; se trata de una visión de conjunto, lograda luego de un proceso y no de una actuación precipitada que no podría derivarse de un acto inmediato y urgente de ponderación. El tiempo que lleva el proceso judicial, su estudio y gestión legitiman la decisión final hasta colocarla en el lugar de un “decir verdadero”.

Otro aspecto relacionado con el principio de neutralidad que garantiza un *ethos* de **seriedad** y **competencia** es la utilización del pretérito simple que apoya la distancia con aquello que se comunica. Es pretérito simple es el tiempo de la objetividad, de la información despojada de valoraciones, del alejamiento:

(...) En la estancia de don Bernabe de Salinas difunto en beyntiocho dias del mes de setiembre de mil y seyscientos y ochenta y dos anos yo el alferes don Juan Correa de Lemos yse pareser ante mi a Melchor de Salinas del cual resebi juramento a dios y una crus en forma de derecho y so cargo del prometio desir berdad de todo lo que se le preguntare i abiendosele perguntado dijo que (...) (Crimen, 1682, L.1, E.8, F.115r).

El *ethos* de la competencia también conviene a las consideraciones sobre el juez el cual se explica por la función que cumplen los magistrados en la institución colonial. No contamos con estudios específicos sobre estos funcionarios que pudieran arrojar datos sobre el carácter hereditario de su función; como dijimos antes, sólo podemos afirmar que debían ser hombres, mayores de edad, con competencia profesional o práctica en los asuntos judiciales. Es interesante marcar el carácter excluyente de la variable “género” y no excluyente de la variable “profesional / título”. En este punto, cabe aclarar que el espacio social americano y sus instituciones se configuraron en torno a una serie de valores que sólo podían ser abonados por acciones masculinas: la mujer no tenía cabida ni en la instancia judicial ni en cualquier otra; su intervención quedaba prácticamente excluida de todas las instituciones. La mujer era la sede del descrédito, la flaqueza, las connotaciones negativas, a tal punto que por ejemplo en las testimoniales de los juicios se advierte sobre la posibilidad de no aceptar su palabra por considerarla enrevesada y confusa:

Lo primero porque todos sus testigos en lo prinçipal son mugeres, que no aperçiben lo prinçipal y sin forma siguen su natural de hablar, y de una en otra como agora aconteçe van añadiendo requisitos variando en el efecto de la verdad, quanto y mas que

no se trato en la acción de esta contestación lo que en el termino de la prueba no siendo excepción que tuviese lugar, y las demas declarantes son negras, y negras esclavas el derecho, y mas siendo propias las reprueba como a dichas mugeres, a quienes pido, que segun el sean dadas por de ningun valor= (E.1, 1676, L1, E.148, F.249r).

Según lo antedicho, se pone en tela de juicio el *ethos* de la credibilidad femenina lo cual evidencia que no sólo sus prácticas no eran reconocidas sino que, incluso, su palabra era descalificada. Este punto ratifica que ciertos dominios de la praxis de los sujetos quedaban reducidos a varones cuyo *ethos* provocador, viril, fuerte (*ethos* de **identificación**) no acarrea sospechas sobre su desempeño.

3.3 Notas particulares sobre el *ethos* previo

No podemos desconocer que las opciones analíticas sobre la utilización de los conceptos *ethos previo* y *ethos discursivo* permiten establecer distinciones entre las representaciones que vienen de fuera del discurso con otras que se gestan en su interior. No obstante y puesto que asumimos una perspectiva discursiva, avalamos la idea de que las construcciones que hace el sujeto de sí mismo valen sólo en función del campo social donde se ubican, construcciones que ya han sido discursivizadas. Así, tanto el género como el posicionamiento ideológico viven en los discursos, son dichos por ellos que constituyen su condición de existencia. En este sentido, la adopción de esta terminología **previo / pre-discursivo** se justifica en términos operatorios: las nociones facilitan el reconocimiento de representaciones procedentes de las **condiciones objetivas** (previas) del orador y de las **condiciones subjetivas** (discursivas) Sin embargo, más allá de los usos que hacemos de las propuesta de estos autores (Amossy, 1999 y Maingueneau, 2002) reconocemos que se trata de conceptos cuya comprensión se alcanza cuando se insertan en la red interdiscursiva infinita de la que forman parte. Se trata de representaciones que se fueron construyendo en discursos anteriores por medio de los cuales han quedado semantizados roles y significados de las prácticas sociales que se encuentran revestidos de cualquier materia signifiante. Es en el proceso de semiosis infinita donde se construye la realidad de lo social (Verón, 2004) lo cual implica asumir que a ambos lados de los discursos hay sólo discursos: nada hay en los discursos que salga fuera de sus propios márgenes.

Entendemos que hablar de consideraciones pre-discursivas sólo vale en términos de un principio clasificador que agiliza el proceso de reconocimiento sobre las condiciones objetivas que inciden en las con-

figuraciones que hace el orador de sí mismo y que de ninguna manera quedan fuera del entramado semiótico; por ende, reafirmamos que lo previo es lo anterior a este discurso particular que no viene definido sino por otros discursos que fueron delineando “reglas” que siguen vitales: los locutores no son novedosos, todos se avienen a lo mismo y fabrican su *ethos* en consonancia con esas modalidades ya estatuidas que funcionan como garantía de verdad (o al menos tienen esa pretensión).

Por último, teniendo en cuenta la potencialidad operativa de estos conceptos se debe insistir en que la lógica del campo judicial regula no sólo el capital puesto a circular, sus modos de distribución y acceso sino que incluso **son las condiciones objetivas del campo las que se imponen en las configuraciones que hacen los sujetos de sí mismos**. El discurso judicial es resultado de esas restricciones que obligan a problematizar cierto tipo de transgresiones (que son los bienes que circulan en el campo), a sostener los turnos de locución entre locutores autorizados (que son las posiciones que se juegan en el campo), a reconocer la obligatoriedad de la mediación del juez entre las intervenciones de los particulares litigantes y **a mostrar un tipo particular de imagen propia / identidad acorde con esas reservas**.

4 Conclusiones

Las aproximaciones al *ethos* son sólo un aspecto que toca a los múltiples espacios de cruce que impone el análisis de la construcción de la identidad / subjetividad discursiva. El problema de cómo el sujeto se ancla en lo que dice instruye acerca de los posicionamientos ideológicos que se juegan en los discursos y más aún en los expedientes judiciales que hemos definido oportunamente como arena de luchas, como lugar de disputas.

A pesar de las cualidades que los distinguen, el *ethos* de los locutores de los expedientes presenta regularidades que se explican por la inserción institucional de los discursos: la “institucionalidad” es el principio sobre el cual se funda toda la arquitectura *ética* de los locutores: tanto el juez como los litigantes hacen esfuerzos por mostrarse anclados en la esfera de la praxis judicial. El intento de borramiento de las marcas de subjetividad, el recurso al estereotipo, el estilo arcaizante, los lugares comunes evocados, etc. son algunas zonas de emergencia del *ethos*. ***Ethos* previo y discursivo** vienen delineados por limitaciones genéricas, es decir, por rasgos que sobresalen en determinadas situaciones comunicativas que se llevan a cabo en condiciones socio-históricas especiales como las judiciales aquí evocadas.

Es sistema jurídico fija las características de quiénes tienen derecho a hablar, cómo y cuándo están habilitados para hacerlo y, obviamente,

también otorga una serie de instrucciones sobre las identidades que se deben construir. La institución encargada de emitir “juicios” “domina” el modo que tienen los sujetos de presentarse a sí mismos: la justicia garantiza la presencia de cierto tipo de *ethos* y no otros; el ámbito institucional judicial restringe las posibilidades de fabricación del *ethos* habilitando la emergencia de representaciones vinculadas con la credibilidad, identificación, virilidad, potencia, etc. El género judicial guarda, entre los supuestos que lo definen, las potencialidades de la institución: el *ethos* no escapa a la red de restricciones que ésta impone de manera tal que “(...) incluso si el destinatario no conoce bien el *ethos* previo del locutor, el solo hecho de que un texto pertenezca a un género del discurso o a un cierto posicionamiento ideológico induce a prejuicios en materia de *ethos*” (Maingueneau, 2002, p.3).

Notas

1 Las normas pueden consultarse en www.mundoalfal.org.

2 Aristóteles: *Retórica*.

3 Usamos “datos” como lo entiende Toulmin (1958), lo cual podría equipararse con pruebas, razones.

4 Aristóteles: *Retórica*.

5 “En suma, mientras habla y desarrolla el protocolo de las pruebas lógicas, el orador deberá decir sin cesar: síganme (frónesis), estimenme (areté) y quíeranme (eunoia)” Barthes (1974, p.64).

6 No desconocemos las precisiones teóricas que deberían hacerse entre los conceptos que pertenecen a la teoría de la enunciación de filiación francesa (Ducrot 1984) y los términos “orador”/“auditorio”; sin embargo y puesto que no ahondaremos en el dispositivo enunciativo, optamos por la segunda terminología ya que es la que mejor se ajusta a nuestros intereses; así pues, los usos aparentemente indistintos entre orador/locutor/destinador y auditorio/alocutario/destinatario se hacen sólo con fines operativos; para este trabajo no acarrea problemas asumir relativamente esta homologación.

7 Para esta esquematización, seguimos los aportes de Bixio (1998).

8 “Efectivamente, el estamento aparece como la esfera de distribución, diferente en cada uno de ellos, de la función social, y, a la vez, de la disposición sobre bienes y alimentos, del mando y la obediencia entre individuos, de la estimación y mérito adscritos a cada grupo, de los usos sociales que les corresponden y a los que han de atenerse, de la mayor o menor distinción o carencia de la misma que se les atribuye (...)” (Maraval, 1979, p.23).

9 Los destacados son nuestros.

10 Los subrayados son del propio texto.

11 El destacado es nuestro.

Referências bibliográficas

- ADAM, J.M. (1997) *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan Université.
- AMOSSY, R. (Dir.). (1999) *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- AMOSSY, R. (2000) *L'argumentation dans la langue*. Paris: Nathan. Cap. 6: El *pathos* o el rol de las emociones en la argumentación; cap. 3 “Lo plausible y lo evidente: doxa, interdiscurso, tópicos”; cap. 7 “Entre logos y pathos: las figuras”.
- ARISTÓTELES: *Retórica*. Madrid: Gredos.
- BOURDIEU, P. (2001) *¿Qué significa hablar?*. España: Akal/Universitaria.
- BAJTÍN, M. (1982) *Estética de la creación verbal*. México: Siglo XXI.
- BARTHES, R. (1974) *Investigaciones retóricas. La antigua retórica*. Buenos Aires: Edit. Tiempo Contemporáneo.
- BENVENISTE, E. (1994) *Problemas de lingüística general*. México: Siglo XXI.
- BIXIO, B. (1998) Tesis de doctorado. Córdoba. UNC. Ms.
- BIXIO, B. (2009) “El español judicial del siglo XVII: estilos de escritura (para una semántica del estilo)” en Actas del Congreso Internacional “Textos, autores y bibliotecas”. Córdoba: Biblioteca Mayor. UNC.
- CHARAUDEAU, P. (2005) *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert.
- DUCROT, O. (1984) *El decir y lo dicho*. Barcelona: Paidós Comunicación.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1986) *La enunciación. De la subjetividad en el lenguaje*. Buenos Aires: Hachette.
- LUQUE COLOMBRES, C. (1943) *Abogados en Córdoba del Tucumán*. Córdoba, Cuadernos de Historia, Publicaciones de CIFYH, FFyH. UNC. N° 5.
- MAINGUENEAU, D. (1987) *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette.
- MAINGUENEAU, D. (2002) “Problèmes d’ethos” en *Pratiques N° 113/114*, junio de 2002, pp. 55-67 (Traducido y seleccionado por M. Eugenia Contursi).
- MAINGUENEAU, D. (1987) *Nuevas tendencias en análisis del discurso*. Université d’Amiens: Hachette.
- MARAFIOTI, R. (2003) *Los patrones de la argumentación*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- MARAVALL, J. (1979) *Poder, honor y elites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI.
- MOTTA, A. y SALGADO, L. (2008) *Ethos discursivo*. San Pablo: Editora

Contexto.

MOZEJKO de COSTA, D.T. (1994) *La manipulación en el relato indigenista*. Buenos Aires: Edicial.

TOULMIN, S. (1958) *The Uses of Argument*. Nueva York: Macmillan Publishing Co.

TANODI, B. (2000) *Documentos históricos. Normas de transcripción y publicación*. Córdoba: Cuadernos de Historia, Publicaciones de CIFYH. FFyH. UNC. N° 3.

VAN DIJK, T. (1978) *Texto y contexto*. España: Cátedra.

VERÓN, E. (2004) *La semiosis social. Fragmentos de una teoría de la discursividad*. Argentina: Gedisa.

Palabras claves: *ethos*, identidad, discursos jurídicos

Palavras-chave: *ethos*, identidade, discurso

Key-words: *ethos*, identity, juridical discourse

DELICIAS DE LA VIDA GLOBALIZADA. MULTIMEDIALIDAD E ITINERANCIA PARA LA LENGUA GALLEGA

Patricia Bouzas
FFyL-UBA

RESUMEN: *Este artículo analiza un innovador discurso sobre la lengua gallega, la exposición multimedia itinerante As nosas palabras, os nosos mundos. El evento político-lingüístico fue lanzado por el gobierno gallego en 2008 y recorrió ciudades gallegas, españolas y de otros países. Patricia Bouzas sostiene que la muestra constituye un observatorio privilegiado para analizar los efectos de sentido que, en tiempos de globalización, se imprimen, desde altos niveles institucionales, a una lengua minorizada en su propio territorio y, en consecuencia, a los sujetos y la sociedad sobre los que se proyecta.*

RESUMO: *Este artigo analisa um discurso inovador sobre a língua galega, a exposição multimídia itinerante As nosas palabras, os nosos mundos. O evento político-linguístico foi lançado pelo governo galego em 2008 e percorreu cidades galegas, espanholas e de outros países. Patricia Bouzas sustenta que a mostra constitui um observatório privilegiado para analisar os efeitos de sentido que, em tempos de globalização, se imprimem, a partir de altos níveis institucionais, numa língua minoritária em seu próprio território, e, por conseguinte, nos sujeitos e na sociedade sobre os quais se projeta.*

ABSTRACT: *This article analyzes an innovative discourse on the galician language, the multimedia itinerant exhibition As nosas palabras, os nosos mundos. The political-linguistic event was thrown by the Galician government in 2008 and crossed Galicia, Spanish cities and other countries. Patricia Bouzas argues that the exhibit is a privileged observatory to study the effects of sense that, in the globalization era, are printed from high institutional levels on a minor language in its own territory and, as a consequence, on the subjects and the society onto which they are projected.*

Introducción

A partir de la declaración de 2008 como el Año Internacional de las Lenguas (por parte de las Naciones Unidas) y de la coronación, por parte del Parlamento Europeo, del mismo como el Año Europeo del Diálogo Intercultural, el gobierno gallego (Xunta de Galicia) a través de su Secretaría Xeral de Política Lingüística (SXPL), lanza el 11 de julio de 2008 en Santiago de Compostela, la exposición *As nosas palabras, os nosos mundos. Unha exposición sobre a lingua galega na diversidade lingüística*. La misma recorrió, de manera alternada, ciudades gallegas, españolas y de otros países. En mayo del 2009 llegó a Buenos Aires y se instaló en la Casa de la Cultura del Gobierno de la Ciudad Autónoma durante trece días, ocasión en que los porteños pudimos visitarla. Se trató de un evento multimedia e itinerante de celebración de la diversidad lingüística en general y, amparado en el discurso del plurilingüismo al que son tan proclives las instituciones europeas, de la lengua gallega en particular. La muestra tuvo siete lenguas oficiales, aunque, como es previsible, la lengua origen fue el gallego con traducciones a las otras seis. El gallego se presenta en el evento como el “fío condutor da mostra.”¹

Además de la exposición, organizada por la Xunta pero diseñada y puesta en práctica por la empresa gallega Nortideas Comunicación S.L. mediando concurso público, una serie de materiales accesorios, anclados en soportes diversos, conforman el corpus: un catálogo en papel de 55 páginas, un CD-ROM que retoma visualmente algunos aspectos de la exposición y una serie de elementos típicamente promocionales (señaladores, folletos, bolígrafos, etc.). Debido a que la exposición en sí es un evento multimedia complejo, combinado de lenguajes variados que se articulan simultáneamente y cuyo registro es problemático, la observación se basará en mi propia experiencia como espectadora pero necesariamente volveré una y otra vez sobre el resto de los materiales a los que acabo de aludir.

El enfoque discursivo sostiene, según Onice Payer (2005), que los discursos, materializados en textos que circulan en prácticas sociales, desempeñan un papel fundamental en la constitución del sujeto y de la sociedad. De este modo, la exposición se constituye en un observatorio privilegiado para analizar los efectos de sentido que, en tiempos de globalización, se le imprimen a la lengua gallega desde altos niveles institucionales y, en consecuencia, sobre los sujetos y la sociedad sobre los que se proyecta. Me interesa analizar las imágenes que sobre la lengua gallega se presentan en la exposición. Las preguntas que guiaron la investigación se articulan alrededor de dos ejes: ¿cuáles son los atributos que se le asignan a esa lengua en la operación de presentarla como objeto de exposición? y ¿cuál es la relación que guardan esos atri-

butos con la historicidad de esa misma lengua? La hipótesis de trabajo es que la exposición *As nosas palabras, os nosos mundos* constituye un gesto de interpretación institucional novedoso sobre la lengua gallega. Los atributos que, a partir de tal gesto, se le cargan a la lengua suponen de modo explícito una puesta en valor en consonancia con los tiempos de la globalización, pero de manera menos evidente, una modalidad nueva, resultado de nuevas condiciones de producción, para invertir algunas de sus imágenes históricas. La exposición y con ella la lengua obedecen a un gesto inscripto en la contemporaneidad que se remonta en la memoria (Orlandi, 2001).

Se vuelve necesario, al anclar en la perspectiva discursiva, dar cuenta de algunas de las conceptualizaciones sobre las que sostenemos nuestra mirada sobre la lengua gallega en exposición. En este marco pensamos el discurso, no como objeto empírico, sino como efecto de sentido entre locutores (Orlandi, 2004). Los datos, esto es los diversos textos reunidos para el análisis, al ser organizados en un corpus y recortados por la práctica del investigador, no pueden ser considerados como meros fenómenos observables preexistentes porque resultan ya de una construcción.

Considerar la exposición del modo como lo estoy haciendo, en tanto gesto de interpretación institucional, supone filiarse a la perspectiva que entiende que siempre hay interpretación frente a los objetos simbólicos, que no hay posibilidad de que no la haya ya que no hay sentido sin ella, en tanto el espacio simbólico está marcado por la incompletud y el vínculo constitutivo con el silencio. El sintagma “gesto de interpretación” permite marcar diferencia con la noción pragmática de “acto” en el sentido de que, con Pecheux, el gesto es un acto pero lo es a nivel simbólico (Orlandi, 2004).

Es el lugar propio de la ideología y es materializada por la historia. Se da siempre en algún lugar de la historia y de la sociedad y tiene una dirección (dirección de política). De ese modo siempre es posible aprehender la textualización de lo político en el gesto de interpretación (Orlandi, 2004, pp.18-19)².

La interpretación es constitutiva de la lengua, del sujeto y del sentido, lo que no implica que sujeto y/ o sentido sean interpretables sino más bien que la interpretación los constituye como tales; la interpretación, entonces, produce sujeto y sentido. Es, además, una operación ineludible frente a cualquier hecho simbólico. Comprender, para Orlandi, el proceso de producción de sentidos instalado por una materialidad discursiva implica reconocer, al mismo tiempo, la no transparencia del lenguaje y la inexistencia del principio de literalidad. Es así que el obje-

tivo del análisis de los objetos simbólicos es explicitar los procesos de significación que trabajan el texto; comprender cómo el texto produce sentidos, a través de sus mecanismos de funcionamiento y determinar qué gestos de interpretación trabajan aquella discursividad que es objeto de la comprensión. En otras palabras, se procura distinguir cuáles gestos de interpretación están constituyendo los sentidos (y los sujetos).

Entonces la consideración de que los discursos son efecto de sentido entre locutores y que el lenguaje (o los lenguajes, para el caso que consideramos) no obedece al principio de literalidad ni es transparente nos permite pensar la exposición como una construcción que proyecta determinadas imágenes sobre la lengua gallega. Tal construcción supone una interpretación regulada del sentido por lo cual aquello que la lengua gallega es en la muestra es el resultado de una intervención sobre la lengua con consecuencias particulares. La intervención se vuelve un gesto de interpretación de espesor en tanto es el propio gobierno gallego, en cierta coyuntura específica, el que organiza el evento. En el apartado que sigue se dará cuenta del marco regional que creó las condiciones de posibilidad de la muestra gallega para luego pasar al horizonte más amplio.

La institucionalización del gallego en los últimos años

Con la muerte de Francisco Franco en 1975, tras cuarenta años de dictadura, se inició en España un proceso político conocido como de transición hacia la democracia. Este fue el estadio que posibilitó que en 1978 se produjera la aprobación de una nueva Constitución (CE-78) que, por primera vez, (Siguan, 1992) estructuró el país en comunidades autónomas, consagró el plurilingüismo y reconoció legalmente como oficiales en los territorios de las correspondientes comunidades autónomas otras lenguas españolas, además del castellano. La iniciativa venía a enfrentar, aún con las limitaciones que los especialistas en la materia le atribuyen (el hecho de que para el castellano se estipule el deber de conocerlo y el derecho de usarlo, y no para el resto de las lenguas), una problemática que en la historia española no había tenido hasta entonces ningún espacio real de legitimación: el comienzo de la rehabilitación histórica de lenguas que habían sido negadas, desde el Estado central, en su calidad de tales y confinadas al mote de dialectos. Esto supuso, para más de un cuarenta por ciento de españoles hablantes de los otros idiomas, un paso inédito en el reconocimiento de una identidad lingüística y cultural que no se circunscribía exclusivamente al repertorio castellano. Para que esto se produjera, fue necesario que las instituciones políticas nacionales se democratizaran y, en el caso que nos interesa – el de comunidad autónoma de Galicia – las instituciones lingüísticas no eludieran tomar a su cargo la institucionalización del gallego.

Entre los instrumentos legales que operaron en tal sentido hay que destacar, además de la CE-78, el Estatuto de Autonomía de Galicia de 1981 que, según López Silva (2002), recoge los derechos lingüísticos de los ciudadanos gallegos y sienta las bases para una Lei de Normalización Lingüística (LNL) de 1983. De la mano de esta última se lleva adelante la promoción de una base legal más firme para el uso del gallego, la presencia del idioma en el *Diario Oficial de Galicia* y en la Administración autonómica y local, su introducción en el ámbito educativo y en el entorno lingüístico. Se crean la televisión y radio gallegas, se impulsan ayudas oficiales a los medios privados para aumentar su uso y se da cuerpo a la existencia de un estándar. Promovió, además, la investigación lingüística en gallego y le dio presencia en una cantidad importante de universidades del resto del mundo (a partir de la red de lectorados y cátedras de estudios gallegos).

Veinte años después, el Parlamento gallego aprueba por unanimidad un nuevo instrumento más acorde a los tiempos que corren: el Plan Xeral de Normalización da Lingua Galega (PXNL) de 2004 en el que se refuerzan algunas de las instancias formuladas por la LNL, pero que fundamentalmente se propone:

... adecuala [a lingua] aos novos tempos, para que o galego poida enfrontarse aos retos e esixencias da sociedade da comunicación, para que a nosa lingua avance sen problemas coa axuda das novas tecnoloxías, para que perviva neste século XXI que acabamos de comezar... (Xunta de Galicia, 2005, p.3).

Los sectores estratégicos en los que busca incidir son fundamentalmente dos: las nuevas tecnologías y las industrias culturales, exponentes fuertes de lo que son los aires de época. Hay una preocupación recurrente en el PXNL respecto de la lengua y es la que se puede observar en la formulación de algunos de sus “Obxectivos xerais”: dotarla de los recursos lingüísticos y técnicos que la capaciten para vehiculizar la vida moderna. Al amparo de este último instrumento legal y bajo el patrocinio de esa preocupación es que surge la licitación para el diseño, producción, ejecución, promoción e itinerancia de una exposición sobre la lengua gallega en la diversidad lingüística³.

La forma particular de organización política del Estado español hace que necesariamente deban tomarse en cuenta las leyes e instituciones que operan dentro de la comunidad autónoma que, entre otras cuestiones (Subiela, 2002), deciden la política lingüística dentro de su territorio – fundamentalmente el PXNL y SXPL para el periodo que estamos considerando – pero no pueden dejar de mencionarse las tensiones no

menores en ocasiones que el Estado regional tiene con las decisiones del Estado nacional. Ahora bien, en los tiempos actuales, nuevas condiciones de producción entran en juego a la hora de definir políticas, entre otras, lingüísticas: la pertenencia a un bloque regional de la densidad de la Unión Europea (UE) y la presencia del Mercado como práctica dominante.

Veamos cómo presenta la exposición la inscripción en el bloque regional:

No Ano Internacional das Linguas e no Ano Europeo do Diálogo Intercultural, esta exposición explica e celebra a diversidade lingüística. (...) O fio condutor da mostra é a lingua galega, a particular achega de Galicia á España e á Europa plurais, a eses espazos de convivencia e comunicación que teñen no pluralismo lingüístico e cultural un dos seus máis prezados alicerces (Xunta de Galicia, 2008a, p.7).

Según Henri Giordan (2003), ampararse en las instituciones europeas supone abrazar por lo menos dos cuestiones controversiales, sobre todo en lo que hace a la reivindicación de las lenguas minorizadas. Por un lado, el discurso de las instancias europeas les ofrece a estas lenguas la posibilidad de usufructuar los supuestos beneficios de una legitimidad internacional que rara vez tienen, pero simultáneamente, la noción de diversidad de la UE presupone un multilingüismo confinado a las lenguas de Estado. Es así como se trata, entonces para Giordan, menos de instaurar una sociedad multilingüe que de afirmar, con fuerza, que la construcción europea no amenaza la soberanía de los estados en un dominio que es altamente simbólico. La apuesta de Giordan en el artículo es la de concebir una política de lenguas para la UE que rompa con esa concepción de multilingüismo ya que, reducido a la suma de las lenguas oficiales de los Estados miembros, se está ofreciendo un reconocimiento mínimo a las minorías lingüísticas lo que supone una discriminación que golpea a importantes poblaciones de las que la lengua no es una lengua oficial del Estado. No sorprende, entonces, que esa mirada acítica con respecto al plurilingüismo a la europea y la tensión que supone tal adscripción estalle en la selección léxica que se hace en la exposición al momento de referirse a Europa y particularmente España como “espacios de convivencia”⁴.

Tiempos revueltos

A partir de su propia relectura del clásico de Claudine Haroche (1992), Onice Payer (2005) reintroduce la cuestión de las formas de ser sujeto a lo largo de la historia y reflexiona acerca de lo propio en la

contemporaneidad. Entre otras demandas que se le imprimen al sujeto, Payer enuncia la del conocimiento y dominio de múltiples lenguajes, entre los que enumera el lenguaje virtual, las nuevas tecnologías, lenguas diversas, lenguajes técnicos, formas diferenciadas de lenguaje en espacios públicos, una enorme diversidad de situaciones discursivas y del control de la memoria en esas situaciones, entre otras. Paralelamente a la aparición de tal demanda, sigue Payer, se va configurando también la demanda social de una nueva forma de sujeto, que es el que domina esos múltiples lenguajes y el que pone en escena esa suerte de *performance* como modo de exhibir la imagen del dominio de los lenguajes, lenguas y registros antes enumerados. Tal competencia es, entonces, el requisito indispensable para las relaciones entre interlocutores de un nuevo mercado global.

En la sociedad contemporánea se viene esbozando una nueva transformación en las formas de Poder (de la mano de la globalización económica que supone cierta dilución de las fronteras nacionales y un consecuente debilitamiento del poder del Estado) que trae aparejada mutaciones en la constitución de la forma del sujeto: la forma sujeto en la contemporaneidad está marcada por el poder del Mercado y es entonces una forma sujeto de Mercado.

Para Payer, las formas sujeto a lo largo de la historia están acompañadas de una serie de enunciados que funcionan como máximas en las diversas instituciones. Tales enunciados tienen con Althusser el poder de “interpelar a los individuos en sujetos”, lo que los lleva a conducirse conforme a las premisas de esas máximas. En la orden del Mercado, la máxima es la del éxito ya que se da una propagación del discurso del éxito funcionando a gran escala. El lugar prototípico y el texto fundamental construido especialmente para irradiar el enunciado en cuestión es, según la autora, el de los medios masivos de comunicación. Las especificidades formales de este lugar no material y disperso, que se propagan por lugares materiales de la ciudad y también por lugares más fugaces (virtual, imagético, sonoro) tienen sus implicancias en términos de eficacia en la interpelación del sujeto. El texto se enuncia en voces amplificadas, tiene dimensiones gigantescas, es, sobre todo un espectáculo textual. Para Payer:

... La grandeza de la dimensión física de ese lenguaje parece funcionar como metáfora de la dimensión del poder que el Mercado se atribuye y le atribuimos, bien como de la dimensión de la imagen de grandeza y éxito proyectada sobre los sujetos. La pena por el incumplimiento de las nuevas leyes sería el anonimato... (Payer, 2005, p.19).

Tal sanción trae aparejada, en su revés de trama, la promesa de la visibilidad (Payer, 2005 y Diniz, 2007).

Multimedialidad e itinerancia

Ahora bien, que el de los medios sea el texto fundamental no significa que sea el único. Su lógica y parte de las características formales pueden ser reabsorbidas y reproducidas por otros objetos simbólicos. Desde luego, lo que estamos sugiriendo es que *As nosas palabras, os nosos mundos. Unha exposición sobre a lingua galega na diversidade lingüística*, debido a que comparte muchas de esas especificidades atribuidas por la autora a los medios, también comparte algunos de sus efectos, aunque no su circulación (Orlandi, 2000 y 2001). Veamos los datos que comunica el informe de prensa en la página web:

A EXPOSICIÓN EN DATOS

500 metros cadrados de espazo expositivo

Unha exposición en 7 idiomas onde se poden escoitar 32 linguas

6 dispositivos de consulta multimedia con pantallas táctiles

Un percorrido pola historia e a actualidade da lingua, con 70 minutos de música en galego desde a Idade Media ata hoxe

40 minutos de músicas do mundo

Máis de 70 minutos de proxeccións audiovisuais para achegarse dunha forma activa e sensorial ao cine e á televisión en galego.

(Xunta de Galicia, 2008 c, p.10-11)

Los folletos agregan:

80 imágenes que retratan el gallego

16 sequecias de cine y televisión produidas a Galicia. (Xunta de Galicia, 2008d)

El efecto de evidencia que instala el número, sobre todo en tiempos de Mercado, es incontrastable. La exposición se deja cercar por las cantidades, se presenta mensurable pero, al mismo tiempo, ilimitada por la profusión en la oferta de lenguajes, en las experiencias heterogéneas, ritmos y amplitud de la franja temporal y espacial que promete al visitante. Inscripta en la doble lógica del Mercado y el plurilingüismo de la Unión Europea, ofrece un rasgo más que la enmarca en la contemporaneidad: retoma la mística de los traslados y la circulación de personas en la aldea global. Tiene

VOCACIÓN ITINERANTE

Santiago de Compostela, Vilagarcía de Arousa, Bilbao, Vigo, Bruselas, Madrid, A Coruña, Barcelona, Sevilla, Pontevedra, Lugo, Bos Aires e Ourense. (Xunta de Galicia, 2008b, p.11)

Multimedialidad e itinerancia, insertos en el discurso del plurilingüismo, son los rasgos que definen la exposición que, al mismo tiempo, funcionan como evidencia en el sentido común de lo que también sugiere el término globalización. La muestra construye para el gallego esos mismos atributos, no tanto por ser la lengua objeto, es decir, aquella que se historiza, sino sobre todo por ser el soporte material que posibilita el decir este mundo contemporáneo y que, a la vez, permite traducirlo tanto a lenguas oficiales (castellano, francés, inglés y neerlandés-flamenco) como a lenguas regionales o cooficiales en sus territorios (vasco, catalán) y mostrarlo en práctica en los múltiples lenguajes que dan cuerpo al evento. En ella, la puesta en escena de una comunicación compleja, multifacética y combinada es materializada a partir del gallego. Esta operación de traslado de atributos positivos desde la exposición hacia la lengua se puede leer tanto en la actualización concreta y real que exhibe la exposición como en la memoria que retoma. En este punto, la puesta en valor de la lengua gallega que supone la exposición la hace coincidir con los tiempos de la globalización, la deja actualizarse en el *aquí y ahora*, pero fundamentalmente las imágenes novedosas que se le imprimen, en nuevas condiciones de producción, invierten algunas de las imágenes históricamente consagradas a su alrededor, que la circunscribían a la oralidad, el mundo agrario, las relaciones privadas y de una sociedad poco compleja.

La lengua gallega en la exposición organiza el decir de otros soportes, no se circunscribe al verbal ya que es la materialidad que da cuerpo a lo gráfico, lo sonoro y lo audiovisual, es aquella que hace sentido con el mundo de las nuevas tecnologías, los lenguajes combinados y la conexión en redes y, desde luego, la que interpreta el mundo contemporáneo porque domina sus lenguajes. El gallego es en *As nosas palabras* un idioma en consonancia con el mundo contemporáneo, un soporte privilegiado, un vehículo dador de sentido a ese mundo e interpretante del mismo. La exposición se justifica en el gallego, pero para hacerlo, opera con formulaciones construidas en el lenguaje de la eficacia. En el apartado en que se tematiza la relación entre lengua y nuevas tecnologías, la lengua que se valora es definida desde la utilidad, en primer término, y solo después desde la identidad:

... Ese esforzo colectivo segue os vieiros xa camiñados polos nosos devanceiros, e con el queremos deixarles ás futuras xeracións

un idioma, o galego, nas mellores condicións para que siga sendo unha lingua útil e que nos identifique como pobo (Xunta de Galicia, 2008a, p.49).

Para poner en primer plano la utilidad (de la lengua) hace falta también operar sobre las imágenes de las nuevas tecnologías, entonces hay que invertir la pura instrumentalidad y dotarlas de facultades humanas:

... Os sistemas operativos máis utilizados (Windows XP, Windows Vista e Linux) **xa falan** en galego, o mesmo que os programas máis populares, como Microsoft Office e OpenOffice, o navegador Mozilla Firefox ou o eMule para o intercambio de ficheiros... (Xunta de Galicia, 2008 a, p. 54)⁵

Es así que el gallego llega al corazón, pero no tanto de los sujetos, sino sobre todo:

... ata importantes iniciativas, como a galeguización do **corazón** tecnolóxico de Internet actual, o software... (Xunta de Galicia, 2008a, p.54).

Para construir esa imagen, la exposición opera en dos lugares: el lugar de la lengua y el lugar de las tecnologías. Es así que la instrumentalización del gallego corre en paralelo con la humanización de la tecnología. Ni una ni otra son lo que eran luego de que se produjo la intervención de la interpretación. La memoria que retoma esta atribución es la imagen negativa, cristalizada y dominante, en buena parte de su historia, del gallego como lengua poco prestigiosa. Simultáneamente, exponer públicamente la lengua gallega, ahora de la mano de las nuevas tecnologías, busca también producir el efecto de mostrar una suerte de revancha histórica a, por lo menos, dos imágenes: la que la condenaba a vehiculizar exclusivamente el mundo antiguo, agrario y marítimo y, en ese sentido, la alejaba de la posibilidad histórica de significar el progreso, y a la prohibición de su uso público, prohibición emergente en el franquismo, pero no exclusiva del período.

Con respecto a la itinerancia, hay que decir que si bien un rasgo de la exposición, anunciado con insistencia, fue el de la movilidad, tal atributo no fue, en los hechos, su marca más fuerte. Cuando hacemos el mapa de las ciudades (11 en total) que recorrió la muestra, nos encontramos con un porcentaje altísimo de ciudades gallegas (6), una parada en el País Vasco (Bilbao), una en Madrid, una en Andalucía, una en Bruselas y una en Bs As. La itinerancia global es menos un hecho real que un

efecto de sentido. Hubo itinerancia, hubo recorrido pero también hubo anclaje, elección de quedarse más en territorio gallego que fuera de él. Sin embargo, poner en primer plano la “vocación itinerante” de la exposición no es solo una nota de color, ni para la colectividad gallega ni para la lengua que viaja.

Por un lado, ese rasgo retoma la historia de Galicia en lo que hace a su condición de país expulsor, productor de sujetos emigrantes⁶, que irradiaron hacia buena parte del mundo, lo que produjo históricamente paradojas como, por ejemplo, el hecho de que una ciudad como Buenos Aires fuera popularmente denominada, a partir de mediados del siglo XX, la “quinta provincia gallega”. Por otro lado, se está retomando en la memoria la capacidad de los grupos de la diáspora de producir iniciativas que impactaron fuerte en el interior de lo que hoy es la comunidad gallega. Dos ejemplos puntuales de esto último, en un arco temporal y temático amplio, son la fundación de la Real Academia Gallega (cuyos preparativos se inician en 1905 en Cuba y hacen que ésta se concrete en 1906 en el territorio gallego) y en los últimos años la sorpresa del voto exterior (que en las elecciones de 2005 definió el partido ganador). Pero también, la lengua que se exporta, a través de su instrumentación tecnológica y con los atributos que la recubren de modernidad, invita al consumidor de este espectáculo lingüístico a volver imaginariamente a un país que lo expulsó sin haberle ofrecido a cambio ni siquiera la representación que le hubiera permitido, en su momento, instalarse en el nuevo destino habiendo construido la identificación en la lengua, ya que, para estos emigrantes en general, desalojados de su territorio por razones económicas y políticas, el gallego no llegaba a constituir lo que discursivamente entendemos como una lengua imaginaria (Orlandi, 2009) y sí, a lo sumo, una lengua que era mudanza continua, con contornos difusos⁷.

La opción de mostrar la lengua afuera, en los términos que estamos observando, es otro modo de enunciar una de las preocupaciones medulares de la política lingüística gallega cuyo objetivo central, por lo menos desde que tal política es atributo de la propia comunidad autónoma, ha sido repercutir en la Galicia interior con acciones fuera para provocar transformaciones en las actitudes lingüísticas negativas de muchos gallegos hacia su propia lengua y de no pocos castellanohablantes hacia la lengua propia del territorio. Exhibir una lengua que fuera de su territorio es apreciada y ahora también observada, contemplada y consumida a partir de un gesto expositivo inscripto en la contemporaneidad busca redundar en las prácticas lingüísticas de quienes son (o se busca que sean) sus usuarios concretos hacia adentro del territorio.

Palabras finales

Si en un mundo globalizado y constitutivamente dependiente de las máximas del Mercado, una de las premisas es que hay que amplificar y diversificar la oferta de productos, la lengua no queda afuera de esa imposición. La oferta gallega hacia el exterior, en lo referente a la lengua, suma a su modo iniciativas que le prometen cierta visibilidad afuera pero que, sobre todo, se llevan adelante para que la repercusión se produzca adentro. Ya hemos analizado (Bouzas, 2007 y Bouzas, Lauria y Pereira, 2007) cómo a partir de los años 90, la red de lectorados y cátedras de estudios gallegos en el exterior se hace cargo de ese objetivo. Hoy ya en el siglo XXI otros objetos simbólicos, más acordes a los tiempos que corren, se suman: el Certificado de Lingua Galega (CELGA), por un lado y la exposición sobre la lengua gallega en la diversidad lingüística, por otro. En el arco que va entre aquellos comienzos y estos eventos podemos ver ciertas continuidades y ciertas rupturas. En este sentido, si el objetivo explicitado de la creación de los lectorados y cátedras en el exterior fue el de insertar la lengua gallega en ámbitos académicos de fuera de la comunidad autónoma y con ello incorporar a aquellos que por razones diversas se habían alejado de su lengua propia, hay que decir que a veces ese objetivo es de cumplimiento, por lo menos, incierto: el hecho de que funcionen en universidades hace que, en no pocas ocasiones y a causa de su propia dinámica, el ámbito académico expulse a quienes no han tenido previamente contacto con él. Así, la incorporación de nuevos sujetos que propone es, muchas veces, una expresión de deseo más que un hecho comprobado.

Entendemos que un evento como una exposición de la lengua, más cercana al voyeurismo que alientan los grandes centros comerciales, más proclive a dejarse asimilar al consumo de las ofertas y recorrible en tiempo express (el informe de prensa estima que puede hacerse en 45 minutos) alienta el contacto con una historicidad y una reivindicación que, por carriles diversos, sigue en pie. En un gesto de política lingüística fundante del proceso de monumentalización (Zoppi Fontana, 2009 y 2010) de una lengua ya institucionalizada, la exposición construye la lengua gallega como lugar de memoria y objeto material y simbólico de conmemoración-rememoración a la vez que la declina, por un lado, como prueba testigo de la pervivencia de la diversidad cultural europea (“a particular achega de Galicia á España e á Europa plurais”) y, por otro, como espacio de convivencia (y entonces no de conflicto).

Notas

1 Xunta de Galicia (2008a), “Limiari do presidente da Xunta de Galicia”. As nosas palabras, os nosos mundos. Unha exposición sobre a lingua galega na diversidade lingüística. Catálogo, p.7.

2 Las traducciones de las citas me pertenecen.

3 Xunta de Galicia (2008b) “Condiciones técnicas”, *Concurso nro. 9203*. Disponible en: <http://www.contratosdegalicia.es/resultado.jsp?N=9203> (Fecha de consulta: 22 de febrero de 2010)

4 *Cf* Guimarães (2002) y su noción de espacio de enunciación.

5 Los resaltados son nuestros.

6 No podemos dejar de vincular lo que llamamos “producción de emigrantes” al hecho de que Galicia fue una región subdesarrollada debido a la explotación económica y política del Estado español y, como tal, resultado de un proceso de dominación.

7 La noción teórica de lengua imaginaria, que procede de Eni Orlandi, merece cierto despliegue conceptual. Para la autora, el contacto que establecen los sujetos con la lengua difícilmente sea un contacto del orden de lo real (de la lengua y de la historia), y sí lo es en relación al imaginario constituido por discursos del poder administrativo y de los especialistas lingüísticos. Tales intervenciones moldean un artefacto (simulacro), una suerte de lengua-ficción cuya denominación puede variar (lengua normativizada, oficial, estándar, etc.) pero que, como tal, impregna el imaginario de los sujetos en su relación con la lengua y pasa al sentido común como evidencia del orden de lo real. En esta empresa es clave la constitución de un saber metalingüístico con la producción de instrumentos lingüísticos (Auroux, 1992, esto es gramáticas y diccionarios, fundamental aunque no exclusivamente) lo que se conoce como proceso de gramatización/instrumentación de una lengua (Zoppi Fontana, 2007). El discurso de la Lingüística, en Galicia, empieza a moldear el objeto “lengua gallega” de manera sistemática recién a partir de la caída de Franco y con especial énfasis desde la década del 80 del siglo XX. Algunas intervenciones institucionales que dan cuenta de ese proceso son: el establecimiento de estudios de Filología Gallega en las tres universidades gallegas (Santiago de Compostela, Vigo y A Coruña), la creación del Instituto de la Lengua Gallega (ILG) de la Universidad de Santiago de Compostela (USC), el nuevo impulso dado a la Real Academia Gallega (RAG), la institucionalización de estructuras administrativas oficiales de decisión de la política lingüística (cuya denominación actual es Secretaría Xeral de Política Lingüística que depende directamente de la presidencia de la Xunta).

Corpus

XUNTA DE GALICIA (2008a). *As nosas palabras, os nosos mundos. Unha exposición sobre a lingua galega na diversidade lingüística. Catálogo.*

XUNTA DE GALICIA (2008b). “Condiciones técnicas”, In: *Concurso nro. 9203*, en: <http://www.contratosdegalicia.es/resultado.jsp?N=9203> (Fecha de consulta: 22 de febrero de 2010).

XUNTA DE GALICIA (2008c). *As nosas palabras, os nosos mundos. Unha exposición sobre a lingua galega na diversidade lingüística. Informe de prensa.* Disponible en: www.asnosaspalabras.org, (Fecha de consulta: 18 de febrero de 2010).

XUNTA DE GALICIA (2008d). *As nosas palabras, os nosos mundos. Unha exposición sobre a lingua galega na diversidade lingüística*. Folletos.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Unicamp.
- BOUZAS, P. (2007). “La FFYL-UBA como espacio de promoción exterior de la problemática lingüística gallega”. In: *VII Congreso Nacional y II Internacional de la Asociación Argentina de Semiótica*, Rosario, noviembre de 2007.
- BOUZAS, P., LAURIA, D., PEREIRA, P. (2007). “La política lingüística exterior del gallego: los cursos de verano de lengua y cultura gallegas para extranjeros y para españoles de afuera de Galicia”. In: *Primer Congreso de Lenguas Minorizadas*, Buenos Aires, octubre 2007: Fundación Xeito Novo. Disponible en: http://www.xeitonovo.org.ar/ponencias/CLM07_PBouzasDLauriaPPereira.pdf
- GIORDAN, H. (2003). “La question des langues en Europe”. In: *Dialogues politiques. Revue plurielle des Sciences politiques*, nº2. Disponible en: <http://www.la-science-politique.com/sommaire.php>. (Fecha de consulta: 22 de diciembre de 2009).
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.
- HABERMAS, J. (2001). “El valle de lágrimas de la globalización”. In: *Claves de Razón Práctica 109*. Madrid: Promotora General de Revistas S.A, pp.4-10.
- HAROCHE, C. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec.
- LEWKOWICZ, I. y GRUPO DOCE (2001). *Del fragmento a la situación. Notas sobre la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Grupo Editor Altamira.
- LÓPEZ SILVA, I. (2002). “A lingua galega e as leis: notas para a reflexión”. In: *Ianua, Revista Philologica Románica*, vol. 3. Disponible en: www.romaniaminor.net/ianua/03.htm (Fecha de consulta: 9 de marzo de 2010)
- ORLANDI, E. (2000). *Análise do Discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. (2001). *Discurso e Texto. Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. (2004). *Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes
- ORLANDI E. (2009). *Língua Brasileira e outras histórias. Discurso sobre a língua e o ensino no Brasil*. Campinas: RG editora, 2009.

- PAYER, O. (2005). "Linguagem e sociedade contemporânea. Sujeito, mídia, mercado". In: *Rua 11*, Campinas: NUDECRI, pp.9-25.
- RODRIGUEZ ALVES DINIZ, L. (2007). "O Quadro europeu comum de referência para as línguas". *Sujeitos, estados nacionais e mercado*". In: *Anais do Seta 1*. Disponível em: www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/issue/view/13. (Fecha de consulta: 20 de febrero de 2010).
- SIGUAN, M. (1992). *España plurilingüe*. Madrid: Alianza.
- SUBIELA, X. (2002). "Política lingüística en Galicia". In: A.A.V.V., *A normalización lingüística a debate*. Vigo: Xerais, pp.131-171.
- XUNTA DE GALICIA (2005). *Plan Xeral de Normalización da Lingua Galega*. Galicia: Consellería de Educación e Ordenación Universitaria, Dirección Xeral de Política Lingüística.
- ZOPPI FONTANA, M. (2007). "A língua brasileira no Mercosul. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados". In: *Actas 1. X Simposio Internacional de Comunicación Social*. Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada. pp1316-1321.
- ZOPPI FONTANA, M. (2008). "Declinando a língua pelas injunções do Mercado: institucionalização do português língua estrangeira". In: *Revista Estudos Lingüísticos 37*, Araraquara: GEL, pp.89-119.
- ZOPPI FONTANA, M. (2009). "Acontecimento lingüístico. O discurso político e a comemoração da língua". In: *IV Seminário de Estudos em Análise de Discurso: Memória e história da/na Análise de Discurso*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009. CD-R
- ZOPPI FONTANA, M. (2010). "Ser brasileiro no mundo globalizado: alargando as fronteiras da língua nacional". In: RENZO, A. M. et. al (orgs.). *Linguagem e história. Múltiplos territórios teóricos*. Campinas: RG Editora, 2010, p.129-152.

Palabras-clave: lenguas minorizadas, gallego, nuevas tecnologías

Palavras-chave: línguas minoritárias, galego, novas tecnologias

Key-words: minor languages, Galician, new technologies

PUBLICIDADE E PROPAGANDA: O JOGO DE SENTIDOS NA CONFIGURAÇÃO DA ÁREA NO BRASIL

Guilherme Carrozza
UNIVÁS

RESUMO: *Este texto apresenta uma história da Publicidade no Brasil que busca compreender como essa área se configurou em sua contradição como área técnica, artística e de trabalho e ainda como campo de saber. Nesta contradição, o autor investiga a relação entre os termos “publicidade” e “propaganda” na constituição da Publicidade como domínio teórico e prático.*

ABSTRACT: *This text presents a history of Publicity in Brazil that seeks to understand how this area was built in its contradiction as a technical, artistic and work area, and also as a field of knowledge. In this contradiction, the author investigates the relationship between the terms “publicity” and “advertising” in the constitution of Publicity both as a theoretical and a practical domain.*

Quando se tem como proposta refletir sobre a formação do campo da publicidade no Brasil, logo se colocam algumas questões que, considerado, demandam certo empenho para que busquemos suas respostas.

Ao se pensar na prática, no discurso sobre a prática publicitária, surgem perguntas como: publicidade é arte, técnica ou teoria? Por que não é necessário ser formado para se produzir publicidade no Brasil? Há mesmo uma teoria da publicidade que se sustenta por um objeto próprio?

Tais questões emergem, no meu ponto de vista, da própria relação que a área da publicidade tem com a linguagem, pensada não apenas como um conjunto de formulações teóricas que lhe servem de suporte, mas também como os dizeres que se produziram sobre a área no seu processo de constituição/institucionalização no Brasil. Nesse sentido,

tomamos a publicidade e sua constituição relacionadas às práticas de linguagem pensadas tanto no seu interior, quanto para aquilo que lhe é exterior, mas que também é determinante de seu funcionamento.

A sistematização dos estudos que procuram explicar os efeitos da publicidade vem de várias linhas de pensamento, como a psicologia, a antropologia, a economia, a sociologia. No campo da linguagem, a área se conforma, no Brasil, num momento em que há uma “difusão do método do estruturalismo linguístico pelo país” (Silva, 2007), com a implantação da Linguística como disciplina nos cursos de graduação em Letras e a reestruturação dos cursos de Comunicação Social. Nesse sentido, já consideramos que é uma determinada noção de língua que se estabelece para o campo das comunicações no Brasil de forma geral e para a publicidade de forma específica, no momento da sua institucionalização.

Seguindo esta linha de pensamento, este texto tem como proposta refletir sobre uma história da publicidade no Brasil que não se resume apenas à evidência de fatos passados¹. Propõe-se pensar na publicidade seguindo um percurso que, pela História das Idéias Linguísticas, configura um campo no qual a prática não se mostra desarticulada do político, da língua, da ideologia e dos sujeitos. Nessa perspectiva, busca-se compreender como essa área se configurou pela sua própria história, produzindo sentidos sobre si mesma, na medida em que foi se constituindo pelos vieses de área técnica, artística e de trabalho e, ainda, também como campo de saber.

Parto da suposição de que a configuração da área no Brasil se deu por uma equívocidade constitutiva, através do estabelecimento de uma composição entre os sentidos de “publicidade” e “propaganda” e numa relação de tensão entre um fazer artístico e um fazer técnico-oferente².

Talvez fosse interessante, de início, procurar descrever como hoje se desenha a área da publicidade e propaganda, no que se refere às contribuições das técnicas que lhe servem de apoio, demandando dos profissionais certas habilidades de linguagem e de análise de mercado.

A publicidade – ou propaganda³ – no sentido comercial que hoje é atribuído a ela⁴, só é possível enquanto prática, segundo Vestergaard e Schroder (2004), quando o aparelho de produção de uma sociedade está suficientemente desenvolvido para satisfazer mais que as necessidades materiais de sua população.

Para que esta (a propaganda) tenha algum sentido, pelo menos um segmento da população terá que viver acima do nível de subsistência: no momento em que isso acontece, produtores de bens materialmente ‘desnecessários’⁵, devem fazer alguma coisa para que as pessoas queiram adquiri-los (idem, p.5).

Os autores acrescentam que, sendo mais que uma simples atividade de promoção de vendas, a propaganda depende ainda de determinadas condições para que se torne viável: “a existência de um mercado de massa (relativo) e de meios de comunicação para chegar até ele.” (idem).

Nesse sentido, o processo de constituição da publicidade como prática passa necessariamente por uma relação de oferta e procura, base de um sistema capitalista. Não obstante, é justamente na questão da oferta que se pode deter para se começar a compreender o funcionamento da publicidade.

Não se trata, pois, de pensar o seu funcionamento apenas em seu caráter informativo, já que ofertar, numa ótica de mercado, supõe apresentar algo para que seja adquirido. Mesmo quando se pensa, segundo Vestergaard e Schroder, na “publicidade de prestígio ou institucional” – ou até mesmo naquela que eles classificam como “não comercial” – o que se tem como efeito é sempre a apresentação de algo a ser “consumido”.

Nesse sentido, é que se pode pensar na necessidade de técnicas de persuasão, ou como muitos autores da área costumam colocar, de modos de dizer capazes de seduzir o consumidor. Isso leva à suposição, então, de que não se trata só de uma “informatividade” da propaganda, mas de algo a mais, que faz com que ela, além de informar, arrebante⁶ o sujeito direcionando-o para uma determinada ação, neste caso, o consumo (de um produto, um serviço, uma idéia).

Essa abertura para o “algo a mais” é que dá suporte, dentro da nossa suposição, para a entrada de certas linguagens – artísticas, inclusive – capazes de fazer com que a publicidade, ainda fazendo parecer informar algo a alguém, contribua para a produção de uma semantização⁷ dos objetos. Não fosse assim, bastaria apenas apontar “tal produto por tal preço disponível em tal lugar” e tudo estaria resolvido.

Seguindo essa linha de raciocínio e analisando a constituição da área no Brasil, tentaremos entender, como já exposto, o processo de composição entre técnica, arte, teoria e prática que configura os modos atuais da publicidade.

O início da prática publicitária no Brasil

O desenvolvimento da área da publicidade no Brasil como prática profissional se deu principalmente a partir da década de 20 do século XX, muito embora os anúncios em forma de classificados tivessem surgido com os primeiros jornais, com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808.

Como qualquer área de atuação, a publicidade caminhou junto com o desenvolvimento das tecnologias que lhe serviam de instrumental e suporte, como foi o caso do jornal, da revista e da fotografia no século

XIX, do rádio na década de 30, da televisão na década de 50 e da internet na década de 90.

No início do século XX, com o aprimoramento das técnicas de impressão, as revistas começaram a trazer anúncios mais elaborados, com ilustrações desenvolvidas por artistas da época e textos produzidos por escritores famosos.

Na sua forma de apresentação, antes desse momento, os anúncios produziam um efeito, na maioria dos casos, muito mais informativo sobre a existência ou disponibilidade de um produto no mercado. O surgimento de uma nova forma parece marcar também a evidência de que não basta divulgar a existência de um produto a ser vendido, mas também de que é preciso “seduzir” o consumidor.

O momento no Brasil – entre 1900 a 1920 – era de modernização⁸. A industrialização demandava a qualificação de mão-de-obra, o modelo americano de trabalho⁹ chegava ao Brasil e, segundo Graf (2003), com forte contribuição da psicologia. Isso porque, citando Antunes (1999), a autora afirma que a psicologia assumiu “a função de sustentáculo científico dos novos métodos administrativos.” (idem, p.98). Abre-se, dessa forma, um campo bastante fértil para que a psicologia se firme como efeito de ciência, ao mesmo tempo em que possibilita um instrumental para o entendimento do indivíduo, o que veio fortalecer determinadas práticas sociais. Nesse sentido, a propaganda é também afetada nesse movimento, procurando sua base teórica em muito calcada na psicologia.

Orlandi (2008), por exemplo, falando sobre como Pêcheux analisa a propaganda¹⁰, apresenta-a como um “negócio de psicologia”, já que “levar em conta o que as pessoas têm na cabeça, saber como se endereçar a elas, saber tocá-las, saber comunicar, se ajustar às pessoas para ajustá-las, para melhor mirar o alvo de suas cabeças” (idem, p.10) são formas de se pensar o fazer da propaganda tendo como base científica a psicologia.

De fato, a psicologia, como ciência do comportamento e das emoções humanas, parece ter cravado sua marca no campo publicitário, principalmente naquele momento. Funcionando como técnica, era necessário que se buscasse uma base teórica como subsídio das ações planejadas pelos publicitários, produzindo um efeito de certeza nas propostas apresentadas. Assim, muito do que se propôs a partir disso sobre as pesquisas de mercado e de opinião, o conhecimento do público-alvo, a utilização de cores em produtos e embalagens, as formas de aproximação junto ao consumidor, teve suas bases numa teoria do comportamento humano, o que continua até hoje nas escolas de comunicação.

Em 1923 é criada, em São Paulo, a primeira agência de publicidade do Brasil – A Eclética (Graf, 2003, p.42) e a vinda das indústrias norte-americanas estimulou a instalação de filiais de várias agências também norte-americanas a partir dessa década. Tais agências trouxeram consigo o “modelo americano” de publicidade no que se refere à prática, propondo planejamentos de campanha baseados em pesquisas de comportamento do consumidor, além de ampliarem a utilização de meios para outros tipos de suportes ainda não utilizados no país. Esse modelo americano, calcado na produtividade, cria uma demanda de mão-de-obra especializada. De acordo com Dias (2004), as agências se viram obrigadas a contratar pessoal formado em outras áreas e treiná-los para o exercício da profissão, uma vez que o ensino superior de comunicação no Brasil era exclusivamente para a formação de jornalistas. Essa foi, de certo modo, a entrada, ainda que tímida, de uma forma de ensino de publicidade no Brasil.

... as agências instituíram o sistema de ‘trainees’, compreendido como um curso prático completo, através de estágios em todos os setores das agências. Mas para que fossem formados realmente profissionais capacitados, as agências despendiam muito tempo e dinheiro neste processo (Dias, 2004, p.4).

Em 1950, o Museu de Arte de São Paulo criou o I Salão Nacional de Propaganda, motivado pela notoriedade que essa área veio obtendo, o que teve grande aceitação do público e levou, ainda segundo Souza Dias (2003), Pietro Maria Bardi a “incluir uma cadeira de arte publicitária no currículo do Instituto de Arte Contemporânea, iniciando assim, o ensino de propaganda, embora, não se enquadrando como curso de graduação.” (idem, p.4)¹¹.

Foi a partir da década de 60 que as escolas começaram a implantar seus cursos de graduação em publicidade e propaganda, apresentados sempre como uma das habilitações da Comunicação Social, pois já existiam cursos de Jornalismo no país e alguns deles foram adaptados para também oferecerem a habilitação em publicidade . O primeiro a ser implantado foi pela Universidade de Brasília, em 1962, e nos anos que se seguiram, foram criados na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, respectivamente nos anos de 1965, 1966 e 1967. Mas foi somente em 1969 que os cursos de publicidade e propaganda foram regulamentados, através do parecer nº 631/69.

Foi também na década de 60 que a atividade publicitária adquiriu oficialmente, no Brasil, o estatuto de profissão, com a Lei nº 4680/65,

que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e os Decretos nº 57.690/66 e 4.563/02, que regulamentam a execução da Lei 4.680.

De lá para cá, alterações nos currículos foram sendo propostas pelo MEC e códigos normativos da profissão também foram surgindo, ora amparados pelo próprio Estado, ora propostos por entidades associativas da área.

Arte, técnica e teoria

Vem da Grécia antiga o termo “techné”, que tem seu equivalente na tradução romana como “ars”. Essa equivalência entre techné (técnica) e ars (arte) ressoa na história com todos os equívocos que a tentativa de distinção entre arte e técnica pode promover. Equívocos porque, embora tenham, na raiz, se originado para significar uma atividade humana submetida a regras, historicamente se distanciaram um do outro. Hoje podemos dizer que enquanto a técnica ainda se refere a certo tipo de atividade organizada, a arte, por sua vez, deslizou para um campo da subjetividade, da criação. Essa diferença se mostra, por exemplo, no texto do decreto que regulamenta a Lei 4.680/65. Diz ele:

A Profissão de Publicitário, criada pela lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e organizada na forma do presente Regulamento, compreende as atividades daqueles que, em caráter regular e permanente, exercem funções **artísticas e técnicas** através das quais estuda-se, concebe-se, executa-se e distribui-se propaganda. (grifo meu)

Essa dualidade entre arte e técnica, necessariamente exposta, reafirma, no nosso ponto de vista, que não se trata de pensar arte e técnica como sendo a mesma coisa. Por outro lado, ao mesmo tempo em que separa os “artistas” dos “técnicos”, coloca-os no mesmo patamar, ou para dizer de outra forma, atribui a ambas as categorias o direito de exercer a prática publicitária. Ou seja, produz uma indistinção entre eles. Legítima, assim, o que, pela história já vinha sendo praticado na área, pois como já dissemos anteriormente, houve um momento em que artistas plásticos e escritores se ocuparam da criação dos materiais publicitários. Isso, na nossa perspectiva, ecoa e produz seus sentidos na história. Tanto que, para se produzir publicidade atualmente, na forma da legalidade, não é obrigatório que o indivíduo seja formado em publicidade. Isso, no meu entendimento, já vem afetado pela própria forma como a publicidade veio se configurando pela sua história.

Essa aproximação da publicidade com a arte parece-me bastante evidente. Não só legitimada pelo Estado – através da definição da profis-

são de publicitário em forma de lei – mas também pela forma como o próprio curso de publicidade é alocado nas universidades brasileiras. Vejamos alguns exemplos: a Escola de Belas Artes em São Paulo oferece em sua grade de cursos o curso de Publicidade e Propaganda. A Universidade de São Paulo (USP) oferece o curso de Publicidade e Propaganda alocado na ECA – Escola de Comunicação e Artes. Na UFF – Universidade Federal Fluminense, o mesmo curso é oferecido no Instituto de Artes e Comunicação Social.

Mas há também outras universidades que a colocam em institutos voltados aos estudos das ciências humanas, da comunicação e das letras. Por exemplo: a UNIBH oferece seu curso de publicidade pelo Departamento de Ciências da Comunicação; a UFPA – Universidade Federal do Pará apresenta o curso no Instituto de Letras e Comunicação e na UFMG o curso é oferecido pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, sendo que no site dessa mesma universidade, o curso é apresentado pelo link de “ciências sociais aplicadas”.

O CNPq divide o conhecimento em oito grandes áreas que são 1. Ciências Exatas e da Terra; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências da Saúde; 5. Ciências Agrárias; 6. Ciências Sociais Aplicadas; 7. Ciências Humanas; 8. Linguística, Letras e Artes. Nessa divisão, é ainda reservada uma nona área que engloba a Bioética, as Ciências Ambientais, a Defesa e a Divulgação Científica¹².

Assim, ainda para o Estado, dessa vez, no que concerne ao ensino da área, a comunicação social de forma geral e a publicidade de forma específica, são consideradas “ciências sociais aplicadas”, assim como são o Direito, a Economia, a Administração, a Arquitetura e outras tantas ligadas aos aspectos cotidianos e, eu diria mais, urbanos.¹³

Vejamos, até o momento, como se desenha, então, uma área da publicidade dita pelas várias instâncias do Estado: a) legalmente, podem exercer a função, pessoas com capacidades artísticas e técnicas para tal; b) não se trata de pensar, porém, a publicidade como uma área artística, visto que se enquadra como “ciência social aplicada”; c) nessa classificação, aproxima-se em grande medida de outras “ciências sociais” que têm estreita relação com o mercado, como é o caso da economia e da administração.

Eu diria que essa deriva de lugares da publicidade parece sempre contribuir para a impossibilidade de um pensar teórico sobre ela o que, de certa forma, resulta num efeito imaginário de descolamento do discurso sobre a publicidade da ciência.

Publicidade x Saber científico

Para pensar na relação entre publicidade e saber científico no Brasil, tomo os currículos dos cursos de publicidade, bem como os atos nor-

mativos que os determinam, como instrumentos lingüísticos, tal como propõe Auroux (1992) a respeito das gramáticas e dicionários.

É Orlandi quem nos diz que “toda teoria é política” (2007, p.53). Nessa direção, penso historicamente na estruturação dos currículos mínimos e diretrizes para a formação do profissional, configurada em determinadas concepções de língua e não outras, em determinados sentidos para a sociedade e não outros, em determinadas noções de sujeito e não outras.

Como já foi exposto, os cursos superiores de publicidade no Brasil tiveram seu início na década de 60 do século XX, estabelecendo-se como habilitação da comunicação social.

Em 1983, foi publicado o Parecer nº 480/83, resultante de ampla discussão promovida entre professores, alunos e profissionais de comunicação sobre a situação dos cursos de comunicação social à época, propondo remodelações nas habilitações e currículos mínimos.

Em seu item “2.1”, o parecer traz um relato histórico das fases pelas quais o ensino de Comunicação Social passou no Brasil, e que divide da seguinte maneira:

- a) 1ª fase, de caráter humanístico, que vai de 1946 até a década de 60
- b) 2ª fase, de caráter funcionalista e empírico, predominantemente na década de 60
- c) 3ª fase, que trazia como marca a preocupação com os aspectos teóricos da comunicação, na década de 70.
- d) A partir da análise das 3 fases, o parecer procura descrever aquele momento como uma 4ª fase, levantando pontos que pudessem sustentar a proposta de um novo currículo para os cursos de comunicação. Em primeiro lugar, contra as posições daqueles que defendiam a extinção dos cursos de comunicação no país, considera que tais cursos representam o ambiente adequado para se “transcender as práticas usuais, pela pesquisa e criação de novos recursos expressivos.” Salienta também a precariedade das escolas quanto às condições físicas adequadas para o desenvolvimento dos cursos e, por fim, apresenta essa fase como uma “crise de identidade” já que na fase anterior, as preocupações teóricas, segundo a comissão, provocaram um distanciamento da prática, o que fez com que a comunicação ainda não tivesse encontrado seu objeto.

Com base nesse “reconhecimento¹⁴” da situação do ensino de Comunicação no país, o parecer apresenta as propostas de um novo currículo

para os cursos, estabelecendo critérios sobre habilitações e respectivas disciplinas obrigatórias e específicas. As diretrizes que nortearam a elaboração do Currículo Mínimo nesse momento basearam-se na incorporação das três áreas de conhecimento que consideraram necessárias à formação (Ciências Sociais, Ciências da Comunicação e da Linguagem e Filosofia e Arte), além de propor o ensino através da prática que promova uma reflexão teórica.

Silva (2002) nos fala sobre a institucionalização da televisão brasileira, no momento que antecede a produção desse parecer. Segundo ela, o desenvolvimento da televisão no Brasil está associado à constituição de um país moderno, imaginário que se estabelece principalmente na década de 70. Esse momento desperta um interesse dos pesquisadores pela televisão como objeto de estudo e as discussões centram-se numa tensão teórico-metodológica, que colocam ou uma perspectiva crítica do meio (herança da chamada Escola de Frankfurt, mais relacionada à sociologia) ou uma perspectiva instrumental (tal como pensada pela Escola Funcionalista Americana, mais relacionada à linguagem). Tais perspectivas contribuíram para que se firmassem, em relação à mídia, tanto uma abordagem centrada na linguagem como instrumento, quanto uma concepção de um sujeito racional, no domínio desse instrumento.

Isso pode ser facilmente percebido quando analisamos as grades curriculares dos cursos de publicidade. Enquanto um grupo de componentes se volta para a capacitação técnica – e artística - do aluno, como disciplinas voltadas às artes, à estética e às ferramentas disponíveis para atuação na área, outro grupo se alinha no sentido de dar suporte para o entendimento do fenômeno da comunicação, seja pela psicologia, seja pela sociologia, antropologia, economia, semiologia, etc. À língua, cabe sua função de instrumento. O que se percebe, nesse caso, é mesmo a impossibilidade de se pensar um objeto próprio da publicidade - o que daria a ela um estatuto de ciência - visto que vêm de empréstimo de outras áreas, os dispositivos necessários para sua análise.

Isso se reforça quando pensamos atualmente na publicidade classificada como Ciência Social Aplicada. São as Ciências Sociais e Humanas – como é o caso também da psicologia – que entram nos currículos para explicar os efeitos da publicidade na sociedade. E, nessa perspectiva, isso só pode ser pensado quando, do interior da própria publicidade, se trata a língua como código.

De fato, Silva (2006) afirma que tendo seus referenciais na Semiótica, Semiologia e uma “chamada Teoria da Comunicação”, a área da comunicação é “uma área de concentração tecnológica e resulta da associação de contribuições de diferentes Ciências” (idem, p.89). Assim,

... são certos resultados das pesquisas lingüísticas que interessam à área da Comunicação, e a chamada Teoria da Comunicação não constitui uma teoria no sentido científico do termo. É antes, a possibilidade de aplicação de um mesmo “tratamento comunicacional” para diferentes linguagens, em diferentes campos profissionais (cinema, jornalismo, publicidade, relações públicas, rádio e TV, arquitetura, designer gráfico...) que se diz com o termo ‘teoria da comunicação’ (p.89).

A autora ainda acrescenta que o que funciona de forma espontânea nesse cenário, do ponto de vista científico, é uma teoria linguística.

Nas técnicas que dão sustentação para esse conjunto diversificado, que é ‘a linguagem’, realiza-se uma homogeneização no tratamento de diferentes objetos de estudo, caracterizando um profissional que lida com o público e que deve ter domínio de técnicas, entre o verbal e o não-verbal, no sentido de uma ‘comunicação de massa’(idem).

Publicidade e/ou Propaganda?

Embora sejam usados no Brasil atualmente no mesmo sentido, os dois vocábulos já tiveram – e ainda têm em alguns países – sentidos diferentes, marcados, principalmente, pelas suas utilizações originais. Segundo Sant’anna (1998, p.75), o termo “propaganda” deriva do latim “propagare” que, por sua vez, vem de “pangere” e que significa enterar, mergulhar, plantar. Foi utilizado, segundo o autor, pela primeira vez pelo Papa Clemente VII, em 1597, quando fundou a “Congregação da Propaganda, com o fito de propagar a fé católica pelo mundo.” (idem, p.75)¹⁵. Utilizado nesse sentido, o termo se referia à propagação de determinados princípios e ideais, notadamente nesse caso, ligados à religião católica.

O termo publicidade, também originário do latim “*publicus*”, vem para designar a qualidade do que é público, daquilo que é acessível de se conhecer por um grande número de pessoas. Nessa perspectiva, teria o sentido de tornar público, divulgar. Thompson (2002) contrapõe “publicidade” com “privacidade”, ao referir-se ao público como algo que é “visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos ou muitos vejam ou ouçam.” (idem, p.112). De acordo com alguns autores¹⁶, essa característica aproximaria o termo do trabalho realizado pelo jornalista e pelo relações públicas, já que essa prática – de tornar público um fato, uma idéia – não visaria, a princí-

pio, à venda propriamente dita. É importante observar, nesse aspecto, que talvez haja, nessa concepção, um gesto de interpretação que vem de uma tradução literal do termo *publicity*¹⁷, utilizado em países de língua inglesa e que designa a prática de tornar públicos fatos e acontecimentos de interesse da população.

Vale lembrar que em países de língua inglesa há uma distinção maior quando se refere à publicidade, no sentido de publicização, ou seja, de apenas tornar público um fato – e à publicidade comercial, aquela com vistas à venda de produtos. Isso acaba por se resolver, de certa forma, com a utilização dos termos “*publicity*” para a primeira e “*advertising*” para a segunda.

No Brasil, todavia, nem essa distinção, nem a distinção entre publicidade e propaganda aparece-nos como algo resolvido. A grande maioria dos autores prefere afirmar que, embora tenham suas origens distintas, os termos são utilizados de forma indistinta em referência à prática de anunciar um produto para venda e consumo, ou uma idéia para ser difundida. Penso eu que, de qualquer forma, a história se marca, mesmo quando se diz que um termo guarda sua relação de sinonímia com o outro¹⁸. Ou seja, a memória discursiva ressoa. Basta notar, atualmente, as locuções que utilizam os dois termos. Dizemos Agência de Publicidade ou Agência de Propaganda. Até aí, não me parece uma diferença significativa. Mas não é comum dizermos “publicidade política”, ou “publicidade religiosa”. O que se diz mais comumente é “propaganda política”, “propaganda religiosa”, “propaganda nazista”. Ou seja, mesmo que haja esse esforço de unificação dos termos, “propaganda” é ainda sempre utilizado quando se quer fazer referência a algum tipo de idéia ou ideal, não cabendo nesses casos, o termo publicidade. Ao que parece, o termo propaganda guarda consigo uma relação com um sentido de ideologia pensada como conteúdo, ocultação, manipulação, enquanto que a publicidade se situa em outra rede de significação que tem sua relação com o mercado. Se há um esforço para se diferenciar uma da outra, talvez esteja numa tentativa de dar à publicidade uma neutralidade ideológica que, pela sua história, a propaganda não teria.

Considerações

Ao propor a análise da formação do campo da publicidade do Brasil, procurei demonstrar a relação constitutiva estabelecida entre uma prática e suas tentativas de institucionalização. Nesse sentido, é preciso ainda apontar para alguns equívocos¹⁹ decorrentes do próprio movimento histórico de sua configuração.

Lagazzi (2007, p.12), quando propõe refletir sobre a relação entre legitimação e institucionalização, toma a instituição como “uma orga-

nização discursiva resultante de processos e percursos de institucionalização dos sentidos”, salientando que o que importa compreender nessa relação são “os processos de identificação do sujeito, nos quais o reconhecimento produzido pela ideologia é um efeito fundante.” Nessa perspectiva, podemos pensar num processo de institucionalização da publicidade como campo profissional, pelo próprio modo como a área se configurou no Brasil. E esse modo como ela veio se estruturando enquanto prática parece ter se formado num intrincado jogo de sentidos que veio configurando um espaço híbrido, num emaranhado que, se não apaga, ao menos a coloca num limiar tênue entre arte, técnica, teoria e atividade (ou prática) profissional. É seu processo de institucionalização enquanto prática profissional que, no nosso entendimento, impossibilita se pensar numa legitimação da publicidade enquanto ciência.

Assim, não se trata de encontrar uma definição para os termos “publicidade” e “propaganda”, procurando propor para eles uma distinção ou indistinção. Trata-se de considerar, por exemplo, que pela própria história dos termos, existe uma relação com a ideologia que faz justamente com que se produza uma relação entre eles que não se resolve.

Serrani (1997, p.47) apresenta a noção de ressonância de significação para caracterizar o funcionamento parafrástico entre duas ou mais unidades lingüísticas. Segundo a autora, há paráfrase “quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância – **interdiscursiva** – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque, para que haja paráfrase, a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua.” (idem). (grifo meu)

Se pensamos em ressonância interdiscursiva, pensamos em algo que tem estreita relação com a ideologia. Os termos publicidade e propaganda, quando utilizados na relação de sinonímia, parecem ter um funcionamento parafrástico que vai na direção do mesmo, entrecortado pela ressonância discursiva do outro. Mas é justamente quando são representados como não idênticos que se percebe que o que funciona aí é uma presença ou ausência de uma ideologia, tomada enquanto manipulação, conteúdo, quando se relaciona um com o mercado e outro com a política ou religião.

Pela Análise de Discurso, não há discurso sem ideologia²⁰. Assim é que podemos dizer que o próprio fato de se pensar numa isenção ideológica – nesse sentido de conteúdo - do mercado já marca, no nosso ponto de vista, uma formação ideológica.

É nesse sentido que podemos dizer que na relação de sinonímia entre os termos, não se mostra um funcionamento parafrástico, mas antes, uma relação de polissemia que se sustenta pela ressonância histórica dos seus sentidos.

Nessa perspectiva, pode-se pensar numa interrelação entre os termos, onde há uma demanda recíproca entre eles. Mas, como não se trata de uma forma qualquer de difusão de idéias e nem tão pouco de uma forma qualquer de informar sobre o produto, desenha-se ainda a relação necessária com as técnicas de linguagem e teorias de suporte para a prática. Assim é que, no nosso entendimento, constitui-se uma imbricação necessária para que a área tenha hoje essa configuração no país. Não se trata de termos intercambiáveis, mas sim complementares.

Compreender a constituição da publicidade por esta perspectiva ajuda-nos a pensar numa história que considera a relação necessária entre a língua, o político e a ideologia.

Notas

1 Da posição que me coloco, a história não pode ser considerada apenas como algo contado, uma vez que, nesse gesto, há sempre um apagamento ideológico. A história é, antes, um “fazer sentido” (cf. Paul Henry).

2 Utilizo o termo técnico-oferente para designar o modo como, ao informar sobre a existência de um produto, a publicidade o faz já direcionado ao consumo.

3 Não estamos, neste momento, procurando estabelecer diferença entre os termos publicidade e propaganda, mesmo que alguns autores estejam focados nesta questão. Mais à frente, aprofundaremos este ponto analisando o surgimento dos termos pela história. Por hora, pensamos na relação de sinonímia entre eles.

4 Vestergaard e Schroder (2004) apresentam dois tipos básicos de propaganda: comercial e não comercial. Esta, segundo eles, pode ser exemplificada por comunicações entre órgãos governamentais e cidadãos. Aquela, subdividida em “publicidade de prestígio ou institucional” e “propaganda industrial ou de varejo” seria aquela com vistas à criação de uma atitude favorável do consumidor perante uma marca e ao consumo de bens e serviços.

5 Não se trata, no nosso entendimento, de pensar na necessidade ou não de um produto específico ou de uma classe de produtos, por parte da população. Há linhas de pensamento na área da publicidade e do marketing, por exemplo, que, numa posição psicologista, atribuem a motivação do consumo à satisfação de necessidades inerentes ao indivíduo (cf. Adraham Maslow). O que nos interessa aqui é apontar para uma prática que se sustenta pelo movimento de produção de bens de consumo.

6 Já tive a oportunidade de refletir, em minha tese de Doutorado (CARROZZA, 2010, p.79), como o funcionamento dos slogans, remetidos à historicidade dos gritos de guerra dos clãs escoceses, funcionam nesse movimento de “arrebanhamento” do sujeito para uma determinada ação. Alia-se a isso o que Horta Nunes (Revista Escritos n.2, Labeurb) já salientou sobre o fato dos slogans constituírem lugares de interpelação de indivíduos em sujeitos, pelo imperativo e afirmativo, produzindo um nós coletivo “que se associa ao ato de demanda”.

7 Nas palavras de Barthes (1977), citado por Vestergaard e Schroder (2004, p.8).

8 Com a implantação da República Velha, a partir de 1889, instaurou-se uma política de abertura do mercado brasileiro aos produtos manufaturados americanos, o que possi-

bilitou o início da instalação de empresas estrangeiras no país. Esse movimento exigia uma certa “preparação” do terreno para a industrialização. Nesse sentido, modernização passou a ser uma palavra de ordem. (Graf, 2003, p.38)

9 Refiro-me aqui ao Taylorismo e ao Fordismo que consistiam numa intensificação da divisão do trabalho em tarefas específicas e repetitivas.

10 Orlandi aqui se refere a um texto de Pêcheux, ainda inédito no Brasil, no qual o autor analisa as “operações midiáticas de massa desenvolvidas pela grande burguesia multinacional contra tudo o que resiste a sua política”.

11 Vale observar que, pelo que apontei acima, a autora considera esse o momento do início do ensino da propaganda no país. Penso que talvez aqui ela se refira a um modo “formal” de ensino, já que foi inserido numa instituição destinada a esse fim. Porém, o fato de as agências terem dado o início nesse processo, mesmo que informalmente por uma questão de demanda de mão-de-obra, também significa historicamente.

12 De acordo com o site www.cnpq.br

13 Ao que parece, o grupo que constitui, segundo o CNPq, as chamadas “Ciências Sociais Aplicadas” é formado por áreas que apresentam estreita relação com a vida em sociedade, e principalmente, naquela que se institui em centros urbanos. Interessante perceber que se distinguem nessa classificação, das Ciências Humanas, como são a Sociologia, a Filosofia e a Antropologia, por exemplo. No meu ponto de vista, as chamadas “Ciências Sociais Aplicadas” estão mais próximas de uma proposição mercadológica, o que justificaria, inclusive, o adjetivo “aplicadas”.

14 Destaco aqui o termo reconhecimento, pois considero, a partir da posição de analista em que me coloco, que isso representa já um gesto de interpretação de uma comissão que fala de um lugar determinado, de uma posição.

15 Neste ponto, há divergências entre autores. Figueiredo (2007) baseando-se em Martins (1999), atribui a autoria do termo ao Papa Urbano VIII, em 1633. Divergências à parte, o que nos interessa fixar é que o vocábulo “propaganda” vem historicamente marcado pelo discurso religioso.

16 Ver Figueiredo (2007) e Rizzo in Contrera (2003), por exemplo.

17 Nessa concepção, o termo “publicity” pode ser aplicado às outras áreas da comunicação social, uma vez que não significa tornar público com a intenção de venda.

18 Orlandi (2000) já nos apontou os dois grandes processos que se apresentam como fundamento da linguagem e sobre os quais se dá a produção do discurso: o parafrástico e o polissêmico. Resumidamente, dizemos que a parafrase representa “o mesmo no diferente” e a polissemia “o diferente no mesmo”. Dentro do que estamos tentando demonstrar, poderíamos dizer que “publicidade” e “propaganda” são representadas enquanto sinônimos uma da outra, da forma como são utilizados os termos no Brasil. Não propomos ainda a relação parafrástica entre elas, pois isso será retomado nas considerações deste artigo, mais à frente.

19 No sentido proposto por Pecheux (1990) como “a falha da língua inscrita na história”.

20 Pensamos aqui na ideologia como a própria possibilidade de sentido ou, nas palavras de Orlandi (2004, p.48) como “efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique.”

Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- CARROZZA, G. (2010). *Publicidade: o consumo e sua língua*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 176 p.
- CONTRERA, M. S. e HATTORI, O. T. (orgs.). (2003). *Publicidade e Cia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- DIAS, S. C. S. (2004). “A criação da habilitação Publicidade e Propaganda no Brasil”. In: *Anais do 1 Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, C. (2007). *A última impressão é a que fica*. São Paulo: Thomson Learning.
- GRAF, M. G. (2001). *Propaganda de lá pra cá*. São Paulo, SP: Nativa, 2001.
- HENRY, P. (1997). “A história não existe?” In: ORLANDI, E. (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp,
- HORTA NUNES, J. *Janelas da Cidade: outdoors e efeitos de sentido*. In, Escritos nº 2. Campinas, Nudecri/Labeurb.
- INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) (1999). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto.
- LAGAZZI, S. (2007) “O político na lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização”. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, p.11-18
- ORLANDI, E. (2001). *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (2004). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ed. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (2002). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2007). “Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade”. In: ORLANDI, E. *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (2008). “Propaganda Política e Língua de Estado: Brasil, um país de todos”. In: *Anais do 2º Encontro de Estudos da Linguagem: Linguagem memória e sociedade contemporânea*. Pouso Alegre, MG, Universidade do Vale do Sapucaí.
- PÊCHEUX, M. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes.
- _____. (1988). *Semântica e Discurso*. Campinas, SP: Ed. Unicamp.

- _____.; GADET, F. (2004). *A Língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes.
- SANT'ANNA, A. (1998). *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 7ed. São Paulo: Pioneira.
- SERRANI, S. (1997). *A linguagem da Pesquisa Sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp
- SILVA, T. D. (2002). *A televisão brasileira: a comunicação institucionalizada*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP.
- SILVA, T. D. (2007). "Língua e linguagens: reflexões sobre a política cultural e a televisão no Brasil". In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, nº18, Campinas: Pontes Editores.
- THOMPSON, J. B. (2002). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Vozes, 2002
- VESTERGAARD, T. e SCHRODER, K. (2004). *A linguagem da propaganda*. 4ed. São Paulo: Martins Fontes.

Palavras-chave: Publicidade, Propaganda, discurso

Key-words: Publicity, Advertising, discourse

MEIO LEGAL DE COMUNICAÇÃO VERSUS LÍNGUA OFICIAL: UM DEBATE SOBRE LEIS¹

Angela Baalbaki e Isabel Cristina Rodrigues
UERJ

1. Um olhar sobre os sentidos das normas jurídicas

Quase uma década se passou desde que a chamada lei de LIBRAS² foi promulgada. Contudo, o debate sobre a legalização dessa língua em nosso país prossegue. Sem dúvida, tal debate se atualiza em diferentes temáticas: a educação inclusiva, os movimentos sociais pelos direitos das minorias, a democratização linguística, entre outros. A insistência no debate nos indica que a produção dos sentidos não se esgota, os efeitos de sentidos podem ser sempre outros. Antes de tecer os fios da memória discursiva de exclusão e preconceito em que se insere o debate, é preciso lembrar que “diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico, somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar (...). Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá” (ORLANDI, 2000, p.10). Em outros termos, somos compelidos a interpretar, mas há modos historicamente determinados de se interpretar. O que pretendemos apresentar ao leitor é uma possibilidade, dentre várias, de interpretação de dois textos legais.

O processo de reconhecimento das línguas se sinais no âmbito linguístico teve seu início tardiamente, em 1960, com a publicação de *Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication System of the American Deaf*, pelo linguista norte-americano William C. Stokoe (RODRIGUES, 2002, p. 5). Desde então, várias pesquisas têm afirmado e reafirmado a legitimidade de tais línguas. O mesmo não ocorreu no âmbito das políticas públicas, pelo menos no Brasil. Nos últimos 15 anos do século XX, uma das prioridades estabelecidas pelos movimentos sociais alavancados pelos surdos brasileiros foi o reconhecimento da LIBRAS. Segundo Quadros (2006, p.142), variadas ações oriundas

de tais movimentos geraram “uma série de iniciativas para disseminar e transformar em lei a língua de sinais brasileira”.

Apenas no início deste século, foi-lhe conferido o estatuto de legalidade. Em abril de 2002, ao ser promulgada a lei 10.436, reconhece-se a LIBRAS como “meio legal de comunicação e expressão” das comunidades surdas do país. Tal reconhecimento, sem dúvida, representou uma conquista, um marco político.

Além da lei 10.436, este estudo também analisa o decreto 5.626, de 2005, que a regulamentou – ambos instrumentos de política linguística. A partir da denominação “política linguística”, vários sentidos podem ser depreendidos. Pereira (2009), por exemplo, enfatiza que, no campo de políticas linguísticas, é possível se debruçar sobre questões como o predomínio de determinadas línguas em contextos de interação econômica, o papel das línguas minoritárias, a promoção do ensino de línguas estrangeiras como propulsor de inclusão e até mesmo de exclusão social⁴ – e, poderíamos incluir, a promoção das línguas nacionais e oficiais. Em nosso caso, abordamos a legalização de uma língua falada por um grupo minoritário, a LIBRAS, tendo como fundamentação o quadro teórico da Análise do Discurso. Dentre os conceitos prioritariamente mobilizados, destacaremos os de *língua fluida* e *língua imaginária*, tal como definidos por Orlandi e Souza (1998), além das formulações de Orlandi (2007) sobre as políticas linguísticas no Brasil.

Nesse campo teórico-analítico, relacionam-se sujeito, história e linguagem, sendo o propósito central deste artigo focar o olhar sobre os sentidos de língua que são imputados na materialidade textual dos dois instrumentos legais. Cabe ressaltar que compreendemos *língua* como um “objeto simbólico afetado pelo político e pelo social intrinsecamente” (ORLANDI, 2009, p.119). E, em consequência de sua historicidade, uma língua – qualquer que seja ela – se constitui como um sistema *relativamente autônomo*³ (Pêcheux, 1988). Assim, é possível antecipar que qualquer política linguística estará atrelada a uma determinada forma de dividir a sociedade, de atribuir formas de falar para grupos sociais distintos.

2. Os instrumentos legais e questões de política linguística

É possível afirmar que a legislação específica em matéria linguística é muito recente no cenário mundial. No passado, aponta Hamel (2003), os “direitos linguísticos” foram poucas vezes objeto de legislações, visto que as línguas eram consideradas como pertencentes ao espaço dos costumes e tradições, ou seja, pertenciam ao âmbito da “não lei”, como se as línguas estivessem fora do jurídico ou, ainda, fora do político. A legislação dos direitos linguísticos consagrou o que Orlandi (1998, p.12)

considera uma “igualdade juridicamente autorizada”, a qual possibilita a negociação sempre “controlada” da diversidade linguística nos Estados. E veremos, mais adiante, como esse controle se dá, no âmbito da comunidade surda, em relação à designação “meio legal de comunicação e expressão” e à exclusiva oficialidade da língua portuguesa e de sua modalidade escrita.

Do ponto de vista discursivo, o político diz respeito ao modo de tomar a palavra – um modo que está sempre atrelado a uma forma de poder. Em sentido amplo, a prática política está inscrita na linguagem, ou melhor, não há como desvincular linguagem e prática política, visto que na primeira inscrevem-se relações históricas e sociais de poder. Em outros termos, as relações de poder regem o funcionamento das línguas.

A LIBRAS, portanto, uma prática simbólica como qualquer outra língua, funciona pelo político. E como esse funcionamento se daria? A LIBRAS foi, e talvez ainda seja, historicamente tomada como “linguagem”, “gestos”, “mímica”. Trata-se de uma língua marcada pelo apagamento de sua historicidade na sua relação com os sujeitos surdos, uma língua que parece assumir um *status* de “língua-meio” nos instrumentos legais analisados, ocupa um lugar bastante vinculado ao de uma língua veicular, ou seja, que “serviria” tão somente para estabelecer a “comunicação” entre falantes de uma dada comunidade linguística.

As políticas linguísticas, como se pode notar, não estão desatadas de uma forma de dividir a sociedade, de uma forma de atribuir maneiras de falar para grupos sociais distintos, por exemplo, uma maneira de falar *da e sobre* a língua de sinais *para* a comunidade surda brasileira. As políticas linguísticas podem ainda recobrir, segundo Orlandi e Souza (1988), processos institucionais menos evidentes, por exemplo, o ensino de línguas na escola, ou a tematização explícita de uma proposta organizacional da(s) língua(s), como no caso dos já citados instrumentos legais.

Ao considerar variados processos institucionais, Orlandi (1998) distingue três posições, que configuram as políticas linguísticas. De fato, são princípios que regem posições com valores distintos:

- princípio da unidade como valor – em geral, relacionado às razões de Estado;
- princípio da dominação como valor – atrelado às relações entre os povos;
- princípio da diversidade como valor – relativo às relações entre os falantes.

A partir desses três princípios, é possível pensar as relações estabelecidas entre as línguas faladas no Brasil. Em relação ao primeiro princí-

pio, há uma pretensa unidade da nação em torno da língua oficial, a língua portuguesa. Tal princípio, ao legitimar as razões do Estado, silencia outras línguas faladas no território; ou, como aponta Oliveira (2009, p. 1), “produz-se o ‘conhecimento’ de que no Brasil se fala o português, e o ‘desconhecimento’ de que muitas outras línguas foram e são igualmente faladas”. Já em relação ao segundo princípio, a construção histórica da língua portuguesa como língua de dominação coloca povos em relação de desigualdade. O último princípio, o da diversidade como valor, pode apontar para vários efeitos de sentido do termo “diversidade”. Seria a política linguística marcada pela homogeneização e pelo “glotocídio”? Ou pelo reconhecimento da diversidade de línguas faladas no extenso território nacional? Ou, ainda, pela diversidade das variantes da língua portuguesa? Pode-se dizer, parafraseando Pêcheux (2002), que tudo se passa como se, ao se falar em diversidade linguística, se estivesse falando, sobretudo, da diversidade interna à própria língua portuguesa, com destaque à variante socialmente prestigiada.

Outra acepção sobre políticas linguísticas é tematizada por Guimarães (2007). De acordo com o autor, os espaços de enunciação em que as línguas funcionam são divididos pela organização política dos Estados nacionais. No entanto, acrescenta, as línguas se dividem pela própria relação com seus falantes, ou melhor, pela forma como os falantes experimentam as línguas. Diferentes representações imaginárias de línguas em relação ao seu modo de funcionamento podem ser estabelecidas: 1) *língua materna* é aquela praticada pelo grupo no qual o falante nasce; 2) *língua alheia* é qualquer língua que não se dá como materna; 3) *língua franca* é aquela praticada por grupos de falantes de línguas maternas distintas; 4) *língua nacional* é aquela que mantém relação de pertencimento de um grupo; 5) *língua oficial* é a de um Estado nos seus atos legais; 6) *língua estrangeira* é a língua falada pelo povo de um Estado diferente daquela dos falantes de referência. E poderíamos incluir duas outras representações imaginárias para o debate específico das comunidades surdas: a L1 (primeira língua) adquirida por um falante, que não é necessariamente a língua materna, e a L2 (segunda língua), cumprindo o papel prioritário de uma língua de aprendizagem diferente da L1 do falante.

Para Guimarães, são dois os modos de funcionamento das línguas em um espaço de enunciação: o que representa as *relações imaginárias cotidianas entre falantes* e o que representa as *relações imaginárias institucionais*. Para o primeiro modo de funcionamento, distinguem-se a língua materna, a língua alheia, a língua franca e, acrescentaríamos, a L1. Para o segundo, a língua nacional, a língua oficial, a língua estrangeira e, acrescentaríamos, a L2. Ao delimitar o espaço de enunciação em

um Estado, é possível verificar que o segundo modo de funcionamento sobrepõe-se ao primeiro. O autor destaca que observar essa sobreposição no espaço linguístico brasileiro é muito relevante, pois dessa forma pode-se compreender como se deu a “construção da representação que sobrepõe a língua oficial à língua nacional e que sobrepõe estas à língua materna, reduzindo a língua materna à língua nacional” (GUIMARÃES, 2007, p.65).

Com base nessas considerações, pode-se perguntar: como a lei 10.436 e o decreto 5.626 produzem representações imaginárias institucionais da LIBRAS? Como os instrumentos legais projetam imagens do que é considerado língua materna, língua oficial e, nos termos da lei 10.436, “meio legal de comunicação e expressão”? De forma a tentar responder a esse questionamento, mobilizamos agora as noções de *língua imaginária* e *língua fluida*.

As línguas imaginárias são “objetos-ficção”, artefatos construídos por estudiosos da linguagem. Segundo Orlandi e Souza (1988, p.28): “São as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias”. Já a língua fluida, unidade viva da língua enquanto historicidade, pode ser observada quando se focalizam os processos discursivos, ou seja, quando se observa a constituição dos sentidos. Diferentemente da imaginária, a língua fluida não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas, visto que é “a língua movimento, volume incalculável, mudança contínua. Metáfora” (idem). Ainda segundo Orlandi (2009, p.18):

Em nosso imaginário (a língua imaginária) temos a impressão de uma língua estável, com unidade, regrada, sobre a qual através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, temos controle. Mas na realidade (língua fluida) não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos, ela é profundidade e movimento contínuo. Des-limite.

Assim como a língua portuguesa, a LIBRAS, considerada um “meio legal de comunicação e expressão”, é tida nos instrumentos legais em análise como uma língua imaginária: mantém uma unidade, pode ser ensinada e aprendida, pode ser então codificada em instrumentos de gramaticalização⁵ (dicionários, gramáticas). A LIBRAS é tomada imaginariamente como língua de todas as comunidades surdas brasileiras, como se não fossem a ela atribuídas variações. Ou

como se não existissem outras línguas de sinais brasileiras como, por exemplo, a língua de sinais urubu-kaapor, falada por índios da tribo Kaapor, no Maranhão.

No entanto, a LIBRAS, como as demais línguas espaço-visuais ou oral-auditivas, não pode ser contida em tecnologias de gramaticalização – mesmo que estas sejam necessárias –, pois é uma língua viva, é fluida.

3. A produção discursiva sobre a LIBRAS em textos de lei

A peculiaridade do tratamento dispensado ao *corpus* em AD, submete-nos a um constante batimento entre teoria e análise. Esse batimento mobiliza a especificidade de cada *corpus*. Nos textos da lei 10.436 e do decreto 5.626, encontramos regularidades no funcionamento de alguns itens lexicais. Propomos uma leitura de algumas sequências discursivas (doravante SD) de artigos e parágrafos desses instrumentos legais, observando a ocorrência dos seguintes itens: “língua portuguesa”, “sistema linguístico”, “comunicação”, “expressão”. A escolha desses itens se deve ao fato de eles se apresentarem sempre diretamente relacionados à LIBRAS, ou tentando defini-la ou, no caso do português, colocando-se como seu “complemento”. Estão organizados dois blocos de SD: o primeiro aponta para um entendimento da LIBRAS como sistema de comunicação entre pares; o segundo focaliza o lugar da modalidade escrita da língua portuguesa para a comunidade surda.

Bloco 1: a LIBRAS como sistema de comunicação entre pares

SD1: É reconhecida como *meio legal de comunicação e expressão* a Língua Brasileira de Sinais - Libras e *outros recursos de expressão* a ela associados. (lei - art. 1º)

SD2: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a *forma de comunicação e expressão*, em que o *sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria*, constitui um *sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos*, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (lei – art. 1º, parágrafo único)

SD3: Deve ser garantido (*sic*), por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como *meio de comunicação objetiva* e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (lei - art. 2º)

No primeiro bloco, identifica-se uma descrição da LIBRAS, a partir de uma definição de língua operada pela linguística estrutural. Considera-se a LIBRAS um sistema linguístico com especificidades (natureza visual-motora, estrutura gramatical e outros recursos de expressão) e que tem um determinado fim: servir como meio de comunicação e expressão – e de comunicação objetiva. Há um ponto bastante relevante: a língua é reconhecida como *meio legal* apenas em se tratando de comunicação e expressão utilizada pelas comunidades surdas no Brasil. Com a designação “meio legal”, silencia-se a oficialização da LIBRAS, língua de uma minoria. E ao silenciar a oficialização, o termo “meio” parece remeter a sentidos como “recurso”, “dispositivo”, “estratégia”, “instrumento” que permite a comunicação, mas nega-lhe a amplitude conceitual do que se designa como “língua”, facultando sua redução a um código e, por conseguinte, promovendo o apagamento de sua historicidade.

Vale destacar que se trata de uma historicidade marcada pela interdição. De acordo com Rodrigues (2002), e a título de exemplificação, a partir do final do século XIX, a visão médico-clínica, que buscava a “normalização” do surdo pela oralização, imperou no campo da surdez. As línguas de sinais passaram a ser desestimuladas, até seu uso entre os surdos ser efetivamente proibido nas escolas. Somente a partir da segunda metade do século XX, iniciou-se o desenvolvimento de uma pedagogia voltada para a língua de sinais, com o incentivo dos estudos de William C. Stokoe. Como consequência, a educação de caráter bilíngue tornou-se um objetivo a ser alcançado em alguns espaços escolares, sendo defendida por boa parte dos pesquisadores da área da surdez. No Brasil, na década de 1980, são feitas as primeiras pesquisas sobre a LIBRAS.

Em que pese o avanço que tais normas representam, parece-nos que os efeitos de sentido depreendidos da letra da lei acabam por se filiar, em alguns aspectos, a essa historicidade de interdição, luta e, principalmente, muita resistência.

Bloco 2: a modalidade escrita da língua portuguesa para a comunidade surda

SD4: A Língua Brasileira de Sinais - Libras *não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.* (lei – art. 4, parágrafo único)

SD5: O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação: (...) II - de licenciatura em Letras: Libras ou em

Letras: Libras/*Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos*; (decreto – art. 11)

SD6: O ensino da *modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas*, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores (decreto – art. 13)

No imaginário da cultura ocidental cristã – e, acrescentaríamos, *ouvinte* –, haveria um par complementar que reduz a distinção entre oralidade e escrita. Em outros termos, são funcionamentos postos lado a lado como se complementassem um ao outro. E por que afirmamos que se reduz a distinção? Reduz pois não se leva em consideração que cada modalidade funciona de forma distinta e produz diferentes gestos de interpretação. No caso de nossa sociedade, a escrita sobrepõe-se, nas relações sociais, à oralidade. Como lembra Orlandi (2002, p.233):

a escrita, numa sociedade de escrita, não é só um instrumento: é estruturante. Isso significa que ela é lugar de constituição de relações sociais, isto é, de relações que dão configuração específica à formação social e seus membros.

A escrita – considerada uma tecnologia nos termos de Aurox (1992) – tornou-se historicamente um “índice civilizatório”, uma “marca de cultura”. No entanto, a história da relação da comunidade surda com a escrita é outra. O sujeito surdo – ao menos o surdo urbano – vive em uma “sociedade da escrita”, embora sua relação com essa tecnologia não seja uma evidência⁶ para esse sujeito.

E qual seria essa relação específica entre a escrita e o sujeito surdo? Na SD 4, observa-se um deslocamento do par oralidade/escrita para o par língua de sinais/escrita da língua portuguesa. Essa pretensa complementaridade indica não só que algo falta, mas, sobretudo, que essa falta só pode ser preenchida pela modalidade escrita da língua oficial. Já existem pesquisas acerca das possibilidades de desenvolvimento de uma modalidade escrita da LIBRAS – estudos relacionados ao *sign writing*, silenciados na letra da lei. Mantém-se a prevalência da modalidade escrita da língua portuguesa. A LIBRAS pode ser reconhecida como meio/código de comunicação da comunidade surda, mas a modalidade escrita reconhecida permanece a da língua portuguesa.

Legalmente, como a língua do sujeito surdo não é a oficial, a única língua que lhe pode conferir cidadania é a língua portuguesa⁷. Por esse viés, ele deve pelo menos ser capaz de ler e escrever em português para

transformar-se, usando os termos de Pêcheux (1988), em um *bom sujeito*, no caso, em um *surdo cidadão brasileiro*.

Gostaríamos de chamar atenção para um funcionamento da língua no uso das negações, como na SD4 – “A Língua Brasileira de Sinais - Libras *não* poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Para Indursky (1990), retomando os estudos de Ducrot (1987), por meio da negação, cria-se um confronto entre duas redes antagônicas de produção de sentido. O enunciado negativo refuta outro afirmativo ao qual se opõe ideologicamente (ver também Rodrigues, 2002). Na SD em análise, parece-nos que se aponta para um confronto entre duas ordens, ou melhor, dois princípios: o da diversidade de línguas como valor e o da dominação de uma língua como valor.

Ainda neste bloco, está em pauta a obrigatoriedade de o sujeito surdo aprender a modalidade escrita da língua portuguesa, *como segunda língua*. Ao se usar a designação L2, pela primeira vez, nas leis, evidencia-se o espaço da LIBRAS como primeira língua, mas uma L1 que em raríssimos casos coincide com a língua materna. Esse é o difícil contexto em que se insere a maioria dos surdos que se identificam com a língua de sinais, que é o de ver esta língua, em geral, ser alheia a toda sua família e à maioria dos falantes do país. A lei, de alguma forma, aponta para essa realidade, mas seu texto não permite, claro, a discussão dessa complexidade. De fato, a enunciação do texto jurídico se constrói nesse lugar em que se apagam os inúmeros outros textos que o antecedem ou que com ele dialogam.

Ao falar do português como L2, aponta-se então para o estatuto de L1 da LIBRAS, uma L1 que não é, como dissemos, necessariamente materna, e também não é a nacional, nem a oficial – é meio legal de comunicação. Não é possível, portanto, legalmente, substituir a modalidade escrita do português como L2. Como já expusemos antes, no país, o domínio do português silenciou a existência de outras línguas aqui faladas e, com isso, o fato de que ele é L2, não só em sua modalidade escrita, para alguns grupos de falantes. Como ensinar português como L2, a surdos, a índios? Trata-se de uma discussão, parece-nos, muito pouco promovida e socializada.

Em linhas gerais, por meio da análise do pequeno recorte da materialidade discursiva das normas jurídicas, pode-se dizer que há um reconhecimento da LIBRAS como L1 de comunidades de pessoas surdas, mas a língua oficial – a do Estado brasileiro nos seus atos legais – continua a ser a língua portuguesa, tal como expresso na lei 10.436. O que significa então a LIBRAS em face à língua nacional? Quais sentidos são a ela atribuídos? Acreditamos que a denominação “meio de comunicação e expressão” apresenta uma contradição perante o estatuto con-

ferido à denominação língua oficial. Reconhece-se legalmente LIBRAS como “meio”, mas apaga-se sua condição de língua.

Convém destacar que a língua oficial é tida como um dos elementos que definem a identidade⁸ nacional. Tal definição inscreve-se na constituição da unidade. Como se definiria a identidade surda? Por sua primeira língua ou pela língua oficial de seu país? Em prol da identidade nacional, há uma neutralização das diferenças linguísticas.

A unidade da língua portuguesa falada no Brasil assume relevância na unidade do território nacional e, conseqüentemente, do próprio Estado⁹. Verifica-se um deslizamento da pretensa unidade da língua para a unidade da nação – língua nacional. É preciso lembrar, no entanto, que, na constituição de qualquer língua nacional, há uma rede de confrontos, oposições, tensões, que são apagados/esquecidos, visto que uma língua nacional é representada pela “necessidade de unidade”.

Pratica-se, na lei, uma língua nacional, resguardada pelo Estado como língua oficial. Orlandi (2007) destaca que a língua oficial é o lugar de representação da unidade e da soberania de uma nação em relação a outras. Assim sendo, não seria possível ao Estado, pensar a questão da diversidade, pois a língua oficial é definida por ele (Estado) de forma a regular sua unidade – ao mesmo tempo imaginária e necessária. A política de Estado, seja para a legalização de outras línguas ou para a defesa da língua oficial, acaba por absorver e anular diferenças linguísticas.

Retomando as três posições que configuram as políticas linguísticas (Orlandi, 1998), apresentadas anteriormente, é possível dizer que parece haver uma tensão entre o princípio da unidade e o da diversidade, ou seja, ao se considerar a LIBRAS um “meio legal”, cria-se uma tensão entre as razões de Estado – de realização de “seu ideal de unidade jurídica, propagando a unidade linguística e realizando a homogeneidade da língua e do sujeito” (Payer, 2007, p.117) – e as relações relativas aos falantes – suas particularidades, costumes, línguas maternas e, também, as peculiaridades relacionadas à L1 e à L2 para as comunidades surdas. Essa contradição fica materializada no enunciado negativo da lei “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”.

LIBRAS é a L1 de boa parte dos surdos e *língua alheia* à grande maioria dos ouvintes; já a língua portuguesa é a *língua materna* da maioria dos brasileiros ouvintes e L2 (quando não, muitas vezes, *língua alheia*) dos brasileiros surdos. Porém, só o português é também *língua nacional* do país e *língua oficial* do Estado.

Do ponto de vista discursivo, não há uma coincidência entre língua materna, L1 e língua oficial. Cada qual mobiliza diferentes memórias, com funcionamentos distintos tanto para os sujeitos quanto para as ins-

tuições em face a determinações sócio-históricas. O funcionamento das imagens de língua oficial – delimitada por uma fronteira entre as demais línguas, de sinais, indígenas, etc. – relaciona-se com o funcionamento dos espaços enunciativos do Estado. A fronteira erigida, além de demarcar os espaços de enunciação, toma a diversidade entre os falantes (sinalizantes ou não) como um valor, nos termos de Orlandi (1998). Cumpre ressaltar que essa fronteira é configurada a partir de uma memória das línguas, especificamente, no presente artigo, da língua portuguesa e da LIBRAS.

Um pequeno resgate da história mostra que, no caso da língua portuguesa, a fronteira imaginária foi construída no Brasil por meio de instrumentos linguísticos (dicionários e gramáticas), pela escola – mecanismos de controle institucional – e por instrumentos legais, datados desde o século XVIII¹⁰. Já para a LIBRAS, as fronteiras (também imaginárias) foram construídas a partir de instrumentos linguísticos produzidos, em sua grande maioria, por linguistas ouvintes. De fato, as fronteiras entre as línguas são limites frágeis.

4. Ainda algumas considerações

As línguas de sinais, como todas as outras, produzem diferentes gestos de interpretação, nos quais se inscrevem posições-sujeito distintas – afinal, o sujeito surdo é também um sujeito de linguagem, determinado sócio-historicamente. Na letra da lei, a constituição desse sujeito parece se restringir à redução de LIBRAS a um “meio legal”.

Procuramos destacar que as políticas linguísticas se afirmam a partir das diferenças/fronteiras entre as línguas. E essas fronteiras, muito mais que assegurar, proteger e demarcar uma língua, organizam uma determinada divisão da sociedade. Em outros termos, o real da língua – isto é, a língua fluida que é da ordem das práticas de heterogeneidade linguística e da contradição ideológica – acaba por ser aplainado, homogeneizado.

Consideramos que os instrumentos legais analisados pautam-se em uma concepção de “quase-língua”: a LIBRAS parece ser apenas um meio de transmitir ideias e comunicar fatos em uma comunidade específica, a dos surdos. O sentido de língua como uma prática discursiva (língua fluida) é silenciado. Os sujeitos falantes dessa “quase-língua” (por muito tempo interdita e marcada pela falta de escrita) necessitam aprender a modalidade escrita da língua portuguesa a fim de alcançar a tão almejada “cidadania”. Apaga-se, nessa construção, a divisão política de “espaços de enunciação”.

O sentido de língua oficial que “precisa ser defendido dos ataques de outras línguas” inscreve-se em uma região de sentidos que consagra a

língua portuguesa como verdadeira e plena. E esse efeito de completude mantém o imaginário da língua portuguesa produzido no Brasil. Assim, a designação “meio de expressão e comunicação” se confronta com a denominação língua oficial, permanecendo a LIBRAS, nos instrumentos legais, em uma posição que se relaciona a uma determinada memória discursiva da posição social pouco privilegiada do sujeito surdo na história.

Parece-nos inegável o ganho social e histórico que a promulgação da lei 10.436 e sua regulamentação trouxeram para as comunidades surdas do país. Com este artigo, não ignoramos este fato, ao contrário. Nosso objetivo foi apresentar uma leitura, sob uma ótica discursiva, que pusesse foco nas tensões de sentidos que atravessam esses instrumentos legais. Considerando todas as denúncias que vêm sendo feitas acerca das dificuldades de implementação das políticas de educação inclusiva no país, em especial no que diz respeito à escolarização dos sujeitos surdos, procuramos oferecer uma contribuição que colabore com o enfrentamento desses problemas.

Notas

1 Parte das reflexões apresentadas neste trabalho encontra-se também no seguinte artigo: BAALBAKI, A. C. F. “Lei de LIBRAS: reconhecimento e negação”. *Anais do II Fórum Internacional de Análise do Discurso: Discurso, Texto e Enunciação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

2 Língua Brasileira de Sinais

3 Considerar a língua como um sistema relativamente autônomo denota pensar a língua materialmente e não apenas como um sistema formal e abstrato. Para significar, a língua, sistema falho e aberto aos equívocos, se inscreve na história.

4 Um estudo sobre a relação entre educação de surdos e política linguística pode ser consultado em Rodrigues (2002) e no seguinte artigo: RODRIGUES, I. C. “Educação de surdos e questões de política linguística”. *Anais do II Fórum Internacional de Análise do Discurso: Discurso, Texto e Enunciação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

5 Segundo Auroux (1992), os dicionários e as gramáticas são instrumentos linguísticos, ou seja, são tecnologias de gramaticalização – um processo que conduz à descrição e à instrumentação das línguas.

6 Também não é uma evidência para sujeitos ouvintes.

7 Em princípio, segundo Orlandi (2004), por sermos uma República, já nascemos cidadãos, logo não seria necessário que a cidadania fosse construída. No entanto, a cidadania tem funcionado como algo a ser adquirido, criando a ilusão de algo a sempre ser perseguido e nunca alcançado: é o “vir a ser de uma cidadania inatingível” (p.145). No caso dos sujeitos surdos, esse “vir a ser de uma cidadania inatingível” dar-se-ia na busca pelo aprendizado da modalidade escrita da língua portuguesa.

8 A noção de identidade, em Análise do Discurso, é tomada como um movimento na história (Orlandi, 2002).

9 Para Oliveira (2009, p.7), “conceber uma identidade entre a ‘língua portuguesa’ e a ‘nação brasileira’ sempre foi uma forma de excluir importantes grupos étnicos e linguísticos da nacionalidade; ou de querer reduzir estes grupos, no mais das vezes à força, ao formato ‘luso-brasileiro’”.

10 Na história do Brasil, verificam-se instrumentos legais que, ao tratar de matéria linguística, declaradamente cerceavam o uso de algumas línguas, negavam-nas, tentavam silenciá-las. Veja-se o “Diretório dos Índios” (1755), lei editada por Marques de Pombal e que dispunha sobre aldeamentos indígenas, inicialmente, na região amazônica e, posteriormente, em toda costa brasileira (Mariani, 2004).

Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 79, p. 23, 25 abril 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>. Acesso: 15 dez. 2009.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 246, p. 28-30, 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso: 22 dez. 2009.
- DUCROT, O. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- GESSER, A. (2009) *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial.
- GUIMARÃES, E. (2007). “Política de línguas na linguística brasileira” In: ORLANDI, E. P. (org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, p.63-82.
- _____. Política de Línguas na América Latina. *Relatos* n. 7. Campinas: Labeurb - Unicamp. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html#politica. Acesso: 10 março 2010.
- HAMEL, R. E. (2003). “Direitos linguísticos: problemas e perspectivas” In: OLIVEIRA, G. M. de (org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL
- INDURSKY, F. (1990). “Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 19, p. 117-122, jul./dez.

- MARIANI, B. (2004). *Colonização lingüística: Brasil (séculos XVI a XVIII) e Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes Editores.
- OLIVEIRA, G. M. de. “Brasileiro fala português ou Monolingüismo e preconceito lingüístico” In: *Revista Linguagem*. n. 11, São Carlos, nov./dez., 2009. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasa-gem/edicao11/artigo12.pdf>. Acessado em: 02 fev. 2011.
- ORLANDI, E. P. (1998). “Ética e Política Linguística” In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-22, 1998.
- _____. (2000). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 2ed. Campinas: Pontes, 2000.
- _____. (2002). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. *Cidade dos Sentidos*. (2004). Campinas: Pontes, p.129-147.
- _____. *A língua Brasileira. Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a16v57n2.pdf>. Acesso: 13 maio 2010.
- _____. (2007). “Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade”. In: ORLANDI, E.P. (org.) *Política lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 53-62.
- _____. (2009). *Língua Brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG
- _____; SOUZA, T. (1988). “A língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem” In: ORLANDI, E. P. (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, p.27-40.
- PAYER, M. O. (2007). Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Política lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 113-123.
- PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____. (2002) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PEREIRA, T. (2009). Representação e aprendizagem de uma língua estrangeira: status da língua francesa em contexto urbano e de fronteira. *Synergies Brésil*, v. 7, p. 101-111, 2009. Disponível em: <http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/Bresil7/pereira.pdf>. Acesso: 13 maio 2010.
- QUADROS, R. M. de. (2006). “Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações” In: *Cadernos do CEDES*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-162, 2006.
- RODRIGUES, I. C. (2002). *Debates em educação bilíngue para surdos: vozes que habitam o dizer não*. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Ana Elisa; VILELA, Ana Maria Nápoles; COURA-SOBRINHO, Jerônimo; SILVA, Rogério Barbosa da. (Orgs.) *Linguagem, tecnologia e educação*. São Paulo: Peirópolis, 2010.

**Érica Cristina dos Santos
Liliane de Oliveira Neves
Simone Cristina Menezes Salgado
CEFET-MG**

A questão do letramento digital tem sido muito discutida nas e pelas escolas, no que diz respeito às relações entre linguagem, tecnologias digitais e ensino/aprendizagem, à inclusão digital, ao impacto da escrita em ambiente digital, à interatividade entre os sujeitos, à diversidade de gêneros, entre outros. Nesse sentido, o livro *Linguagem, tecnologia e educação* nos traz uma coletânea de textos escritos por diversos autores e tem como eixo as relações de linguagem, educação, hipertexto, tecnologias digitais e outros conteúdos que abrangem o letramento digital. A obra é estruturada em três partes que reúnem vinte e três artigos, distribuídos em trezentas e onze páginas. Na primeira parte, aborda-se o letramento digital; na segunda, são discutidas questões sobre texto, gênero textual e tecnologia e, na terceira, investe-se no ensino de línguas. Os organizadores são Ana Elisa Ribeiro, Ana Maria Nápoles Villela, Jerônimo Coura Sobrinho e Rogério Barbosa da Silva, todos professores vinculados ao Mestrado em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Os autores da primeira parte discutem, com muita clareza, aspectos relacionados à alfabetização, letramento digital, hipertextualidade, ciberespaço, preconceito e identidade linguísticos. O texto de abertura, *Alfabetização e letramento em contextos digitais: Pressupostos de avaliação aplicados ao software HagáQuê*, das autoras Márcia Helena Mesquita Ferreira e Isabel Cristina Alves da Silva Frade (mestranda e doutora em educação pela UFMG, respectivamente), salienta a necessidade urgente de uma revisão dos processos de ensino e aprendizagem, utilizando as tecnologias digitais como metodologia de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, surgem vários softwares educacionais que não

devem, contudo, segundo elas, ser meras reproduções de material educacional impresso.

Maria Ilse Rodrigues Gonçalves (doutora em educação pela Universidad Nacional de Educación a Distancia), em *Internet – diferencial proporcionado pelas linguagens digitais e pela telemática*, compara o trabalho com o hipertexto a materiais tradicionais de ensino, como o impresso. A utilização do hipertexto na aprendizagem, segundo a autora, impõe a revisão de uma série de conceitos como autor, texto, entre outros. A despeito das inovações incutidas no hipertexto (ligação entre informações, várias possibilidades de leitura e acesso, etc) e trazidas por ele (questionamento sobre a noção de autoria, de texto, etc), ainda há relações de semelhança entre ele e o texto impresso, como presença de índice, legendas, entre outras. Por fim, a autora ressalta a necessidade de se adaptar os contextos tradicionais às novas tecnologias, no intuito de problematizar e instigar o diálogo, a reflexão e a participação do aluno, constituindo-se uma educação que enfatiza o processo.

A *Hipertextualidade constitutiva do discurso de informação televisiva*, de Giani David Silva e Jerônimo Coura Sobrinho (ambos doutores em Estudos Linguísticos pela UFMG e professores do Mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET-MG), enfoca a hipertextualidade dos telejornais. O texto dispõe sobre as múltiplas relações que envolvem os diferentes signos verbais, gestuais e icônicos, bem como os cruzamentos com informações fornecidas pelo veículo de comunicação e outros contextos. Dessa forma e, considerando que há sempre algo implícito nas informações, os autores afirmam que a construção de sentidos do discurso informativo, a exemplo do veiculado pelos telejornais, ressalta o caráter hipertextual de sua constituição.

O texto *Novos letramentos e apropriação tecnológica: conciliando heterogeneidade, cidadania e inovação em rede*, de Marcelo El Khouri Buzato (doutor em Linguística Aplicada pela Unicamp), nos apresenta informações acerca dos novos letramentos, envolvendo linguagens inerentes à apropriação tecnológica e à inovação, exigindo do leitor conhecimento sobre a Web 2.0, utilizada como metáfora de uma Educação 2.0. O autor questiona a educação centrada em inovações ascendentes, propondo uma adequação do uso que hoje é feito dessa tecnologia.

Logo em seguida, Jaqueline Barreto Lé (doutoranda em Linguística pela UFRJ) discute os conceitos de *dado* e *novo* e, com isso, propõe o debate acerca da categorização novo/evocado/ inferível na Web. Para isso, a autora escreve sobre hipertexto, inferência e gêneros no artigo *Hipertexto e fluxo informacional: considerações sobre o dado e o novo na web*. Segundo Lé, “os gêneros digitais e, mais propriamente, as suas especificidades materiais no hipertexto constituem atualmente um importante

meio de se investigar o processamento linguístico da informação e as próprias bases da textualidade” (p.75).

Ana Elisa Novais (mestre em Linguística Aplicada pela UFMG e professora da UFOP) fala das *Experiências genuinamente digitais e a herança do impresso: o que ajuda na interação com as interfaces gráficas*, e nos apresenta contribuições para o estudo da interação entre homem e computador, considerando a interface como um texto. De acordo com a abordagem exposta, conhecimentos prévios do “mundo analógico” nem sempre garantem uma relação satisfatória com a interface, mas outros conhecimentos prévios são acionados para auxiliar na interação com a interface.

Em *Movimentos sociais no ciberespaço: o cruzamento de duas origens discursivas*, Solange Mittmann (doutora em Letras pela UFRGS) nos apresenta explicações sobre o embate entre o discurso das TICs e o dos movimentos sociais. Para a autora, “a relação entre o que é próprio dos movimentos sociais e o que é próprio das tecnologias de informação e comunicação provoca um movimento de saberes”. (p.101)

Temos, então, *A explicação no letramento digital: reflexão preliminar sobre o ambiente de ensino-aprendizagem via web*, de João Gomes da Silva Neto (doutor em Educação pela UFRN) e Marineide Furtado Campos (mestre pela UFRN). O texto é caracterizado por uma pesquisa empírica e concentra seu interesse nos ambientes de ensino e aprendizagem via web, com foco no papel das interações verbais na construção de sentidos, em eventos orientados pela discussão e explicação de conceitos.

Logo adiante, Daniela Perri Bandeira (doutora em Educação pela UFMG) nos mostra as *Trajetórias de estudantes universitários de meios populares em busca de letramento digital*, e questiona se a exclusão digital está mesmo com os dias contados, afirmando que a universidade espera alunos letrados digitalmente. Entretanto, de acordo com a autora, nem sempre os alunos correspondem a essa expectativa. A pesquisa feita por Bandeira partiu da necessidade atual de as pessoas estarem sintonizadas com as novas tecnologias para conseguirem desempenhar o mínimo de atividades acadêmicas, sem que haja a dependência de auxílio dos colegas, funcionários e professores.

A temática do texto de Regina Cláudia Pinheiro e Ana Cristina Lobo-Sousa (mestres em Linguística pela UFC) é uma pergunta interessante e que merece reflexões: *Letramento digital e desempenho acadêmico em cursos de EaD via internet: uma relação de interferência?* Com uma metodologia bem delineada e “com a tentativa de mapear o nível de letramento digital de alunos de graduação”, as autoras concluem que não há a suposta relação de interferência, mas que é necessário buscar o

letramento digital para cada contexto de atuação. Diante disso, e aliadas ao pensamento de Buzato (2004), as autoras afirmam que “o letramento digital é uma capacidade que deve ser adquirida por todos aqueles que se inserem em determinados contextos, considerando objetivos específicos de suas atividades” (p.135).

Em *Preconceito e identidade lingüística: crenças de estudantes de um curso de educação a distância*, Geórgia Maria Feitosa e Paiva (doutoranda em Linguística pela UFC) e Maria Elias Soares (doutora em Letras pela PUC Rio) fazem uma discussão acerca de crenças e preconceitos sociais relacionados ao “estilo” linguístico de algumas pessoas. Fugir do padrão, para muitos, é motivo de repúdio e isso pode ser considerado uma subestimação e intolerância da cultura do outro.

Enfim, o texto *Letramento digital e suas contribuições à formação acadêmica e profissional*, de João Wandemberg Gonçalves Maciel (doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UFPB) e Joselito Elias Cipriano de Lima (graduando em Relações Internacionais pela UEPB) encerra a primeira parte do livro descrevendo uma pesquisa realizada com alunos da UEPB. Apesar de bem estruturado, o texto aponta conclusões contraditórias: inicialmente, afirma que o uso das tecnologias digitais contribui para a formação acadêmica dos alunos e que eles têm facilidade diante do hipertexto; porém, logo em seguida, aponta “inúmeras dificuldades” apresentadas pelos alunos nesse quesito e, mais adiante, afiança que as pesquisas realizadas pelos alunos na internet geralmente não alcançam o objetivo proposto, além de ressaltar que a orientação dos professores é falha.

Abre-se, então, a segunda parte do livro com *Teoria e prática dos gêneros digitais nos documentos oficiais da área de Letras*, de Ana Maria Nápoles Villela (doutora em Estudos Lingüísticos pela UFMG e professora do Mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET-MG), que discute como as propostas curriculares vinculadas ao curso de Letras das IFE’s conseguem subsídios teórico-práticos para que os gêneros digitais sejam objetos de estudo para os futuros profissionais de Letras e, a partir disso, serem objetos de ensino e aprendizado. A autora acredita que, como a linguagem é uma atividade que proporciona a interatividade entre os sujeitos e, com isso, o sujeito se torna um sujeito social, é de suma importância que o profissional de Letras esteja preparado para o mercado de trabalho. Isso significa ser proficiente para utilizar a língua em diversas situações de comunicação.

Em seguida, Benedito Gomes Bezerra (doutor em Letras pela UFPE) discute, em *Ler e escrever no Orkut: práticas discursivas dos alunos na visão dos professores*, as práticas discursivas mediadas por computador, em que explora o site de relacionamento Orkut. Essa discussão, segundo

ele, passa por uma constatação e por uma pergunta, a saber: a) “não é possível utilizar o Orkut sem ler e escrever”; b) “se os alunos, ao usarem o Orkut, escrevem e leem na maior parte do tempo, a escola está certa em manter uma postura de desprezo, ignorância ou condenação diante dessas práticas?”. A partir desses dois pontos centrais, Bezerra discute sobre a possibilidade de relacionar as práticas de leitura e de escrita extraescolares com as que a escola deseja aprimorar.

No mesmo eixo, em *As práticas de escrita em scraps do Orkut: apenas a transmutação dos gêneros bilhetes e recados?* Verena Santos Abreu (mestranda de Estudos em Linguagens UNEB-BA) traz uma rica discussão acerca de gêneros discursivos e como se dá a transmutação desses gêneros para o meio digital. A partir disso, a autora põe em jogo o uso de scraps escritos no Orkut e alguns bilhetes escritos em papel, bilhetes esses que, supostamente, deram origem ao scrap. Abreu confirma a hipótese de que em bilhetes produzidos em atividades do meio escolar há indícios da escrita digital.

Uma proposta de classificação dos links hipertextuais a partir de critérios navegacionais e informacionais é trabalhada por Débora Hissa (mestre em Linguística Aplicada pela UECE), que propõe estabelecer uma relação entre organização da informação no ambiente virtual e a variedade de links existentes, ou seja, como essa organização revela que esses links são “elementos-chave” e são indispensáveis para a navegação e construção de sentidos no hipertexto. Dessa forma, a autora desenvolve uma categorização e definição dos links que existem no hipertexto e chega à conclusão de que há uma estrutura organizacional frequentemente observada em hipertextos e que cada um destes tem características especiais e diversas de apresentação.

Em seguida, Sandro Luis da Silva (doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP e professor da UFLA) nos fala das *Explorações da linguagem na aula de comunicação: o chat educacional*, e defende a ideia de que a tecnologia é uma das estratégias didáticas que pode fazer com que a aula se torne mais didática, promovendo, assim, a interação entre os estudantes. A partir dessa ideia, o autor propõe realizar uma reflexão sobre o uso do computador, em bate-pato, por alunos do primeiro semestre de um curso de Administração. Partindo do pressuposto de que a adaptação do ensino às transformações que acontecem exige profundas mudanças nos saberes que o sistema educacional transmite, Silva afirma que trabalhar com o gênero digital *chat educacional* pode levar o aluno a perceber a importância da linguagem na sala de aula e da interação entre os sujeitos.

Enfim, chegamos à terceira parte do livro, em que os organizadores selecionaram textos relevantes sobre *Ensino de Línguas*. São seis textos

que versam sobre a prática pedagógica no ensino de línguas utilizando ferramentas digitais, sua aplicabilidade e otimização dentro do contexto da aprendizagem significativa. E os autores que deram início a essa discussão foram Hércules Toledo Corrêa e Gláucia Jorge (doutores em Educação pela UFMG e professores da UFOP), com o texto *Reflexões sobre o ensino de leitura e produção de textos acadêmicos: disciplinas presenciais e ambientes virtuais de aprendizagem*. Eles partem de uma contextualização histórica inerente à condução do componente curricular Leitura e Produção de Textos, afirmando a natureza prática dessa disciplina. De maneira muito apropriada, eles objetivam contribuir para uma melhor análise e compreensão das práticas pedagógicas de leitura e escrita de alguns gêneros acadêmicos mais utilizados até o momento e como esses gêneros são “usados” em ambiente virtual.

Logo em seguida, Ana Elisa Ribeiro (doutora em Linguística Aplicada pela UFMG, com pós-doutorado em Comunicação Social pela PUC-MG e professora do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET-MG), através de *Retextualização, multimodalidade e mídias no ensino de Português*, relata a estratégia utilizada em atividade desenvolvida em sala de aula com alunos do primeiro período de graduação em engenharia. Essa atividade foi composta de leitura de texto impresso, audição, ponderações e reestruturação adequada do texto apresentado em suportes distintos. Com isso, a autora solidifica a necessidade de adequação do texto ao contexto, referendada pelos conceitos apresentados de retextualização e multimodalidade, e o uso prático de mídias diversas para o ensino e compreensão da língua materna em situações que extrapolam os limites da escola, às vezes não percebidos pelos discentes.

O texto seguinte aborda *O fórum educacional em cursos virtuais de língua estrangeira como ferramenta de interação: uma análise crítica de duas experiências*. Cibele Cecilio de Faria Rozenfeld, Kátia Silene Gabrielli e Ucy Soto (mestre em Linguística pela UFSCar e doutoranda e professora da Unesp-Araraquara; mestrandas em Linguística e Língua Portuguesa e professora da UNESP-Araraquara; doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp e professora da UFOP, respectivamente.) tratam das vantagens oferecidas pelo uso de novas tecnologias no ensino de línguas. “É necessário elaborar estratégias que permitam ao professor se fazer presente, a fim de motivar os alunos a interagirem...” (p.271) A partir disso, os autores afirmam que o professor, bem como a sua forma de mediação, poderão ser elementos decisivos para o sucesso ou fracasso do processo de aprendizagem, desde o momento de elaboração do curso e durante todo o processo de acompanhamento dos alunos.

Já Júlio César Rosa de Araújo e Rebeca Sales Pereira (doutor em Linguística e professor da UFC e graduanda em Letras pela UFC, respec-

tivamente) nos trazem *Café e idiomas da web: o Live Mocha na aprendizagem de línguas estrangeiras*. Através de uma análise dos recursos hipertextuais disponibilizados pelo programa e de opiniões colhidas de alguns de seus usuários de várias nacionalidades, os autores tecem considerações sobre as contribuições expressivas do programa em questão na aprendizagem de idiomas, bem como ressaltam possíveis lacunas não preenchidas por ele.

Em seguida, João da Silva Araújo-Júnior (mestre em Linguística Aplicada pela UECE e professor da UFMA) nos apresenta o texto *O hiperleitor/aluno de língua estrangeira: a um clique da autonomia?* A partir desse questionamento, ele procura conhecer alguns comportamentos e práticas de hiperleitores/alunos de língua espanhola diante do hipertexto em língua estrangeira. Apesar de muitos discursarem sobre a aprendizagem autônoma a partir do advento da internet, o autor, em sua investigação, conclui que muitos alunos ainda utilizam estratégias de leituras de hipertexto semelhantes àquelas empregadas em sala de aula, na leitura de textos impressos.

Por fim, Bárbara Cristina Gallardo (mestre em Letras pela UFSC, doutoranda em Linguística Aplicada da Unicamp e professora da Uemat) fecha a última parte do livro, sugerindo uma inovação tecnológica no ensino-aprendizagem de inglês, através de sites de redes sociais internacionais. *Letramentos digitais e aprendizagem de língua inglesa nas redes sociais virtuais* amplia a discussão sobre o ensino de línguas ao tratar efetivamente do desenvolvimento de letramentos específicos para que as interações aconteçam, inclusive o socioafetivo e o crítico, importantes para os usuários que participam de redes sociais *on-line* na construção de valores, juízos e implicações desencadeadas ao acessar determinado site. Corroborando textos anteriores, as inovações tecnológicas proporcionadas pelas hipermídias devem ser levadas para a sala de aula como forma de dinamizar a aprendizagem. Porém, afirma a autora: “é preciso conduzir experiências interculturais na língua alvo com foco nesses letramentos”.

Nessa rede de pesquisa de hipertextos, *Linguagem, tecnologia e educação* nos apresenta um diálogo entre diferentes pesquisadores e a forma como a linguagem aproxima as vertentes tecnologia e educação, numa perspectiva interdisciplinar e interativa. O que o material nos disponibiliza é justamente a possibilidade de ampliar as discussões entre teoria e prática na área de linguagem e tecnologias. Assim, o livro é recomendado a todos os interessados no ensino de línguas, que buscam na tecnologia uma ferramenta pedagógica para que o ensino se torne dinâmico, social e interativo.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM O MAL-ESTAR DE UM INTERVALO

Isadora MACHADO¹

AUROUX, S. *Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Parábola, 2009.

*Todavia é mais salutar para o pensamento
caminhar pela estranheza do que instalar-se
no compreensível.*

“Logos (Heráclito, fragmento 50)”, de
Martin Heidegger.

Este texto versa sobre o livro *Filosofia da Linguagem*, de Sylvain Auroux.² Proponho a estas linhas que sejam a tentativa de trazer à tona as principais questões evocadas pelo autor, questões estas que estariam na agenda do campo que é conhecido como Filosofia da Linguagem. Tratar deste campo é todavia aventurar-se em caminhos pouco familiares aos linguistas de ofício, o que requer em primeira instância redescobrir o próprio caminhar. Com intuito de redescobrir o passo, tomarei esta obra de Auroux para desenhar um panorama problemático, de modo que as questões apresentadas por ele se confrontem.³

Ao exercitar a posição no *intervalo*⁴ Linguística<>Filosofia, pois que assim é possível tratar da Filosofia da Linguagem, é nítido que estarei “mal com os Filósofos por mor da Linguística, mal com os Linguistas por mor da Filosofia”⁵ A linguagem, afinal, nem sempre teve uma ciência que a chamasse de objeto, e bem antes de se pensar a possibilidade de uma ciência da linguagem, muitos foram os que se dedicaram a pensar seu estatuto. Que sabem os filósofos sobre a linguística, e que sabem os linguistas sobre a filosofia? Obviamente se trata de utilizar a questão como motor para pensar essa zona de intervalo que é a Filosofia da Linguagem, pois que coloque questões tanto para linguistas quanto

para filósofos. A história desse divórcio com a Filosofia não é privilégio da Linguística. Eis que “as ciências são filhas rebeldes da filosofia”⁶, e as Ciências da Linguagem participaram ativamente da rebelião, em que deu-se a ver que a tradição filosófica pressupôs ‘obstáculos epistemológicos’ a todas as ciências, mas que “a desconstrução desses obstáculos mostrou as ciências vítimas ainda deles, sem o saberem”.⁷

O divórcio entre Linguística e Filosofia teria se dado pela recusa da Filosofia por parte da Linguística: “a recusa das questões de essência, de origem e de universalidade”.⁸ A exclusão do que não seria científico e do que seria *fantástico* está correlacionado ao “processo pelo qual, na Europa do século XIX, uma linguística institucionalmente autônoma pode se dar a positividade de um objeto específico: *as línguas nelas mesmas e por elas mesmas*”.⁹ A despeito da aparente simplicidade desse processo, trata-se de um momento crucial para a história das ideias linguísticas: o momento em que, para se permitir a delimitação de um objeto, negam-se os domínios correlacionais. Não se trata de um processo maquínico, mas de reconhecer nesse movimento de delimitação dos saberes a própria prática científica. A pretensa autonomia da Linguística, no que se perde com esse gesto, já foi denunciada por Michel Pêcheux: os linguistas não podem mais ignorar que a autonomia de sua própria disciplina é conseguida por meio de um certo número de ignorâncias e de recalques, pois “linguistas durante a semana, lemos os poetas nos dias de Sabah”.¹⁰

As questões que a Filosofia instaura para a Linguística e que foram “recusadas” por esta estão discutidas em *Filosofia da Linguagem*. Auroux se vale da *racionalidade* como fio condutor para o intento de deslindar um campo que ele próprio reconhece como heterogêneo e marcado por reflexões de diferentes origens: “observações dos filósofos a respeito da linguagem, análises técnicas construídas a partir dos formalismos lógicos, avaliações do papel da linguagem comum, representações construídas a partir dos saberes positivos que tomam a linguagem como objeto” (p.7). Nesse aparato reflexivo, não se pode confundir ainda que a *filosofia da linguagem* não se reduz à filosofia das ciências da linguagem.

Auroux propõe a racionalidade como norte, mesmo sem tomar para si a afirmação, porque com intuito de traçar uma linha parte da premissa de que “o homem se define pela linguagem e pela razão, o que significa que, sem linguagem, não haveria racionalidade” (p.10). Dessa maneira, o homem poderia ser definido aristotelicamente como um “animal possuidor do *logos*”. As duas afirmações são amplamente controversas e suscitam laudas e mais laudas de discussão. Afinal, que tipo de arbitrário é este que nos interpreta como racionais? Cabe ao nosso intento apenas historicizar a discussão, e lembrar que nem toda a filosofia que trata a linguagem concordaria com esse pressuposto.

Nietzsche, para citar um entre tantos, afirma que a *razão* é apenas *metafísica da linguagem*: “A linguagem pertence, por sua origem, à época da mais rudimentar forma de psicologia: penetramos um âmbito de cru fetichismo, ao trazermos à consciência os pressupostos básicos da metafísica da linguagem, isto é, da razão” (GD/CI, “A razão na filosofia”, § 3). O problema fundamental aqui é que a *confiança na razão*, para Nietzsche, não passa de um *fenômeno moral* (M/AA, § 4), e como tal pode ter seu princípio genealógicamente proposto. Dessa maneira, não se pode facilmente aceitar que o humano se defina pela linguagem e pela razão, uma vez que a *sintomatologia dos afetos* também está interpretando a linguagem e a razão – o que chamamos *razão* é apenas interpretação de afetos.

Ao utilizar a linguagem e a razão como funções humanas, vêm à tona as discussões sobre o caráter proposicional da linguagem e sobre a natureza ou convenção da linguagem. Se nos diferenciamos dos animais pela linguagem e pela razão, seria preciso admitir que os animais possuem algo que não seja a linguagem. E nesse momento Auroux nos presenteia com um belo estado da questão, assumindo que “nossa linguagem se nos apresenta como um fenômeno histórico e contingente; não é insensato pensar que essa contingência é irredutível” (p.22).

De onde viria então essa faculdade humana que é a linguagem? É o que o século XVIII tentará responder, e, afirma Auroux (p.28), “a problemática sobre a origem (a origem da linguagem, mas também da sociedade, do direito, do Estado, etc) inaugura uma grande revolução filosófica, que vai separar a *natureza*, domínio da lei física e determinista, da *cultura*, domínio do direito, da história, da liberdade humana”. A capacidade de historicizar questões é uma característica de Auroux, que conclui não ser a análise das línguas a melhor forma de abordar a *questão da origem das línguas*, uma vez que isso implicaria reconstruir a língua primitiva – ou seja, reconstruir uma quimera.

Se o intento de reconstruir uma língua primitiva não logra, restaria interrogar então sobre a diversidade linguística, já que segundo algumas correntes da filosofia e bem discutido por Auroux, a humanidade exprimiria “de maneira arbitrária em diferentes línguas a mesma realidade apreendida de modo idêntico em um pensamento universal” (p.33). Diante do problema para o conhecimento que é o multilinguismo, chega-se à necessidade de *uma língua sobre tudo para todos*, com objetivos claros: a) reduzir o tempo de aprendizagem para se comunicar com o maior número de indivíduos; b) corrigir o que há de errado com as línguas naturais e que dificultam sua aprendizagem; c) suprimir problemas como a polissemia e a imprecisão; d) chegar a um vocabulário que apenas exprima a realidade; e e) vincular a constituição dos enunciados ao seu valor de verdade.

A diversidade linguística coloca outro problema para os filósofos, pois se antes “a concepção ontológico-universal do pensamento (significada pela linguagem) protege relativamente bem a universalidade da gramática” (p.46), o surgimento dos vernáculos demanda o domínio da pluralidade. A resposta a este problema será encontrada na proposição de gramáticas universais, que serão tomadas como introduções às gramáticas particulares. Fruto desse movimento, em 1660 aparece a renomada *Grammaire générale et raisonnée*, conhecida como *Gramática de Port-Royal*. Supondo a distinção entre gramática geral e gramática particular, apresenta duas qualidades pretendidas pela época: “primeiro, esforça-se para explicar os fenômenos, depois, constrói essa explicação a partir de uma representação relativamente nova do funcionamento do pensamento” (p.47). No século XVII, a gramática geral se transformará em uma ciência, enquanto as gramáticas particulares serão compreendidas como arte, pois enquanto aquelas se detêm ao genérico pretendido pela ciência, estas se deterão às “particularidades arbitrarias do uso”. No século XVIII, Beauzée proporá um gesto fundamental: encontrar em que categorias universais se baseiam as categorias não-universais.

Por mais que esses estudos se esvaíam no século XIX, Auroux afirma serem herdeiras dessa tradição o que chama de *virada idealista*, nos países germanófonos já no início do século XIX, e o que chama de *virada nativista*, em decorrência do trabalho de N. Chomsky na segunda metade do século XX. Apesar do descompasso de datas, não se pode deixar de reconhecer no *nativismo* chomskyano “uma retomada trivial do transcendentalismo” (p.52). E por mais que Auroux reconheça em Chomsky um dos maiores linguistas do século XX, é preciso concordar que “as exigências de sua formulação não pararam de se enfraquecer, na medida em que se multiplicaram os trabalhos sobre as línguas e sobre as descobertas empíricas. A gramática universal acabou ficando reduzida a alguns princípios gerais e a parâmetros diferentes, a depender das línguas.” (p.52)

Nesse ponto retomamos então a discussão sobre linguagem e razão, uma vez que o nativismo chomskyano apela ao viés transcendental dos universais linguísticos. A tradição racionalista, por sua vez, que domina amplamente a história da filosofia, tomará a razão de modo ainda mais fundamental, já que nesse caso a razão não pode ter *exterioridade*. Isso quer dizer que ela precisa, além de ser autofundadora, ser transparente e reflexiva. “Esse é o sentido profundo da filosofia transcendental: que a razão seja *a priori* e não o produto de uma história contingente significa que ela é a própria origem de si mesma” (p.79).

É aqui que Kant se depara com o problema da diversidade das línguas e, apesar de encarar o pensamento como uma *linguagem universal*

inata, a contingência com as línguas naturais não deixará de produzir obstáculos. Nesse ponto nos deparamos com Wilhelm von Humboldt, definido por Aurox como um “finíssimo analista da diversidade das línguas do mundo” (p.80), que assumiu como legítimo o universo de diversidade linguística, e com essa nova postura pôde se afastar dos “fundamentos transcendentais do kantismo”. Isso foi possível, segundo Aurox, pela introdução de um elemento sensível no modelo explicativo, a saber, a imaginação, e situou-a, por um lado, como “núcleo da atividade humana” e, por outro, instalou nas línguas “a atividade sintética e espontânea que a produz”.

Quando pensamos a linguagem desde o ponto de vista da razão, é fácil perceber o problema que os racionalistas enfrentam e que Aurox sintetiza: o problema é “transferir para a linguagem a transparência, a autorreflexão e a autossuficiência concedida à razão pela filosofia transcendental” (p.80). A tarefa de transferir essas características para a linguagem não se mostra bem-sucedida a não ser na tentativa formalista de criar uma língua livre de heterotopias. Uma vez estando na linguagem, irrompe sempre uma parte fora do corpo demandando sentido.

Trata-se desse *por trás da linguagem*, que não apenas os racionalistas buscam, mas que parece constituir mesmo um *fantasma* para os estudos linguísticos. Segundo Aurox, é desde Aristóteles que “imaginamos que esse “por trás” é constituído por um pensamento, ele mesmo universal” (p.91). Resta sempre então a pergunta sobre *o que seria o pensamento*. Desde então temos dois modelos para apreendê-lo – a via da interioridade, isto é, a via da filosofia transcendental que demanda sobre o sujeito e sua representação; e a via da própria linguagem, isto é, o modelo que dirá que linguagem e pensamento são uma só e mesma coisa. Ainda nesse campo de batalhas, estaremos diante de questões como a universalidade do pensamento, o que desemboca em dizer que quando traduzimos um termo por outro estamos preservando a *mesma significação*; em contrapartida, temos a posição do relativismo linguístico. No século XX veremos um linguista e “etnólogo como Edward Sapir afirmar que “os mundos onde vivem diferentes sociedades são mundos distintos, e não simplesmente o mesmo mundo em outros rótulos” (p.99).

E uma vez que temos esse campo problemático, temos colocado o problema da significação e a pergunta fundamental: “o que é significar para um elemento linguístico que parece, justamente, só existir porque significa?” (p.53). Aurox então delineará o esforço de linguistas e filósofos para compreender a questão, mas aqui deixo a pergunta como heteropia para linguistas e *outsiders*, pois não há dúvida que se há uma questão que demanda o intervalo Linguística<>Filosofia, é a pergunta sobre o sentido.

A *Filosofia da Linguagem*, a despeito do que se tenha coragem de admitir, é de modo irreversível uma zona intervalar. Esse lugar comum propiciado pelo contato entre essas duas disciplinas que possuem parentesco inegável, apesar dos recalques e esquecimentos, deveria ser campo fecundo para a discussão sobre a linguagem. Aliada à Semântica, a Filosofia da Linguagem pode ser campo de ampliação para certos tipos de linguistas e certos tipos de filósofos, pois é certo que ambos os campos, malgrado qualquer diferença moralizante e cientificista, se reconhecem nas perguntas que fazem. Afinal, “de linguagem somos, nela nos perdemos e nos encontramos. Que é a linguagem, para que tal seja nossa condição? E nós quem somos, neste ser que assim se faz e se desfaz?”¹¹, como bem poderiam se perguntar os linguistas e filósofos do futuro.

Notas

1 Doutoranda em Linguística pela Unicamp/FAPESP, sob orientação do Prof. Eduardo Guimarães. Obcecada por cheiros e homônimas, os trabalhos se interessam por Histórias das Ideias Linguísticas, Semântica e Filosofia. E-mail: pourisadora@gmail.com

2 AUROUX, S. *Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. Parábola, 2009.

3 BELO, F. *Linguagem e Filosofia: algumas questões para hoje*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1987.

4 O termo *intervalo* remete ao *Intervalo Semântico*, de Carlos Vogt. Utilizo livremente para dizer de uma zona de contato disciplinar, de modo que as disciplinas não se subsumam.

5 BELO, F. *Epistemologia do Sentido*. Entre filosofia e poesia, a questão semântica. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1991. pp.VIII.

6 BELO, F. *Ciências da Linguagem e Filosofia*. Edições Colibri: Lisboa, 1983. pp.10.

7 BELO, F. *Ciências da Linguagem e Filosofia*. Edições Colibri: Lisboa, 1983. pp.10.

8 *Ibid*, p.31.

9 BELO, F. *Ciências da Linguagem e Filosofia*. Edições Colibri: Lisboa, 1983. pp.32.

10 PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004. pp.20.

11 BELO, F. *Linguagem e Filosofia*. Algumas questões para hoje. Imprensa Nacional: Lisboa, 1983.